

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO- **CONSEPE**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 01, DE 27 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais (Câmpus de Tocantinópolis).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 27 de abril de 2016, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais (Câmpus de Tocantinópolis), conforme Projeto, anexo único a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SILVEIRA
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (CÂMPUS DE
TOCANTINÓPOLIS).**

Anexo único da Resolução nº 01/2016 - Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 27 de abril de 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 01/2016 - CONSEPE

COMISSÃO ELABORADORA:

Professora Mestre Cristiane Roque de Almeida
Professora Mestre Klívia de Cássia Silva Nunes
Professora Mestre Rita de Cássia Domingues Lopes
Professor Mestre Samuel Correa Duarte

COLABORADORES:

Professor Dr. André Luis Campanha Demarchi
Professor Dr. João Batista de Jesus Félix
Professora Dr.^a Liza Aparecida Brasília
Professor Mestre Marcelo Brice Assis Noronha
Professor Mestre Odilon Rodrigues de Moraes Neto
Professor Dr César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Professora Dr.^a Maria do Socorro Ribeiro Padinha Padinha
Professora Mestre Karina Almeida de Sousa
Professor Mestre Wellington da Silva Conceição
Professora Mestra Paula Marcela Ferreira França

Técnico-Administrativo Maria da Consolação Coelho Rocha
Técnico-Administrativo Revilmar Barbosa de Andrade

Sumário

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL	6
1.1. Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	6
1.2. A UFT no contexto regional e local	7
1.3. Missão Institucional	9
1.4. Estrutura Organizacional	11
1.4.1. Os Campi e os respectivos cursos	12
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	13
2.1. Dados do Curso	13
2.2. Diretora do Campus	13
2.2.1. Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - as atribuições	13
2.3. Coordenadora do Curso	15
2.3.1. Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - as atribuições	15
2.4. Relação Nominal dos Membros do Colegiado de Curso	16
2.4.1. Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - as atribuições	17
2.5. Comissão de Elaboração do PPC	18
2.5.1 Colaboradores	18
2.6. Histórico do Curso: Sua criação e trajetória	18
3. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	22
3.1. Fundamentos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UFT	24
3.2. A Construção de um Currículo Interdisciplinar: Caminhos possíveis	25
3.3. Desdobrando os Eixos	30
3.4. A Interdisciplinaridade na Matriz Curricular do Curso	30
3.4.1. Eixos de Formação do Curso de Ciências Sociais	31
3.4.2. Estrutura do Eixo de Formação	33
3.4.3. Fluxograma do Curso	34
3.5. Formas de Ingresso e Mobilidade entre Cursos	35
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	35
4.1. Projeto Pedagógico do Curso	35
4.2. Justificativa	35
4.3. Objetivos do curso	37
4.4. Perfil Profissiográfico	38
4.5. Competências, Atitudes e Habilidades	38
4.6. Campo de Atuação Profissional	39
4.7. Organização Curricular	41
4.7.1. Conteúdos Curriculares	41
4.7.2. Disciplinas Semipresenciais	43
4.7.3. Matriz Curricular	43
4.7.3.1. Ementário	46
4.7.4. Adaptação entre estruturas curriculares (equivalência de disciplinas).....	128
4.7.5. Migração para a nova estrutura	131
4.7.6. Metodologia	139
4.7.7. Interface Pesquisa e Extensão	139
4.7.8. Interface com programas de fortalecimento do ensino: monitoria, PET	140

4.7.9. Interface com as Atividades Complementares	140
4.7.10. Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório	146
4.7.11. Prática Profissional	150
4.7.12. Trabalho de Conclusão de Curso	154
4.7.13. Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem	162
4.7.14. Avaliação do Projeto do Curso	164
4.7.15. Auto Avaliação e Avaliação Externa (ENADE e Outros)	165
5. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICOADMINISTRATIVO ..	165
5.1. Formação Acadêmica e Profissional do Corpo Docente	165
5.2. Regime de Trabalho	165
5.3. Composição e Titulação do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	166
5.4. Produção de Material Didático ou Científico do Corpo Docente	166
5.5. Formação e Experiência Profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao curso	167
6. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS	168
6.1. Laboratórios e Instalações	168
6.1.1. Espaço Físico	168
6.1.2. Laboratórios	168
6.2. Instalações Administrativas	169
6.2.1. Setor Administrativo	169
6.2.2. Auditório	169
6.2.3. Salas de aula	169
6.2.4. Instalações sanitárias	170
6.2.5. Áreas de convivência	170
6.2.6. Transporte	170
6.2.7. Alimentação	170
6.2.8. Estacionamento	170
6.2.9. Comunicação	171
6.2.10. Copiadoras	171
6.2.11. Gabinetes de Trabalho para Professores	171
6.2.12. Sala de Professores e Sala de reuniões	171
6.3. Biblioteca	171
6.3.1. Periódicos Especializados	172
6.3.2. Recursos Audiovisuais	172
6.3.3. Acessibilidade para Portador de Necessidades Especiais (decreto nº 5.296/2004).....	172
6.3.4. Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso	172
7. ANEXOS	173
7.1. Regimento do Curso	174
7.2. Atas de Aprovação do PPC pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho Diretor do <i>Campus</i>	181
7.3. Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório	182
7.4. Regulamento de TCC	189
7.5. Curriculum Vitae do Corpo Docente: Indicar os Endereços de acesso na Plataforma Lattes ...	195
7.6. Quadro Demonstrativo das Linhas de Pesquisa, dos Projetos de Pesquisa e os Respectiveos Professores, inclusive com destaque aos projetos desenvolvidos pelos professores que estão cursando doutorado	196
REFERÊNCIAS	198



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS -
LICENCIATURA

ASPECTOS ESSENCIAIS

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira

eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

Hoje, aproximadamente 11.000 alunos, a UFT mantém 48 cursos de graduação oferecidos em sete campi, com cursos de mestrado e doutorados, que permite a estudantes de várias regiões do Brasil o acesso ao ensino público superior.

1.2. A UFT NO CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser

humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 07 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir: as diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas; as ocupações do Estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos; os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural. Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal. Tendo em vista que a educação

escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL

O Planejamento Estratégico (PE), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2011-2015), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional.”

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- O estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- A formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- A promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- A busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- O estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- A promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Como forma de orientar, de forma transversal, as principais linhas de atuação da UFT (PPI e PE), foram eleitas quatro prioridades institucionais:

a) Ambiente de excelência acadêmica: ensino de graduação regularizado, de qualidade reconhecida e em expansão; ensino de pós-graduação consolidado e em expansão; excelência na pesquisa, fundamentada na interdisciplinaridade e na visão holística; relacionamento de cooperação e solidariedade entre docentes, discentes e técnico-administrativos; construção de um espaço de convivência pautado na ética, na diversidade cultural e na construção da cidadania; projeção da UFT nas áreas:

- a) Identidade, Cultura e Territorialidade;
- b) Agropecuária, Agroindústria e Bioenergia;
- c) Meio Ambiente;
- d) Educação;
- e) Saúde.

Desenvolvimento de uma política de assistência estudantil que assegure a permanência do estudante em situação de risco ou vulnerabilidade; intensificação do intercâmbio com instituições nacionais e internacionais como estratégia para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da pós-graduação.

b) Atuação sistêmica: fortalecimento da estrutura *multicampi*; cooperação e interação entre os *campi* e cursos; autonomia e sinergia na gestão acadêmica e uso dos recursos; articulação entre as diversas instâncias deliberativas; articulação entre Pró-Reitorias, Diretorias, Assessorias e Coordenadorias.

c) Articulação com a sociedade: relações com os principais órgãos públicos, sociedade civil e instituições privadas; preocupação com a equidade social e com o desenvolvimento sustentável regional; respeito à pluralidade e diversidade cultural;

d) Aprimoramento da gestão: desenvolvimento de políticas de qualificação e fixação de pessoal docente e técnico-administrativo; descentralização da gestão administrativa e fortalecimento da estrutura *multicampi*; participação e transparência na administração; procedimentos racionalizados e ágeis; gestão informatizada; diálogo com as organizações representativas dos docentes, discentes e técnicos administrativos; fortalecimento da política institucional de comunicação interna e externa.

A UFT é uma universidade *multicampi*, estando os seus sete *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, o que propicia a capilaridade necessária para que possa contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis. Oferece, atualmente, 48 cursos de graduação presencial, um curso de Biologia a distância, dezenas de cursos de especialização, 10 programas de mestrado: Ciências do Ambiente (Palmas, 2003), Ciência Animal Tropical (Araguaína, 2006), Produção Vegetal (Gurupi, 2006), Agroenergia (Palmas, 2007), Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Palmas, 2007), Ecologia de Ecótonos (Porto Nacional, 2007), mestrado profissional em Ciências da Saúde (Palmas, 2007), mestrado Profissional Interdisciplina em Modelagem Computacional de Sistemas (Palmas, 2011), mestrado em Educação (Palmas, 2011), mestrado profissional em Ensino de História (Araguaína, 2013). E, ainda, dois doutorados em Araguaína, um em Ciência Animal e o outro em Letras; os minteres em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental

(Palmas, parceria UFT\UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas, parceria UFT\UnB), os dinteres em Educação (Palmas, parceria UFT\UFG) e Produção Animal (Araguaína, parceria UFT\UFG).

1.4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada a promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins.

No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes a eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei no. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) no041 e Portaria Ministerial no. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela UNITINS, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos campi já existentes e dos prédios que estavam em construção. Através da Resolução CONSUNI nº 05/2008 foi criada a Pró-Reitoria de Administração (PROAP) e através da Resolução CONSUNI nº 06/2008 criou-se também a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST).

Com aproximadamente onze mil alunos, em sete campi universitários, a UFT é uma universidade multicampi, localizada em regiões estratégicas do estado do Tocantins, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito, em diversos níveis.

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em

matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.

Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

Pró-reitorias: No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação; Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Pró-Reitor de Administração e Finanças; Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento; de Assuntos Estudantis. As Pró-Reitorias estruturam-se em Diretorias, coordenações e divisões técnicas.

Conselho Diretor: é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

Diretor de Campus: docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 04 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.

Colegiados de Cursos: órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.

Coordenação de Curso: é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários.

1.4.1. OS CAMPI E OS RESPECTIVOS CURSOS

Campus Universitário de Araguaína: oferece os cursos de licenciatura em Matemática, Geografia, História, Letras, Química, Física e Biologia, além dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia. Além disso, disponibiliza os cursos tecnológicos em Cooperativismo, Logística e Gestão em Turismo; o curso de Biologia a distância; o Doutorado e o Mestrado em Ciência Animal Tropical; o Doutorado e o Mestrado em Letras; e Mestrado Profissional em Ensino de História.

Campus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia, Educação do Campo e Biologia (modalidade a distância) e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

Campus Universitário de Gurupi: oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal; Engenharia Biotecnológica; Química Ambiental e licenciatura em Biologia

(modalidade à distância). Oferece, também, o programa de mestrado na área de Produção Vegetal.

Campus Universitário de Miracema: oferece os cursos de Pedagogia, Serviço Social e Educação Física e desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

Campus Universitário de Palmas: oferece os cursos de Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciências da Computação; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Comunicação Social; Direito; Engenharia de Alimentos; Engenharia Ambiental; Engenharia Elétrica; Engenharia Civil; Medicina, Nutrição e Enfermagem, as licenciaturas em Filosofia, Artes e Pedagogia. Disponibiliza, ainda, os programas de Mestrado em Ciências do Ambiente, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Recursos Hídricos, Saneamento Ambiental, Ciências da Saúde, Educação, Engenharia Ambiental, Gestão de Políticas Públicas, Modelagem Computacional de Sistemas.

Campus Universitário de Porto Nacional: oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras, Ciências Sociais, Relações Internacionais, Letras-Libras e os mestrados em Ecologia dos ecótonos e em Geografia.

Campus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Pedagogia, Ciências Sociais, Educação do Campo e Educação Física.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1. DADOS DO CURSO

Nome do Curso	Ciências Sociais
Modalidade do Curso	Licenciatura
Endereço do Curso	Av. Nossa Senhora de Fátima nº1588, Bairro: Céu Azul, Tocantinópolis-TO CEP 779000-000
Ato Legal Reconhecimento do Curso	Portaria 446 SESU MEC – 01.11.2011
Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE	Nº 03/2006
Número de Vagas	40 por ano
Forma de Ingresso:	Ingresso anual pelo SISU (1 semestre)
Turno de Funcionamento	Noturno

2.2. DIRETORA DO CAMPUS:

Professora Doutora Francisca Rodrigues Lopes

2.2.1. Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins

As atribuições da *Direção do Campus* e do Conselho Diretor conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, Cap. II Da Administração das Unidades Universitárias, são as seguintes:

Art. 25 - O *Campus* é a unidade universitária responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizando a integração acadêmica, científica e administrativa de um conjunto de disciplinas, definido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, através de uma equipe docente nele lotada.

Art. 26 - O Conselho Diretor é órgão dos *Campi* de Ensino e Pesquisa com funções deliberativas e consultivas em matérias administrativas, não compreendidas nas atribuições dos órgãos superiores.

Art. 27 - Compete ao Conselho Diretor de *Campus*:

I. Coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e eficiência do ensino, pesquisa e extensão;

II. Encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;

III. Tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Coordenador de Campus sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo;

IV. Encaminhar o nome do Coordenador eleito mais votado para nomeação pelo Reitor;

V. Solicitar, fundamentalmente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Coordenador de Campus antes de findo o seu mandato;

VI. Elaborar e modificar o Regimento de Campus para aprovação final pelo Conselho Universitário;

VII. Zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino;

VIII. Propor admissão de novos docentes, concessão de licenças e rescisão de contratos;

IX. Adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;

X. Implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da carga docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente;

XI. Organizar as comissões julgadoras dos concursos para provimento dos cargos de professores;

XII. Propor a atribuição do título de Professor Emérito;

XIII. Atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações, e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade;

XIV. Adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar aconselháveis para o bom andamento dos trabalhos;

XV. Elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Cursos;

XVI. Sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XVII. Fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XVIII. Propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XIX. Endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;

XX. Emitir parecer em assunto de sua competência;

XXI. Exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, aos Órgãos Superiores.

Art. 28 - O Regimento de Campus disporá sobre as condições de funcionamento do Conselho Diretor de Campus.

Art. 29 - A criação, supressão, desdobramento ou fusão de Campi poderão ser implementadas por sugestão das Pró-Reitorias de Graduação e Pesquisa e Pós-Graduação ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, para manifestação e encaminhamento (ou não) de proposta ao Conselho Universitário.

Art. 30 - São atribuições do Coordenador de Campus:

I. Administrar o Campus;

II. Representar o Campus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta apresentação não couber a outro membro do Campus por disposição regimental;

III. Promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Campus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;

IV. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Campus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;

V. Integrar o Conselho Universitário;

VI. Encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Campus;

VII. Apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Campus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;

VIII. Delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto.

2.3. COORDENADORA DO CURSO

Professora Doutora Liza Aparecida Brasília

2.3.1. Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - As atribuições

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins (2003), SEÇÃO I - Das *Coordenações e dos Colegiados de Cursos*, as coordenações de cursos (ou áreas) são estruturadas a partir dos seguintes princípios:

Art. 36 - As Coordenações de Cursos são órgãos destinados a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - A representação do corpo docente será de 1/5 (um quinto) do número de docentes dos colegiados de cursos que tem direito a voto e voz.

Art. 38 - Aos *Coordenadores de Cursos* (ou de áreas) compete:

I. Representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

II. Presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;

III. Propor ao Coordenador do Campus a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Campus;

IV. Responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;

V. expedir instruções referentes aos cursos;

VI. Representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Art. 39 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá o número e denominação das Coordenações de Curso e, em cada caso, sua competência quanto aos diferentes cursos mantidos pela Universidade. Parágrafo Único - Cursos de graduação, referentes a uma mesma área de atividade ou conhecimento, serão coordenados, no plano didático-científico, pela mesma Coordenação de Curso.

Art. 40 - As Coordenações de Cursos serão escolhidas por eleição, através de voto secreto, procedida pelo colegiado de curso correspondente.

Art. 41 - Será de 02 (dois) anos o mandato do Coordenador de Curso, permitida apenas uma recondução.

2.4. RELAÇÃO NOMINAL DOS MEMBROS DO COLEGIADO DE CURSO

Professor Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Professor Dr. João Batista de Jesus Félix

Professora Mestre Karina Almeida Sousa

Professora Mestre Klívia de Cássia Silva Nunes

Professora Dr.^a Liza Aparecida Brasília

Professora Doutora Maria do Socorro Ribeiro Padinha Padinha

Professora Mestre Paula Marcela Ferreira França

Professora Mestre Rita de Cássia Domingues Lopes

Professor Dr. Ronaldo Augusto Campos

Professor Mestre Wellington da Silva Conceição

Professor Mestre Rafael da Silva Noletto

2.4.1. Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - As atribuições

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins (2003), SEÇÃO I - Das *Coordenações e dos Colegiados de Cursos*, trata especificamente sobre os Colegiados:

Art. 37 - Compete aos Colegiados de Curso:

I. Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;

II. Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;

III. Estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

IV. Opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;

V. Fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

VI. Conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;

VII. Estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

VIII. Decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

IX. Propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;

X. Eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

XI. Coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação

Art. 42 - Os Colegiados de Cursos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocados pelos seus coordenadores, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

Art. 43 - As deliberações dos Colegiados de Cursos serão tomadas por votação, assistindo a qualquer de seus membros a faculdade de remeter o seu voto divergente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual receberá processamento como recurso.

Art. 44 - Os Colegiados de Cursos poderão propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seus coordenadores, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

2.5. COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC

Professora Mestre Cristiane Roque de Almeida
Professora Mestre Klívia de Cássia Silva Nunes
Professora Mestre Rita de Cássia Domingues Lopes
Professor Mestre Samuel Correa Duarte

2.5.1 COLABORADORES

Professor Dr. André Luis Campanha Demarchi
Professor Dr. João Batista de Jesus Félix
Professora Dr.^a Liza Aparecida Brasília
Professor Mestre Marcelo Brice Assis Noronha
Professor Mestre Odilon Rodrigues de Moraes Neto
Professor Dr César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Professora Dr.^a Maria do Socorro Ribeiro Padinha Padinha
Professora Mestre Karina Almeida de Sousa
Professor Mestre Wellington da Silva Conceição
Professora Mestra Paula Marcela Ferreira França
Técnico-Administrativo Maria da Consolação Coelho Rocha
Técnico-Administrativo Revilmar Barbosa de Andrade

2.6. HISTÓRICO DO CURSO: SUA CRIAÇÃO E TRAJETÓRIA

O exercício do cientista social está diretamente ligado a dinâmica social, a partir do conhecimento de suas transformações históricas e de suas potencialidades e desafios. Pelas circunstâncias da sociedade brasileira e seu perfil autoritário e excludente, o antropólogo/sociólogo/cientista político sempre foi visto como crítico, agitador e revolucionário pelo poder, principalmente pelo fato de, ao envolver-se com as questões sociais, ele não deixa de analisar as relações de poder político, econômico, cultural ou religioso, interpretando e demonstrando as disputas de interesses e os privilégios e as carências da sociedade.

Nos estudos em Ciências Sociais no Brasil das décadas de 1940 e 1950, um forte impulso movia-se em direção às mudanças na sociedade brasileira: “na Antropologia, com o impacto dos ‘estudos de comunidade’ introduzidos no Brasil por Emílio Willens e Donald Pierson”, tornou-se fundamental “entender a natureza da mudança social nas comunidades.” Entretanto, para a Sociologia na década de 1950, “as pesquisas se voltam para a explicação das grandes

transformações que ocorrem na sociedade brasileira naquele momento, relacionadas à modernização do país, em função da aceleração dos processos de industrialização, urbanização, formação da sociedade de classes e democratização política.”¹

Até o golpe militar de 1964, os cursos de Ciências Sociais do Brasil eram espaço de debates e críticas aos problemas brasileiros, contribuindo para o surgimento de inúmeras lideranças políticas, em conjunto com outros cursos como direito e economia. Foram dessas áreas que surgiram várias lideranças nacionais, com grande conhecimento crítico da realidade social e política brasileira, bem como com forte influência nas manifestações por liberdade política e democracia. Com a ditadura (cassações, prisões e censura) os cursos de Ciências Sociais foram rotulados como formadores de “comunistas”, afastando o surgimento de profissionais críticos e condenando parte dessa geração de uma análise mais abrangente sobre as sociedades. Com o retorno das liberdades e as conquistas democráticas as Ciências Sociais volta com maiores possibilidades para a polêmica, bem como para o debate das diversas correntes teóricas.

Diante de tais argumentações, e, nos reportando ao campo específico da sociologia, visto que o curso habilita para a licenciatura em Sociologia, cabe lembrar as preocupações históricas tanto no campo da formação do professor quanto para o campo de trabalho deste profissional que ministra esta disciplina, daí conhecer um pouco do percurso da disciplina nas políticas educacionais, com o recorte da Reforma de Francisco Campos aos dias atuais.

A Reforma de Francisco Campos, em 1931, de acordo com Romanelli (1998) representou um avanço no sentido de maior organicidade ao ensino secundário, criou o Conselho Nacional de Educação e instituiu o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. No campo curricular o ensino estruturou-se como um curso propedêutico e seriado, destinado a elite no país. Com relação à disciplina de sociologia ela foi ministrada até 1942, nos quatro cursos complementares destinados à formação para o ingresso nas Faculdades de Direito, Ciências Médicas e Engenharia e Arquitetura.

Em 1932, surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por vinte e seis educadores e intelectuais que trás como principal ideia a reconstrução da educação e o princípio da escola pública, laica, obrigatória, gratuita e de ensino comum para os dois sexos. Assim, pode-se dizer que se trata de uma tomada de posição ideológica em face ao problema existente na educação, que, para Romanelli (1998, p. 146) o Manifesto representou uma novidade, pois apresenta a educação como um problema social, gerando uma nova concepção educacional e analisada do ponto de vista filosófico, sociológico e psicológico. Aqui se pode perceber que a abordagem científica da sociologia para a análise da educação se faz presente e necessária enquanto ciência para o entendimento dos problemas sociais e educacionais da época.

Gustavo Capanema, em 1942, instituiu uma série de reformas chamadas de Leis Orgânicas do Ensino, acaba por retirar do currículo a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia na escola

1

JACKSON, Luiz Carlos. “A tradição esquecida. Estudo sobre a sociologia de Antônio Cândido.” In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 16. n. 47. Out. 2001. p. 130.

secundária, e alguns conteúdos ministrados nela são agregados à disciplina de Filosofia. Na verdade a reforma Capanema representou um retrocesso em termos de um ensino com perspectiva mais crítica, o enfoque que ele dava no currículo era com caráter mais humanista, nacionalista, que acentuava a velha tradição de um ensino propedêutico, aristocrático e academicista destinada à pequena parcela da população, ou melhor, dizendo, “voltado para a formação das individualidades condutoras” (ROMANELLI, 1998, p. 158).

Com a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação nº 4.024/61, que estabelece a organização curricular, propõe a seguinte divisão: um núcleo de disciplinas obrigatórias (matérias comuns) a serem indicadas pelo Conselho Federal de Educação e, disciplinas complementares e optativas, apontadas pelo Conselho Estadual de Educação. O que se pode inferir que a oferta da disciplina de Sociologia poderia ser ministrada, porém não foi achado nenhum registro se foi ofertada a disciplina em algum Estado, o que sugere que esta disciplina ficou mais no campo das intenções do que de fato ser efetivada na grade curricular.

Como se isso não bastasse, a partir de 1964, com a ditadura militar, as escolas de grau médio, ou se preferir as escolas da educação básica, sofrem controle, inclusive os grêmios estudantis passam a serem centros cívicos sob a orientação do professor de Educação Moral e Cívica. As propostas curriculares do governo ditador tinham clara intenção de caráter ideológico e manipulador dentro das disciplinas escolares.

Neste governo, é promulgada a Lei 5.692/71 que introduz mudanças profundas na estrutura do ensino. As mudanças introduzidas ampliaram a obrigatoriedade da educação escolar para oito anos, a organização do ensino passou a ser 1º e 2º graus, “diminui a carga horária das disciplinas de formação básica – afastou-se o ensino de Filosofia, Sociologia e Psicologia desse grau de ensino -, introduziu-se um grande número de disciplinas supostamente profissionalizantes [...]” (SHIROMA, MORAES e ENVAGELISTA, 2000, p.40), entre outras alterações. Assim, percebe-se que nos regimes ditatoriais não cabem disciplinas que possibilitem o pensamento crítico, tornando subversiva qualquer prática neste sentido, portanto, o ensino de Sociologia não tem espaço na grade curricular neste período. Os anos de 1980, de acordo com Santos (2002, p.51), são marcados pela reformulação do currículo:

Em 1986, já no contexto de redemocratização do país, a Resolução nº 6 do Conselho Federal de Educação, com base na Lei 7.044/82, reformula o currículo do 2º grau. Dentre outras medidas, essa Resolução recomenda a inclusão da Filosofia como disciplina do núcleo comum e coloca a possibilidade da existência de dois tipos de curso: o acadêmico voltado para formação geral e o profissionalizante ofertado nas escolas que desejassem e tivessem condições. A Sociologia não foi citada como disciplina do núcleo comum, todavia, houve a ampliação do leque de possibilidades de sua inclusão na parte diversificada do currículo, principalmente nos cursos acadêmicos. Para tanto, bastava que os sistemas estaduais ou mesmo as escolas tomassem a iniciativa.

De acordo com a citação acima, cabe inferir que a sociologia não consegue ter o destaque que merecia, pois ela retorna ao estágio de disciplina optativa, ou melhor, dizendo, diversificada, conforme já estava estabelecido na Lei nº 4.024/61, o que se traduz em velhas ilusões.

A partir da Constituição de 1988, o livre pensamento e manifestação de ideias foram novamente permitidos, demonstrando que a sociedade nas suas diversas formas e momentos é

que deve construir a si própria, não cabendo a nenhum setor social específico o poder ou o direito de decidir o que e como construir os rumos de um país.

No início da década de 1990, há uma reviravolta no cenário, com a nova Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, que estabelece no seu artigo 36, sobre o currículo do Ensino Médio, preconiza no inciso III, sobre o domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. Neste ponto, se pode dizer, que a Sociologia retorna para o currículo, porém ainda não como disciplina obrigatória, fato este que só vai acontecer com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), aprovada em 1º de junho de 1998, mudança no antigo núcleo comum para o ensino médio, a organização não seria mais por disciplina e sim por áreas de conhecimento, a saber: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. De acordo com Silva (2002, p.69) as disciplinas de Filosofia e Sociologia estariam presentes nas áreas de Ciências Humanas e suas Tecnologias, embora o Parecer não tenha feito nenhuma relação sobre questão. Somente com a aprovação da Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, fato recente, que a Sociologia e a Filosofia tornam-se disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio. Porém, vale destacar, que novas preocupações surgem, pois agora a luta é para que ela se consolide no currículo das escolas públicas não só do ensino médio, mas também do ensino fundamental.

Em relação ao *Campus* de Tocantinópolis, que se candidata como pioneiro no Estado do Tocantins para a implantação do Curso de Ciências Sociais, este foi criado como parte da Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) pelo Decreto Estadual nº 252/90 de 21 de fevereiro de 1990, em conformidade com o disposto na lei nº 136/90.² Instalada a Universidade Federal do Tocantins, com a posse dos primeiros professores concursados em maio de 2003, a discussão sobre a oferta de vagas e a reformulação dos Cursos de Pedagogia e Normal Superior ganhou reforço. No 2º semestre de 2004 foi concretizada a migração dos alunos do Curso de Normal Superior para o curso de Pedagogia fundindo as habilitações como seguem.

Neste sentido, a consolidação do *Campus* passou também pela estruturação de um novo curso e seu diálogo com os setores da sociedade. Desde 1990 a cidade de Tocantinópolis se constrói, enquanto, referência para a formação de Pedagogos na região, ao acenar para um diálogo mais efetivo com os movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento das Quebradeiras de Coco, entre outros), grupos étnicos organizados (grupos indígenas, afro-descendentes, entre outros) entidades públicas privadas ou não-governamentais no planejamento e organização de ações objetiva a formação de uma mentalidade crítica para a região.

² Esta lei dispunha da criação de três centros universitários com sede nas cidades de Arraias, Tocantinópolis e Guaraí. Em 24 de outubro de 1991, a Universidade se transformou em autarquia por força da lei nº 326/91, incorporando à sua estrutura a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano localizada na cidade de Porto Nacional e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras em Araguaína. Foram criados, nesse período, os centros universitários de Palmas, Paraíso e Miracema. Os centros de extensão transformaram-se em Centros Integrados. Ainda na década de 1990, a instituição foi reestruturada pela lei nº 872/96, a qual definiu o processo de extinção da autarquia e a criação da Fundação Universidade do Tocantins, como instituição pública de direito privado. Através da lei nº 1.042/98, foi ampliado o prazo de extinção da autarquia por um período de oito anos, definindo-se a transferência gradativa dos bens móveis e imóveis da autarquia para a Fundação Universidade do Tocantins, tendo por foro a cidade de Palmas, capital do Estado. Ver PINHO, Maria José. **Políticas Educacionais de Formação de Professores no Estado do Tocantins: intenção e realidade.** 2004. 194f. Tese (Doutorado em Educação e Currículo) PUC, São Paulo.

É neste contexto que o curso de Ciências Sociais nasce voltado para a região do Bico do Papagaio e seu entorno, levando em consideração o campo profícuo na área da pesquisa, ensino e extensão, de forma a inserir um espaço que reúna reflexões da realidade cultural, política, social e econômica desta região.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE Nº 03/2006, nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2003, a Reitoria da Universidade Federal do Tocantins, consta que foi convocado os coordenadores de *Campus* e cursos, representantes docentes, discentes e técnico-administrativos para participarem de uma reunião de planejamento para definição das prioridades e linhas de ação a serem desenvolvidas ao longo do ano de 2006. Desta reunião, saiu à definição da política de expansão da UFT, com a criação de 05 novos cursos: Curso de Medicina – no Campus de Palmas; Curso de Serviço Social – no Campus de Miracema; Curso de Ciências Sociais, Licenciatura e Curso de Ciências Sociais, Bacharelado – Campus de Tocantinópolis e Curso de Engenharia Florestal – Campus de Gurupi. Essa política de expansão implantada na época pela UFT fundamentou-se no princípio de democratização do ensino superior público no Estado do Tocantins, priorizando os *campi* do interior que, na época, possuía apenas um curso de graduação, com o objetivo de fortalecê-los.

Com base neste pressuposto, o curso de Ciências Sociais foi criado em 2006, Parecer nº 001/2006, autorizado no dia 24 de maio de 2006, funcionamento no dia 01 de agosto de 2007, reconhecido no dia 01.11.2011, com a nota 4, atendendo ao disposto pelas Diretrizes Curriculares da área. Apresentando a seguinte estrutura organizacional: Licenciatura em Ciências Sociais, modalidade presencial, carga horária mínima – 2885 horas, disponibilizando 80 vagas.

Desta forma, o presente documento, que refere-se ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis, coloca questões gerais para a implantação de um curso voltado para uma região que possibilitou e continuará possibilitando a realização de diversos trabalhos de pesquisa e reflexão, porém, sem esquecer o caráter intervencionista que este curso propicia. Em outras palavras, uma região que foi objeto de estudos para pesquisadores de outras regiões do país, poderá formar, agora, professores-pesquisadores para refletir e intervir na sua própria região.

3. BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando.

A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá se

desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso efetiva-se de fato através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores de alunos e gestores que darão sentido às premissas acima, e assim se efetivarão em mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade X qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável à interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria-prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Deverão, pois, ter como referencial:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;

- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;

- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;

- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;

- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;

- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;

- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;

- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;

- O ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

3.1. FUNDAMENTOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DA UFT

No ano de 2006, a UFT realizou o seu I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (FEPEC), no qual foi apontado como uma das questões relevantes as dificuldades relativas ao processo de formação e ensino-aprendizagem efetivados em vários cursos e a necessidade de se efetivar no seio da Universidade um debate sobre a concepção e organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos.

Nesse sentido, este Projeto Pedagógico objetiva promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania; adequar a organização curricular dos cursos de graduação às novas demandas do mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias a atuação, profissional, independentemente da área de formação; estabelecer os processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante com vistas a desenvolver autonomia de aprendizagem, reduzindo o número de horas em sala de aula e aumentando as atividades de aprendizado orientadas; e, finalmente, adotar práticas didático-pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação, a fim de otimizar o trabalho dos docentes nas atividades de graduação.

A abordagem proposta permite simplificar processos de mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional. Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem deseja considerar a atitude coletiva, integrada e investigativa, o que implica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Reforça não só a importância atribuída à articulação dos componentes curriculares entre si, através da interdisciplinaridade, no semestre e ao longo do curso, mas também sua ligação com as experiências práticas dos educandos.

3.2. A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO INTERDISCIPLINAR: CAMINHOS POSSÍVEIS

A construção de um currículo interdisciplinar nos remete à necessidade de uma formulação teórica capaz de dar sustentação ao projeto pedagógico do curso de licenciatura dialogando com as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

Neste sentido, a presente proposta ancora-se na visão de Edgar Morin, que em sua obra “O Paradigma perdido: a natureza humana” (1973) articulou biologia, antropologia, etnologia, história, sociologia, psicologia, dentre outras ciências para construir a ciência do homem. Enfatizou o confronto que vem sendo feito entre o mundo das certezas, herdado da tradição e o mundo das incertezas, gerado pelo nosso tempo de transformações e, nesse sentido, passou a entender o homem como uma unidade biopsicossociológica, caminhando de uma concepção de matéria viva para uma concepção de sistemas vivos e, desses, para uma concepção de organização, como diz:

o ser vivo está submetido a uma lógica de funcionamento e de desenvolvimento completamente diferentes, lógica essa em que a indeterminação, a desordem, o acaso intervêm como fatores de organização superior ou de auto-organização. Essa lógica do ser vivo é, sem dúvida, mais complexa do que aquela que o nosso entendimento aplica às coisas, embora o nosso entendimento seja produto dessa mesma lógica. (MORIN, 1973, p. 24).

O pensamento complexo proposto por Morin pressupõe a busca de uma percepção de mundo, a partir de uma nova ótica: a da complexidade. Propõe uma multiplicidade de pontos de vista; uma perspectiva relacional entre os saberes em sua multiplicidade; a conquista de uma percepção sistêmica, pós-cartesiana, que aponta para um novo saber, a partir do pensamento complexo. A complexidade do real, como um novo paradigma na organização do conhecimento, abala os pilares clássicos da certeza: a ordem, a regularidade, o determinismo e a separabilidade.

Ainda, segundo Morin (1994) a complexidade refere-se à quantidade de informações que possui um organismo ou um sistema qualquer, indicando uma grande quantidade de interações e de interferências possíveis, nos mais diversos níveis, assim:

essa complexidade aumenta com a diversidade de elementos que constituem o sistema. Além do aspecto quantitativo implícito neste termo, existiria também a incerteza, o indeterminismo e o papel do acaso, indicando que a complexidade surge da intersecção entre ordem e desordem. O importante é reconhecer que a complexidade é um dos parâmetros presentes na composição de um sistema complexo ou hipercomplexo como o cérebro humano, assim como também está presente na complexa tessitura comum das

redes que constituem as comunidades virtuais que navegam no ciberespaço. (MORIN, 1994, p. 225).

Na perspectiva de Morin (1994), portanto, a complexidade está no fato de que o todo possui qualidades e propriedades que não se encontram nas partes isoladamente. O termo complexidade traz, em sua essência, a ideia de confusão, incerteza e desordem; expressa nossa confusão, nossa incapacidade de definir de maneira simples, para nomear de maneira clara, para por ordem em nossas ideias. O pensamento complexo é visto como uma viagem em busca de um modo de pensamento capaz de respeitar a multidimensionalidade, a riqueza, o mistério do real e de saber que as determinações (cerebral, cultural, social e histórica), que se impõe a todo o pensamento, co-determinam sempre o objeto do conhecimento (MORIN, 2003, p. 21).

Analisar a complexidade, segundo Burnham (1998, p. 44), requer o olhar por diferentes óticas, a leitura por meio de diferentes linguagens e a compreensão por diferentes sistemas de referência. Essa perspectiva multirreferencial é entendida como um método integrador de diferentes sistemas de linguagens, aceitas como plurais ou necessariamente diferentes umas das outras, para elucidar a complexidade de um fenômeno. Nessa acepção, segundo Ardoino (1998), se torna essencial, nos espaços de aprendizagem,

o afloramento de uma leitura plural de seus objetos (práticos ou teóricos), sob diferentes pontos de vista, que implicam visões específicas, quanto linguagens apropriadas às descrições exigidas, em função de sistemas de referenciais distintos, considerados e reconhecidos explicitamente, como não redutíveis uns aos outros, ou seja, heterogêneos (ARDOINO, 1998, p. 24).

A partir dessa complexidade, Morin propõe despertar a inteligência geral adormecida pela escola vigente e estimular a capacidade de contextualizar e globalizar; de termos uma nova maneira de ver o mundo, de aprender a viver e de enfrentar a incerteza. A educação, nessa perspectiva, se configura como uma função global que atravessa o conjunto dos campos das ciências dos homens e da sociedade, interessando tanto ao psicólogo social, ao economista, ao sociólogo, ao filósofo ou a historiador etc. (ARDOINO, 1995 apud MARTINS, 2004, p. 89). A incorporação da diversidade do coletivo e a potencialização das experiências multirreferenciais dos sujeitos requer não somente a concepção de um currículo que privilegie a dialogicidade, a incerteza e certeza, a ordem e desordem, a temporalidade e espacialidade dos sujeitos, mas, também, a utilização de dispositivos comunicacionais que permitam a criação de ambientes de aprendizagem capazes de subverter as limitações espaços-temporais da sala de aula.

Refletir sobre esse novo currículo implica “considerá-lo como *práxis* interativa, como sistema aberto e relacional, sensível à dialogicidade, à contradição, aos paradoxos cotidianos, à indexalidade das práticas, como instituição eminentemente relevante, carente de ressignificação em sua emergência” (BURNHAM, 1998, p. 37). O conhecimento entendido não mais como produto unilateral de seres humanos isolados, mas resultado de uma vasta cooperação cognitiva, da qual participam aprendentes humanos e sistemas cognitivos artificiais, implicando modificações profundas na forma criativa das atividades intelectuais.

Sob esse olhar, o currículo se configura como um campo complexo de contradições e questionamentos. Não implica apenas seleção e organização de saberes, mas um emaranhado de questões relativas a sujeitos, temporalidades e contextos implicados em profundas

transformações. Configura-se como um sistema aberto, dialógico, recursivo e construído no cotidiano por sujeitos históricos que produzem cultura e são produzidos pelo contexto histórico-social (BURNHAM, 1998; MACEDO, 2002). Nessa nova teia de relações estão inseridos os processos educativos, que se tornam influenciáveis por determinantes do global, do nacional e do local. Para compreendê-lo, torna-se imperativo assumirmos uma nova lógica, uma nova cultura, uma nova sensibilidade e uma nova percepção, numa lógica baseada na exploração de novos tipos de raciocínio, na construção cotidiana, relacionando os diversos saberes.

Nesse sentido, adotar a interdisciplinaridade como perspectiva para a transdisciplinaridade como metodologia no desenvolvimento do currículo implica a confrontação de olhares plurais na observação da situação de aprendizagem para que os fenômenos complexos sejam observados. Implica também, como afirma Burnham (1998), entender não só a polissemia do currículo,

mas o seu significado como processo social, que se realiza no espaço concreto da escola, cujo papel principal é o de contribuir para o acesso, daqueles sujeitos que aí interagem, a diferentes referenciais de leitura de mundo e de relacionamento com este mesmo mundo, propiciando-lhes não apenas um lastro de conhecimentos e de outras vivências que contribuam para a sua inserção no processo da história, como sujeito do fazer dessa história, mas também para a sua construção como sujeito (quicá autônomo) que participa ativamente do processo de produção e de socialização do conhecimento e, assim da instituição histórico-social de sua sociedade (BURNHAM 1998, p. 37).

Nessa perspectiva, o conhecimento passa a se configurar como uma “rede de articulações desafiando nosso imaginário epistemológico a pensar com novos recursos, reencantando o ato de ensinar e aprender ao libertarmos [...] as palavras de suas prisões e devolvendo-as ao livre jogo inventivo da arte de conversar e pensar.” (ASMANN, 1998, p. 82).

Nosso desafio mais impactante na implementação do currículo na Universidade Federal do Tocantins (UFT) está em superar o enfoque disciplinar das nossas construções curriculares para a concepção de currículos integrados, através e por meio de seus eixos transversais e interdisciplinares, caminhando na busca de alcançarmos a transdisciplinaridade. Considerando que desejar é o passo inicial para se conseguir, apostamos que é possível abordar, dispor e propor aos nossos alunos uma relação com o saber (CHARLOT, 2000) em sua totalidade complexa, multirreferencial e multifacetada.

Nesse fazer, os caminhos já abertos e trilhados não serão descartados, abandonados. As rupturas, as brechas, os engajamentos conseguidos são importantíssimos e nos apoiarão no reconhecimento da necessidade de inusitadas pistas. Portanto, a solução de mudança não está em tirar e pôr, podar ou incluir mais um componente curricular, uma matéria, um conteúdo, e sim, em redefinir e repensar o que temos, com criatividade, buscando o que pretendemos. Essa caminhada será toda feita de ir e vir, avanços e recuos e, nesse movimento de ondas, é possível vislumbrarmos o desenho de um currículo em espiral, ou seja, um trabalho que articula e abrange a dinamicidade dos saberes organizados nos ciclos e eixos de formação. Essa construção de uma matriz curricular referenciada e justificada pela ação e interação dos seus construtores, com ênfase não-linear, nos conduzirá a arquiteturas de formação não-determinista, com possibilidades de abertura, o que propiciará o nosso projeto de interdisciplinaridade, flexibilidade e mobilidade. Nesse sentido, não tem nem início nem fim, essa matriz tem,

Fronteiras e pontos de intersecção ou focos. Assim um currículo modelado em uma

matriz também é não-linear e não-sequencial, mas limitado e cheio de focos que se interseccionam e uma rede relacionada de significados. Quanto mais rico o currículo, mais haverá pontos de intersecção, conexões construídas e mais profundo será o seu significado. (DOLL JR., 1997, p. 178).

Curricularmente, essa matriz se implementa por meio de um trabalho coletivo e solidário em que o planejamento reconhece como importante deste fazer o princípio da auto-organização da teoria da complexidade. A dialogicidade é fundamental para evitarmos que a própria crítica torne-se hegemônica e maquiada. Desassimilação de hábitos e mudanças de estruturas não são fáceis. É frustrante o esforço que leva a produções sem sentido. Entretanto, não se muda sem alterar concepções, destroçar profundamente conteúdos e rotinas curriculares costumeiras.

O modelo disciplinar linear ou o conjunto de disciplinas justapostas numa grade curricular de um curso têm tido implicações pedagógicas diversas e deixado marcas nada opcionais nos percursos formativos. O currículo centrado na matéria e salivado nas aulas magistrais tem postado o conhecimento social de forma paralela ao conhecimento acadêmico. Nesse sentido, o conhecimento aparece como um fim a-histórico, como algo dotado de autonomia e vida própria, à margem das pessoas (SANTOMÉ, 1998, p. 106), perpassa a ideia de que nem todos os alunos têm condições de serem bem sucedidos em algumas disciplinas, legitimando o próprio fracasso acadêmico. Um currículo disciplinar favorece mais a propagação de uma cultura da objetividade e da neutralidade, entre tantas razões, porque é mais difícil entrar em discussões e verificações com outras disciplinas com campos similares ou com parcelas comuns de estudo (SANTOMÉ, 1998, p. 109).

Como consequência, as contradições são relegadas e as dimensões conflituosas da realidade social refutadas, como se fosse possível sua ocultação.

A crise que desequilibra valores e posturas do século passado é a mesma que dá forças para alternativas curriculares no século XXI. As críticas tecidas ao currículo disciplinar propõem perspectivar a embriologia do currículo globalizado, currículo integrado ou currículo interdisciplinar. Apesar de alguns autores não distinguirem interdisciplinaridade de integração, muitos defendem que interdisciplinaridade é mais apropriada para referir-se à inter-relação de diferentes campos do conhecimento, enquanto que integração significa dar unidade das partes, o que não qualifica necessariamente um todo em sua complexidade. Os currículos interdisciplinares, hoje propostos, coincidem com o desejo de buscar modos de estabelecer relações entre campos, formas e processos de conhecimento que até agora eram mantidos incomunicáveis (SANTOMÉ, 1998, p. 124). Nessa perspectiva,

No desenvolvimento do currículo, na prática cotidiana na instituição, as diferentes áreas do conhecimento e experiência deverão entrelaçar-se, complementar-se e reforçar-se mutuamente, para contribuir de modo mais eficaz e significativo com esse trabalho de construção e reconstrução do conhecimento e dos conceitos, habilidades, atitudes, valores, hábitos que uma sociedade estabelece democraticamente ao considerá-los necessários para uma vida mais digna, ativa, autônoma, solidária e democrática. (SANTOMÉ, 1998, p. 125).

Nosso currículo desejado é um convite a mudanças e afeta, é claro, as funções dos professores que trabalham em um mesmo curso. Nossa opção de organização do currículo novo cria colegiados de saberes “e ilhas de conhecimentos” que potencializarão a formação de arquipélagos de vivências e itinerâncias participativas. Distancia-se, pois, do currículo disciplinar

em que é possível o trabalho isolado, o eu-sozinho e incomunicável. No qual, encontram-se professores que são excelentes em suas disciplinas, mas que por estarem, muitas vezes, preocupados somente com suas matérias, chegam a induzir os alunos a acreditarem e se interessarem por esta ou aquela disciplina em detrimento de outras, por acreditarem que há disciplinas mais importantes e outras menos importantes.

A construção da realidade social e histórica depende de seus sujeitos, de seus protagonistas. A matriz curricular terá a cara ou será o monstro que os desenhistas conseguirem pintar a partir da identidade possível construída.

No entanto pode-se falar, conforme Santomé (1998, p. 206) em quatro formatos de integrar currículos: a) integração correlacionando diversas disciplinas; b) integração através de temas, tópicos ou ideias, c) integração em torno de uma questão da vida prática e diária; d) integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes. Além da possibilidade ainda de:

1. Integração através de conceitos,
2. Integração em torno de períodos históricos e/ou espaços geográficos,
3. Integração com base em instituições e grupos humanos,
4. Integração em torno de descobertas e invenções,
5. Integração mediante áreas de conhecimento.

Por meio da implantação do programa de reestruturação e expansão de seus cursos e programas, a UFT objetiva a ampliação do acesso com garantia de qualidade. Os princípios que orientam a construção de suas políticas de formação estão assentados na concepção da educação como um bem público, no seu papel formativo, na produção do conhecimento, na valorização dos valores democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania e na luta contra a exclusão social.

Nesse sentido, enfatiza que a Universidade não deve apenas formar recursos humanos para o mercado de trabalho, mas pessoas com espírito crítico e humanista que possam contribuir para a solução dos problemas cada vez mais complexos do mundo. Para tanto, propõe o exercício da interdisciplinaridade, com vistas atingirmos a transdisciplinaridade, ou seja, uma nova relação entre os conhecimentos.

Isso implica, ainda, os seguintes desdobramentos:

- Introduzir nos cursos de graduação temas relevantes da cultura contemporânea, o que, considerando a diversidade multicultural do mundo atual, significa pensar em culturas, no plural.
- Dotar os cursos de graduação com maior mobilidade, flexibilidade e qualidade, visando o atendimento às demandas da educação superior do mundo contemporâneo.

Este projeto possui uma construção curricular em eixos. A ideia é proporcionar ao aluno uma formação inicial ampla, evitando assim a profissionalização precoce uma das grandes causas da evasão. Os eixos referem-se aos diferentes níveis de aprofundamento e distribuição dos conhecimentos das áreas. Dentro da perspectiva do currículo composto por eixos articulados,

o acadêmico vivenciará, em diversos níveis processuais de aprofundamento, as áreas dos saberes. Os eixos deverão ser compreendidos como elementos centrais e articuladores da organização do currículo, garantindo equilíbrio na alocação de tempos e espaços curriculares, que atendam aos princípios da formação. Em torno deles, de acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº. 09/2001 (p. 41) se articulam as dimensões que precisam ser contempladas na formação profissional e sinalizam o tipo de atividade de ensino e aprendizagem que materializam o planejamento e a ação dos formadores de formadores.

A articulação dos eixos pressupõe o diálogo interdisciplinar entre os campos do saber que compõem os cursos e se concretizam em componentes curriculares, constituindo-se na superação da visão fragmentada do conhecimento. Na prática, essa articulação pode ser garantida por componentes curriculares de natureza interdisciplinar e por outros de natureza integradora, tais como Seminários Temáticos, Oficinas e Laboratórios. Com base nestes princípios, o presente projeto terá como fundamento para a composição da interdisciplinaridade o desdobramento por ciclos que se articulam e se complementam entre si.

3.3. DESDOBRANDO OS EIXOS

Os eixos, que compõem este projeto, serão articulados de forma a levar o aluno à compreensão de que a formação é composta de conhecimentos e habilidades básicas necessárias para a leitura do mundo e compreensão da ciência e de conhecimentos específicos necessários à formação do profissional. A pós-graduação passa a integrar esse processo de forma a preparar o aluno, que optar por esse ciclo, para o exercício profissional no atual estágio de desenvolvimento da ciência e das tecnologias.

Assim, nos primeiros semestres do curso, o aluno passa pelo Eixo de Formação Geral e o Eixo Complementar, que além de propiciar-lhe uma compreensão pertinente e crítica da realidade natural, social e cultural, permite-lhe a vivência das diversas possibilidades de formação, tornando-o apto a fazer opções quanto a sua formação profissional podendo inclusive articular diferentes áreas de conhecimento. Em seguida, o Eixo de Formação Profissional, oferece-lhe uma formação mais específica, consistente com as atuais demandas profissionais e sociais e, o de aprofundamento em nível de pós-graduação busca a articulação dos eixos anteriores tendo como foco as áreas de conhecimento e projetos de pesquisa consolidados na Universidade.

O objetivo de se trabalhar com estes eixos é formar um conjunto curricular que se esteja o tempo todo se relacionando, como sugerem as suas denominações, bem como, receberem um tratamento mais focado num aspecto analisado ou a partir de certo campo do saber, sendo um fio condutor de diálogo entre as áreas de conhecimento.

3.4. A INTERDISCIPLINARIDADE NA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

Este Projeto Pedagógico tem como referência básica as diretrizes do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFT, as diretrizes curriculares do curso e os pressupostos da interdisciplinaridade.

A partir das concepções de eixos, temas geradores e do perfil do profissional da área de conhecimento e do curso, a estrutura curricular deve ser construída na perspectiva da interdisciplinaridade, tendo como elemento desencadeador a problematização de sua contribuição para o desenvolvimento da ciência e melhoria da qualidade de vida da humanidade. Deve proporcionar, durante todo o curso, a busca de formulações a partir dos grandes questionamentos, que devem estar representados nos objetivos gerais e específicos, nas disciplinas, interdisciplinas, projetos, e em todas as atividades desenvolvidas no percurso acadêmico e nos trabalhos de conclusão do curso. Enfim, por meio do ensino e da pesquisa, os alunos deverão refletir sobre a área de conhecimento numa perspectiva mais ampliada e contextualizada como forma de responder aos questionamentos formulados.

3.4.1. EIXOS DE FORMAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

A presente proposta do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura orienta-se pelas novas Diretrizes Curriculares (Parecer CNE/CES 492/01) e procura aliar as questões da licenciatura à pesquisa, ou seja, orientando a formação do professor/pesquisador, com ênfase tanto em disciplinas de pesquisa quanto em disciplinas voltadas à prática docente.

O curso orienta-se às novas possibilidades de inserção deste profissional no mundo moderno com uma discussão sólida no que se refere às disciplinas que compõe o eixo central do curso. Neste sentido, o Curso de Ciências Sociais será organizado através do sistema de créditos. Cada crédito equivale a 15 h/a, sendo necessário que seja somado um total em disciplinas de 175 créditos para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Sociais.

Desta forma, os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas seguem as seguintes orientações:

a) **Eixo de Formação Específica:** Tem como eixo central *Saberes Epistemológicos das Ciências Sociais*, centrado nas disciplinas acadêmicas obrigatórias, optativas e complementares de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. A estas, ligadas aos *Saberes Pedagógicos*, que se ligam as disciplinas da área de Ciências Humanas como: História, Geografia e Psicologia.

b) **Eixo de Formação Complementar:** constitui-se do conjunto de disciplinas acadêmicas obrigatórias e optativas para a aquisição da formação do licenciado ligada ao eixo *Saberes Didático-Prático*. Deverão ser previstos conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam, tendo a seguinte estrutura:

b.1) *Disciplinas optativas* oferecem uma discussão de questões mais específicas, que podem ser oferecidas pelo corpo docente de acordo com as necessidades de pesquisa decorrente das situações vivenciadas pelos acadêmicos ao longo do curso. Embora as discussões envolvendo a questão regional perpassem o Eixo de Formação Específica, as disciplinas optativas voltam-se com maior ênfase para estas temáticas.

b.2) *Atividades práticas* (relacionadas às discussões teóricas) através do Estágio Supervisionado.

Neste sentido, a carga horária necessária para a licenciatura será complementada por mais 405 h/a de estágio, conforme tabela abaixo:

Período	Disciplina	C.H.T	C.H.P	Carga Horária
5º	Estágio Curricular Supervisionado I	60	15	75 horas
6º	Estágio Curricular Supervisionado II	60	60	120 horas
7º	Estágio Curricular Supervisionado III	45	60	105 horas
8º	Estágio Curricular Supervisionado IV	45	60	105 horas
Total		210	195	405h/a

c) **Eixo de Formação Livre** compreende e atividades acadêmicas de livre escolha do aluno no contexto da IES. Assim, envolve as *Atividades Complementares* onde os alunos podem participar de diversas formas de atividades relacionadas ao Curso e aos demais cursos do *Campus*, desde que cumpra 210 (duzentas e dez) horas.

d) **Eixo de Formação Profissional:** Tem como base o eixo de *Formação do Conhecimento Científico* que proporciona o desenvolvimento de competências básicas de aprofundamento teórico-metodológico, dialogando com as diversas áreas de conhecimento, de forma disciplinar, multidisciplinar e interdisciplinar na formação do futuro licenciado em Ciências Sociais, possibilitando a continuidade de seus estudos em cursos de pós-graduação. Além disso, acredita-se o currículo pautado na flexibilidade que os eixos oferecem, estará em consonância com a proposta curricular geral da UFT, ajudando o acadêmico na mobilidade, caso o desejarem: transferência de curso, complementação de curso e/ou a segunda graduação.

Neste contexto, o currículo interdisciplinar proporciona ao futuro profissional da área da licenciatura em Ciências Sociais uma sólida formação em torno do amplo conhecimento do eixo central que formam a identidade do curso: Sociologia, Antropologia e Ciência Política, que dialogando com outras áreas de Ciências Humanas, no que se refere aos conteúdos pedagógicos, propiciam a articulação com a pesquisa e a prática social.

e) **Eixo de pós-graduação:** Neste eixo, cujo elemento integrador é o *aprofundamento teórico*, opcional para o aluno, os programas buscarão a articulação das áreas de pesquisa e de conhecimento aos cursos de graduação, inclusive daqueles oferecidos em outros *campi*, permitindo maior mobilidade dos alunos intra e *intercampi*.

3.4.2. ESTRUTURA DO EIXO DE FORMAÇÃO

Eixos	Disciplinas	CRED	C.H
Saberes Epistemológicos das Ciências Sociais	Antropologia I	04	60
	Ciência Política I	04	60
	Sociologia I	04	60
	Antropologia II	04	60
	Ciência Política II	04	60
	Sociologia II	04	60
	Antropologia III	05	75
	Ciência Política III	05	75
	Sociologia III	05	75
	Cultura, Política e Patrimônio	06	90
	Sociologia do Trabalho	05	75
	História Moderna	04	60
	História do Pensamento Econômico	04	60
	Filosofia	04	60
	História do Pensamento Social no Brasil	04	60
		Movimentos Sociais	07
	Optativa I	04	60
	Optativa II	04	60
Subtotal de Créditos/Horas		77	1155
Formação do Conhecimento Científico	Leitura e prática de produção de texto	05	75
	Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais	04	60
	Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais	04	60
	Seminário de Ciências Sociais	08	120
	Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais I	07	105
	Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais II	07	105
Subtotal de Créditos/Horas		35	525
	Estágio Curricular Supervisionado I	05	75
	Estágio Curricular Supervisionado II	08	120
	Estágio Curricular Supervisionado III	07	105
	Estágio Curricular Supervisionado IV	07	105
Subtotal de Créditos/Horas		27	405
Saberes Pedagógicos	Didática	05	75
	Metodologia do Ensino de Sociologia	06	90
	História da Educação	04	60
	Gênero e Sociedade	04	60
	Sociologia da Educação	04	60
	Educação Ambiental	04	60
	Filosofia da Educação	04	60
	Política, Legislação e organização da Educação Básica	04	60
	Psicologia da Educação	04	60
	Estudos sobre África e Brasil-África	05	75
	Sociedades e Culturas Indígenas	05	75
	Educação e Mídia	05	75
	Libras	05	75
Subtotal de Créditos/Horas		59	885

3.4.3 FLUXOGRAMA DO CURSO

Eixo	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Saberes Epistemológicos das Ciências Sociais	Antropologia I	Antropologia II	Antropologia III	Cultura, Política e Patrim	Soc Trab	Movim Soc	Optativa I	Optativa II
	Ciência Política I	Ciência Política II	Ciência Política III					
	Sociologia I	Sociologia II	Sociologia III	Hist. Pensam Social no Brasil				
	História Moderna	Filosofia	Hist. Pens. Econôm					

Eixo	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Formação do Conhecimento Científico	Leitura e Prática de Prod. de Texto				Met da Pesquisa em CS	Met Quant em CS	Sem. Pesq CS I	Sem. Pesq CS II
					Seminário de CS			

Eixo	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Saberes Didático-Prático				Met do Ens Soc	Estágio I	Estágio II	Estágio III	Estágio IV

Eixo	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Saberes Pedagógicos		Estudos sobre África e Brasil-África	Didática	Pol Leg Ed Bas	Sociol Educ	Gênero e Sociod	Sociod e Cult Indíg	Edu e Mídia
				Hist. Educação	Filosof da Educ	Psico Educ	Educ Ambient	Libras

3.5. FORMAS DE INGRESSO E MOBILIDADE ENTRE CURSOS

O ingresso acontecerá, inicialmente, pelo SISU (de acordo com as orientações em vigência na UFT), ou por outras modalidades de ingresso, conforme estudos a serem realizados com vistas à proposição de outros meios de seleção. Nessa etapa, o acadêmico terá que cursar os créditos de cada eixo proposto pelo curso, sendo que poderá cursar conteúdos e atividades curriculares oferecidos por outras áreas de conhecimento do Campus e/ou de outro Campus, observados os critérios de existência de vagas nas (inter)disciplinas e orientações emitidas pela Coordenação do Curso.

O sistema de creditação dos estudos realizados será definido em normativa própria, devendo prever que a equivalência será definida pelo objetivo e ementa da disciplina, independentemente da abordagem assumida pelas disciplinas ou interdisciplinas em cada uma das áreas de conhecimento.

O aproveitamento das disciplinas cursadas em outro curso será realizado por meio de sistema creditação dos estudos realizados pelos estudantes no Eixo de Formação Específica e pelo Eixo de Formação Complementar, em conformidade com a lei.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A organização didático pedagógica do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFT tem como base conceitual e estrutural as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Ciências Sociais (Parecer CNE/CES 492/2001) e do Parecer CNE/CP 009/2001 que trata da Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

4.2. JUSTIFICATIVA

Pela antiga região do extremo-norte goiano muitos foram os estudiosos que desenvolveram seus trabalhos ao longo do século XX. Roberto DaMatta e Curt Nimuendajú enfocaram as populações indígenas da etnia Apinayé; Belisário Pena e Arthur Neiva denunciaram o que chamavam de “abandono dos sertões”; Luis Palacin, o coronelismo de “Boa Vista do Tocantins”; e este processo adentra no momento atual, de consolidação da Universidade Federal do Tocantins, no atual Estado do Tocantins, onde vários são os trabalhos realizados por professores-pesquisadores da universidade sobre estes e outros temas, incluindo aqui a Guerrilha do Araguaia, a questão das quebradeiras de coco-babaçú, etc. Embora estes sejam trabalhos de pesquisa, muitos relatos de viajantes se tornam documento importante para estudos sobre a região e, em um destes relatos, publicado na década de 1940, o médico Júlio Paternostro, ao empreender longa viagem pela região, referiu-se às sociedades do Vale do Rio Tocantins, incluindo a cidade de Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis), como “Párias da Nossa Civilização”, procurando expressar a situação tradicional das sociedades sertanejas do referido vale. Em contraposição à esta ideia, Florestan Fernandes, um dos grandes responsáveis pela

consolidação das Ciências Sociais no Brasil, não concordando com a expressão utilizada por Paternostro, acabou por indicar outros caminhos de inclusão destas sociedades no processo de desenvolvimento do Brasil. Mas o que é importante é que termos como àqueles utilizados por Paternostro remetem também às representações comentadas pelo antropólogo alemão Emílio Willens, da Universidade de São Paulo (USP), em relação aos caboclos “isolados” que povoam o interior do Brasil:

geralmente se é impiedoso com essas populações; aplicam-se-lhes epítetos como ‘atrasadas’, ‘indolentes’ e outros menos lisonjeiros ainda. Vivem de uma maneira julgada indigna e desprezível. Acha-se que deviam trabalhar e produzir mais e melhor, que deviam adubar suas roças, usar sabão, escola, parteira, farmácia e médico.³

Enfim, essas populações deveriam, segundo o pensamento etnocêntrico criticado tanto por Florestan Fernandes quanto por Emílio Willens, adentrar nas concepções e práticas daquilo que poderia ser considerado a “civilização” litorânea brasileira. Porém, a crítica às concepções etnocêntricas não estaria concluída com uma posição totalmente relativista tanto para Florestan Fernandes quanto para Emílio Willens: as populações do interior do Brasil chamadas de *caboclos* ou *sertanejos*, não poderiam ser entendidas simplesmente por uma ótica evolucionista (populações *atrasadas*) ou etnocêntrica (populações *inferiores*), mas nem por esta razão deveriam permanecer na situação *problemática* em que se encontravam.

Desta forma, o presente documento, que refere-se ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis, coloca questões gerais para a implantação de um curso voltado para uma região que possibilitou e continuará possibilitando a realização de diversos trabalhos de pesquisa e reflexão, porém, sem esquecer o caráter intervencionista que este curso propicia. Em outras palavras, uma região que foi objeto de estudos, poderá formar professores-pesquisadores para refletir e intervir na região.

Afinal, as transformações ocorridas na região, principalmente a partir da segunda metade do século XX, envolveram camponeses, indígenas, populações urbanas e rurais, governantes e interesses privados, que, nos últimos 50 anos geraram uma realidade fonte de pesquisas acadêmicas e governamentais: a guerrilha do Araguaia na década de 1970; violência no campo, de longa data, incluindo a questão do Padre Josimo; trabalho escravo que somente nos últimos anos ganhou projeção nacional; práticas coronelistas que ecoam do século XIX; e, por “último”, o desequilíbrio no ecossistema provocado pela devastação da natureza com a extração da madeira que veio interferir também na organização social indígena, entre outras questões.

Os impactos sócio-econômico-culturais foram sentidos e interpretados de diversas formas e não foram concluídos na região, sendo que a construção de uma barragem no município de Estreito-MA, distante apenas 30 km de Tocantinópolis, juntamente com o avanço da construção da Ferrovia Norte-Sul, começam a mostrar seus resultados na região. Desta forma, um curso voltado para pensar questões de planejamento e reflexão se torna fundamental para a região do Bico do Papagaio.

³ WILLENS, Emílio. **O Problema Rural Brasileiro**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1946. p. 07-08.

Por outro lado, as discussões sobre a inclusão de Sociologia no Ensino Médio poderão possibilitar outro caminho para os egressos: o magistério de Ensino Médio. Se por muito tempo tanto Sociologia e Filosofia foram tratadas enquanto tema transversal, a discussão atual ganha conteúdo, ganha força, procurando formar cidadãos que tenham exercício pleno da cidadania, direito de todos, num contexto de avanço dos cursos de Ciências Sociais na região norte do Brasil.

A formação em Ciências Sociais conjuga o domínio de várias disciplinas, particularmente, da Sociologia, Antropologia e Ciência Política, que formam o seu “núcleo estrutural”, e, conhecimentos de outras áreas como: História e Geografia, Filosofia, Pedagogia e Psicologia. (BRASIL, MEC/Sesu, 1997, p. 3).

A conjunção dessas ideias é o que nos incentiva a reconhecer a relevância do curso de Ciências Sociais para a região do extremo-norte do Tocantins e áreas vizinhas, reconhecendo todo um contexto sócio-histórico-cultural (enquanto um inesgotável potencial de pesquisa na área de movimentos sociais, étnicos, em seus aspectos históricos e culturais) e político.

Mas por enquanto, poderíamos retomar a questão inicial, a partir das concepções de Florestan Fernandes e Emílio Willens: o grande desafio ao se implantar um curso de Ciências Sociais na região do Bico do Papagaio estaria em possibilitar a “formação” de sujeitos capazes de intervir nas condições de vida na região, procurando não desconsiderar as formas locais de organização em detrimento de uma concepção de sociedade um tanto diferenciada da realidade regional.

4.3. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso Ciências Sociais deve ter como objetivo primeiro a formação de profissionais capazes de fazer uma leitura crítica da realidade social, econômica, política e cultural do país e, em nosso caso, da região do Bico do Papagaio, bem como interferir nessa realidade a fim de transformá-la. E a isto, seguem outros objetivos:

- Formar docentes críticos e conscientes de sua missão como formadores de outros cidadãos;
- Propiciar debates sobre a realidade sócio-econômica-cultural da região para os profissionais que atuam em diversas áreas, inclusive no magistério;
- Consolidar o curso para construir, a partir do diálogo com o curso de Pedagogia (Tocantinópolis) e demais cursos da UFT, a possibilidade de cursos de pós-graduação na Área de Ciências Humanas e Sociais;
- Propiciar o diálogo com os demais cursos da UFT, principalmente àqueles da área de Ciências Humanas e Sociais, e estabelecer contatos efetivos com os demais cursos de Ciências Sociais das regiões Norte e Nordeste, objetivando a elevação do debate acadêmico sobre os temas de interesse do curso.

4.4. PERFIL PROFISSIONGRÁFICO

A formação de profissionais, cujo perfil mais comum do cientista social, enquanto, um profissional dinâmico, contará com uma ampla formação básica que permite incorporar diversas ocupações nos setores público, privado e não-governamental (ONG's). Em se tratando de licenciatura, o cientista social deverá ser capaz de atuar na educação básica e superior comprometido com a garantia da qualidade da educação e desenvolver pesquisas e projetos educacionais ancoradas por ampla formação acadêmica teórica e prática sólidas. No Ensino Médio, o licenciado atuará no ensino de Sociologia e a partir da área de pós-graduação que escolher (Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Educação, e áreas afins) lecionará também em outras áreas. Em síntese, temos que o perfil do formando abrange as seguintes formas de atuação:

- Professor de Ensino Fundamental, de Ensino Médio e de Ensino Superior.
- Pesquisador seja na área acadêmica ou não acadêmica.
- Profissional que atue em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não-governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, centros culturais e atividades similares.

4.5. COMPETÊNCIAS, ATITUDES E HABILIDADES

De acordo com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia do Ministério da Educação, aprovadas em 03 de abril de 2001, através do parecer CNE/CES nº 492/01, as competências e habilidades, a saber, são:

Gerais:

- Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica
- Autonomia intelectual
- Capacidade analítica
- Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social
- Compromisso social
- Competência na utilização da informática

Específicas para licenciatura:

- Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio.
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.
- Produção de material didático.

4.6. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

A diversidade de atuação do cientista social faz do curso um cabedal de muitas possibilidades, embora seja importante deixar claro que curso algum possui *a priori* um mercado a comportar imediatamente os egressos: esse é um intenso processo de mediação que a universidade deverá exercer junto às esferas pública, privada, os movimentos sociais, entre outros. De acordo com documentos oficiais, o licenciado em Ciências Sociais poderá trabalhar no ensino da Sociologia para o ensino fundamental e médio.

Além disso, o cientista social (licenciado) poderá atuar no magistério superior a partir da realização de uma pós-graduação. Conforme os objetivos deste Projeto Político-Pedagógico, a Universidade deverá possibilitar o acesso dos egressos a cursos de Pós-Graduação na área do Curso.

Faz-se necessário aqui mencionar a Lei nº 6.888, de 10 de Dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências:

Art. 1º O exercício, no País, da profissão de Sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até a data da publicação desta Lei, em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, diplomados até a data da publicação desta Lei, por estabelecimentos de pós-graduação, oficiais ou reconhecidos.

e) aos que, embora não diplomados nos termos das alíneas *a*, *b*, *c* e *d*, venham exercendo efetivamente, há mais de 5 (cinco) anos, atividade de Sociólogo, até a data da publicação desta Lei.

Art. 2º É da competência do Sociólogo:

I - elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social;

II - ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Art. 3º Os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou as entidades privadas, quando encarregados da elaboração e execução de planos, estudos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto perdurar a referida atividade, Sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para prestação de serviços.

Art. 4º As atividades de Sociólogo serão exercidas na forma de contrato de trabalho, regido pela Consolidação das Leis do trabalho, em regime do Estatuto dos Funcionários Públicos, ou como atividade autônoma.

Art. 5º Admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviço previstos nesta Lei, desde que as mesmas mantenham Sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de Sociólogo a pessoas não habilitadas.

Art. 6º O exercício da profissão de Sociólogo requer prévio registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, e se fará mediante a apresentação de:

I - documento comprobatório de conclusão dos cursos previstos nas alíneas *a*, *b*, *c* e *d* do art.1º, ou a comprovação de que vem exercendo a profissão, na forma da alínea e do art. 1º;

II - carteira profissional.

Parágrafo único. Para os casos de profissionais incluídos na alínea e do art. 1º, a regulamentação desta Lei disporá sobre os meios e modos da devida comprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da respectiva publicação.

Ressalta-se ainda que esta lei foi alterada pelo **Projeto de Lei Nº 1446**, de 25 de maio de 2011, do Dep. Chico Alencar, nos seguintes termos:

“Art. 1º. O art. 1º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.

1º.....
.....

c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena obtida em estabelecimento de ensino superior oficial e reconhecido;

.....” (NR).

Art. 2º. O art. 2º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....
.....

Parágrafo único – A competência disposta no inciso II é exclusiva do profissional de que trata o art. 1º desta Lei.” (AC).

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Pelo exposto, tem-se que após haver o legislador estabelecido na Lei 6.888 de 1980 as competências do ofício de Sociólogo, o projeto recém aprovado no Congresso Nacional delimita a exclusividade da competência de lecionar na respectiva área ao âmbito do exercício profissional do egresso de curso de licenciatura em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais. O que por si exige a regularização da contratação de professores na rede pública e privada tendo em vista a obrigação gerada pelos diplomas legais supracitados, de modo a passar a existir um campo de atuação profissional exclusivo no que diz respeito à atuação do Sociólogo, o que demanda a formação perene de profissionais com esta habilitação.

4.7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR⁴

4.7.1. CONTEÚDOS CURRICULARES

O curso de Ciências Sociais - Licenciatura tem sua estrutura curricular organizada da seguinte forma:

- 2.280 (duas mil duzentas e oitenta) horas de aulas teóricas e práticas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural.
- 420 (Quatrocentas e cinco) horas de componente do estágio curricular supervisionado.
- 405 (Quatrocentos e cinco) horas de carga horária prática.
- 210 (Duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução de carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Total de créditos	214 créditos
Carga horária núcleo formativo	2.280horas
Carga horária de estágio	420 horas
Carga horária prática	405 horas
Carga horária teórico-prática	210 horas
Total geral	3.315 horas

A Câmara de Graduação, em reunião no dia 30/11/2011, considerou o parecer elaborado por uma docente da área de Psicologia da UFT consubstanciado nas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Profesores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena” do Conselho Nacional de Educação, que resultou no Parecer CNE/CP 9/2001. O parecer questiona a carga horária das disciplinas Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia da Aprendizagem aprovadas nos PPC de licenciaturas no que se refere à área de Psicologia. Neste sentido, a Câmara recomenda que seja feita uma análise nos PPCs das licenciaturas.

⁴

A organização da Matriz Curricular atende à Resolução nº2 de 1 de julho de 2015.

Nesse contexto, o parecer sugere uma revisão da estrutura curricular do Curso, para adequação das competências instituídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Ofertar uma disciplina cujo objetivo seja, o estudo as etapas do ciclo de vida humana, através do desenvolvimento biopsicológico resultante da interação entre o sujeito e o meio, torna-se importante para o futuro professor compreender o comportamento da criança e as suas interações com o meio em que crescem e se desenvolvem, as suas limitações físicas e psicológicas e as suas dificuldades e necessidades educativas. Assim sendo, a disciplina psicologia do desenvolvimento vem auxiliar na formação do professor, uma compreensão da especificidade de cada indivíduo tendo em vista o sucesso educativo.

Como a disciplina proposta (Psicologia da Aprendizagem), a Carga Horária Total é de 60 horas, entende-se, segundo o parecer, ser inviável, juntar todas essas competências numa só disciplina.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1/2002, de 18/02/2002 e Parecer CNE/CES nº 213/2003, de 01/10/2003, as dimensões pedagógicas exigem a oferta de disciplinas pedagógicas na proporção de 1/5 da carga horária total – 560 horas. Ou seja, excluindo às 405 horas de estágio, às 560 horas, são aferidas dentro do total de horas restantes.

O presente Projeto Político Pedagógico na sua matriz curricular atende as novas resoluções do Ministério da Educação no que concerne as novas disciplinas nos cursos de graduação, são elas:

a) Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. A Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, desta forma, “a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos.” (Resolução CNE/CP nº 003/2004. p,8).

Assim, esta disciplina será ofertada de forma obrigatória na matriz curricular em Ciências Sociais - Licenciatura, sendo uma disciplina de 60 (sessenta) horas, ofertada no sexto período.

b) Temática indígena no sistema de educação. A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

A Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2010, teve como suporte as leis acima citadas que foram da Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008.

c) Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11). É necessária a abordagem da Lei nº 9.795 de 27/04/1999, Art. 11, e Decreto nº 4.281 de 25/06/2002, inclusa nas disciplinas e atividades curriculares do curso, de modo transversal, contínuo e permanente.

d) Língua Brasileira de Sinais (Libras). O Decreto nº 5.626/2005 dispõe sobre este assunto e diz no seu artigo 3º e inciso 1º as seguintes definições:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como *disciplina curricular obrigatória* nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.”

Assim, a disciplina de Libras será ofertada de forma obrigatória na matriz curricular em Ciências Sociais - Licenciatura, sendo uma disciplina de 60 (sessenta) horas, ofertada no oitavo período.

4.7.2. DISCIPLINAS SEMIPRESENCIAIS

O curso de graduação em Ciências Sociais estabelece em sua respectiva estrutura curricular o oferecimento de disciplinas na modalidade semipresencial, contando com o suporte de recursos didáticos organizados em distintos suportes tecnológicos e da ciência da informação que utilizem novas mídias de comunicação, baseadas no Art. 81 da Lei 9.394 de 1996, deste que não ultrapassem 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso nos termos da Portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004. A opção do curso para a utilização semestral das disciplinas semipresenciais, no caso específico o da utilização da Plataforma Moodle, foi amplamente discutida e aprovada pelo colegiado, conforme a Ata nº 08, do dia 02 de agosto de 2013. E está em consonância com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 15/2011, que dispõe sobre a regulamentação nas modalidades semipresencial e tutorial da Universidade Federal do Tocantins.

4.7.3. MATRIZ CURRICULAR

A organização curricular do Projeto é feita por créditos, sendo que a maioria das disciplinas é constituída por 04 (quatro) créditos, a exceção de estágios. A integralização da totalidade da carga horária devida deverá ser feita em no mínimo 08 (oito) semestres ou 04 (quatro) anos e no máximo de 12 (doze) semestres ou 06 (seis) anos. O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais será desenvolvido em 08 (oito) semestres com organização disciplinar disposta em 05 (cinco) dias letivos semanais, equivalente a 05 (cinco) disciplinas semestrais. A composição curricular obedece ao estabelecido pela Resolução CNE/CP nº 1/2002 e Resolução CNE/CES 17/2002, e pelo Parecer nº CNE/CES 492/2001 e Parecer nº CNE/CES 1363/2001.

A carga horária total do Curso de Ciências Sociais é de 3.315 h/a está assim disposta na matriz curricular:

Quadro que demonstra a Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Período	Disciplina	C.H.T	C.H.P	Créditos	Pré-Requisito
1º	Antropologia I	60	-	04	
	Ciência Política I	60	-	04	
	Sociologia I	60	-	04	
	Leitura e Prática de Produção de Texto	60	15	05	
	História Moderna	60	-	04	
	Optativa I	60		04	
	Sub-Total	360	15	25	
2º	Antropologia II	60	-	04	Antropologia I
	Ciência Política II	60	-	04	Ciência Política I
	Sociologia II	60	-	04	Sociologia I
	Filosofia	60	-	04	
	Estudos sobre África e Brasil-África	60	15	05	
	Sub-Total	300	15	21	
3º	Antropologia III	60	15	05	Antropologia II
	Ciência Política III	60	15	05	Ciência Política II
	Sociologia III	60	15	05	Sociologia II
	História do Pensamento Econômico	60	-	04	
	Didática	60	15	05	
	Sub-Total	300	60	24	
4º	Cultura, Política e Patrimônio	60	30	06	
	História do Pensamento Social no Brasil	60	-	04	Sociologia III
	Metodologia do Ensino de Sociologia	60	30	06	Didática
	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	60		04	
	História da Educação	60	-	04	
	Sub-Total	300	60	24	
5º	Filosofia da Educação	60	-	04	
	Sociologia da Educação	60	-	04	
	Sociologia do Trabalho	60	15	04	
	Estágio Curricular Supervisionado I	60	15	05	Metodologia do Ensino de Sociologia
	Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais	60	-	04	Leitura e Prática de Produção de Texto
	Seminário de Ciências Sociais	60	60	05	
	Sub-Total	360	90	26	

6°	Psicologia da Educação	60	-	04	
	Gênero e Sociedade	60	-	04	
	Movimentos Sociais	60	45	07	
	Estágio Curricular supervisionado II	60	60	08	Estágio I
	Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais	60	-	04	Metod. da Pesquisa em Ciências Sociais
	Sub-Total	300	105	27	
7°	Sociedades e Culturas Indígenas	60	15	5	
	Educação Ambiental	60		04	
	Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais I (TCC I)	60	45	06	Antropologia III Ciência Política III Sociologia III Metod. Quantitativa em Ciências Sociais
	Estágio Curricular Supervisionado III	60	60	07	Estágio II
	Optativa II	60	-	04	
	Sub-Total	300	120	26	
8°	Educação e Mídia	60	15	04	
	Libras	60	15	04	
	Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais II (TCC II)	60	45	06	Seminário de Pesq. em Ciências Sociais I (TCC I)
	Estágio Curricular Supervisionado IV	45	60	07	Estágio III
	Optativa III	60	-	04	
	Sub-Total	285	135	25	
	Total	2280*	405*	193	

*** A carga horária total corresponde a 405 de carga horária prática. Não se soma aqui a carga horária prática e teórica das disciplinas de estágio supervisionado, já que essas estão contabilizadas na carga horária do Estágio curricular supervisionado.**

Modalidades	Carga horária	créditos
Carga horária teórica	2280	152
Carga horária prática	405	27
Carga horária estágio curricular supervisionado	420	28
Atividades complementares	210	14
total	3315	221

4.7.3.1 - EMENTÁRIO

PRIMEIRO PERÍODO

ANTROPOLOGIA I

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
1	4	60	60	0.0	-
Ementa					
Antropologia no âmbito das Ciências Humanas. Introdução aos conceitos de etnocentrismo, cultura e alteridade. Evolucionismo, Difusionismo, Culturalismo e a experiência da relativização.					
Objetivo					
Possibilitar ao aluno(a) conhecimentos introdutórios em Antropologia, estabelecendo perspectivas para o aprofundamento de instrumentos teóricos e metodológicos da reflexão antropológica.					
Bibliografia Básica					
BOAS, Franz. Antropologia Cultural . 4ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.					
CASTRO, Celso (Org.). Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.					
DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social . Rio de Janeiro: Rocco, 1987.					
Bibliografia Complementar					
BOAS, Franz. Formação da Antropologia Americana, 1883-1911 . Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.					
KROEBER, A. L. A. A natureza da cultura . Lisboa: Edições 70, 1952.					
LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. (Série Antropologia Social)					
MEAD, Margaret. Sexo e temperamento . 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.					
ROCHA, Everardo P. Guimarães. O que é etnocentrismo . São Paulo: Brasiliense, 2006.					

CIÊNCIA POLÍTICA I

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
2	4	60	60	0.0	-
Ementa					
Origem, objeto e método da Ciência Política. Formas de governo. Origens da democracia e o desenvolvimento da ciência da <i>polis</i> . Estado Moderno: poder, nação, território. Contrato social: indivíduo e sociedade.					
Objetivos					
Definir a política como fenômeno humano. Localizar a contribuição grega para a genealogia da Ciência Política. Indicar para as relações entre política e ética. Identificar a formação do Estado moderno e suas tensões. Introduzir o debate das teorias contratualistas.					
Bibliografia Básica					
HOBBS, Thomas. Leviatã ou A matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil . São Paulo: Ícone, 2000.					
MACHIAVELLI, Niccolò. O Príncipe . Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.					
PLATÃO. A República . São Paulo: Nova Cultural, 1997.					
Bibliografia Complementar					
ARENDDT, Hannah. Que é autoridade? In: Entre o passado e o futuro . São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 127-187.					
ARISTÓTELES. A Política . Introdução e Livro III. São Paulo, Martins Fontes, 1998.					
BOBBIO, Norberto. A Teoria das Formas de Governo . Brasília: UnB, 1980.					
QUIRINO, Célia G.; VOUGA, Claudio; VOEGELIN, Eric. Ordem e História: Platão e Aristóteles . Trad. Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Edições Loyola, 2009.					
TOUCHARD, Jean (Org.). História das ideias políticas . Lisboa: Publicações Europa-América, 1970. 7v.					

SOCIOLOGIA I

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
3	4	60	60	0.0	-
Ementa					
Produção social do conhecimento. Origem e formação da sociologia. Sociologia como Ciência. Auguste Comte e Émile Durkheim. Conceitos básicos de Sociologia.					
Objetivo					
Apresentar o surgimento da sociologia, bem como a produção teórica de seus primeiros pensadores relacionada ao conhecimento nas Ciências Humanas.					
Bibliografia Básica					
DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 2014. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: Das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2003. MARCELLINO, Nelson Carvalho. Introdução às ciências sociais . Campinas: Papyrus, 1989.					
Bibliografia Complementar					
BENOIT, Leila Oliveira. Sociologia comteana: gênese e devir . São Paulo: Discurso Editorial/Fapesp, 1999. COHN, Gabriel. Para ler os Clássicos . Rio de Janeiro: Azougue, 2007. DURKHEIM, Émile. Sociologia . In: RODRIGUES, José Albertino (Org). Sociologias . São Paulo: Ed. Ática, 1999. (Coleção Grandes Cientistas Sociais) MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . 57ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. QUINTANEIRO, Tânia. Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.					

LEITURA E PRÁTICA DE PRODUÇÃO DE TEXTO

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
4	4	60	45	15	-
Ementa					
Leitura e interpretação de textos pertencentes a gêneros textuais diversos, com ênfase no caráter científico. Estudo das características e produção de gêneros textuais acadêmicos: resumo, resenha, artigo e monografia. Análise do texto: coerência e coesão. Modos de organização do discurso.					
Objetivo					
O aluno deverá ler e produzir textos orais e escritos com competência.					
Bibliografia Básica					
COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. GERALDI, João Wanderley (Org.). O Texto na sala de aula . São Paulo: Ática, 2002. POSSENTI, S. Discurso, estilo e subjetividade . 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.					
Bibliografia Complementar					
CHARAUDEAU, P. Linguagem e discurso . São Paulo: Contexto, 2008. FARACO, C. A.; TEZZA, C. Prática de texto para estudantes universitários . 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. KLEIMAN, A. Oficina de leitura: teoria e prática . 7ª ed. Campinas-SP: Pontes, 2000. MEURER; BONINI; MOTTA-ROTH (Orgs). Gêneros, teorias, métodos, debates . São Paulo: Parábola, 2005. PLATÃO & FIORIN. Lições de texto: leitura e redação . 4ª ed. São Paulo: Ática. 2002.					

HISTÓRIA MODERNA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
5	4	60	60	0.0	-
Ementa					
A transição do feudalismo para o capitalismo. O processo de formação dos Estados Modernos. O Estado Absolutista e suas correntes teóricas. A gênese do liberalismo e as revoluções inglesas. As crises econômicas do século XVII. A concepção de História Moderna.					
Objetivo					
O curso tem por objetivo propiciar uma visão abrangente dos fundamentos da Modernidade europeia entre os séculos XV e XVIII, com foco especial sobre as transformações econômicas, políticas e culturais.					
Bibliografia Básica					
<p>BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna (Europa, 1500-1800). Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.</p> <p>ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Vol. I: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.</p> <p>GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>BURKE, Peter. Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Brasiliense, 1991.</p> <p>HOBSBAWN, Eric. A era das Revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.</p> <p>HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Tradução de Waltensir Dutra. 21. ed. revista. Rio de Janeiro: LTC, 1986.</p> <p>LARIVAILLE, Paul. A Itália no tempo de Maquiavel (Florença e Roma). Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.</p> <p>WOLFF, Philippe. Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos? Tradução de Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1988.</p>					

SEGUNDO PERÍODO

ANTROPOLOGIA II

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
6	4	60	60	0.0	Antropologia I
Ementa					
Paradigmas funcionalista e estrutural-funcionalista. Escola Francesa de Antropologia. Trabalho de campo em Antropologia.					
Objetivo					
Aprofundar conceitos e métodos fundamentais da antropologia clássica.					
Bibliografia Básica					
MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental . São Paulo: Abril, 1977. MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia . São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. (vol. 1 e 2) RADCLIFFE-BROWN, A. Estrutura e função na sociedade primitiva . Petrópolis: Vozes, 1973.					
Bibliografia Complementar					
BATESON, Gregory. 2008. Naven – Um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas . São Paulo: Edusp. DURKHEIM, Emile. As Formas Elementares da Vida Religiosa . São Paulo: Martins Fontes, 2003. EVANS-PRITCHARD, E. E. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. (Antropologia Social) LEACH, Edmund. Sistemas Políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social kachin . São Paulo: Edusp, 1996. LEACH, Edmund R. Repensando a Antropologia . 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.					

CIÊNCIA POLÍTICA II

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
7	4	60	60	0.0	Ciência Política I
Ementa					
Pensamento político nos séculos XIX e XX. Fundamentos teóricos e formas de Estado contemporâneo. Legalidade e legitimidade do poder político. A questão da burocracia.					
Objetivo					
Apresentar, de modo contextualizado, as concepções políticas do liberalismo, socialismo e de outras ideologias do período. Discutir as teorias contemporâneas da democracia e o debate igualdade x liberdade.					
Bibliografia Básica					
PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. SARTORI, Giovanni. A Teoria da Democracia Revisitada . Vol. 1. São Paulo: Ática, 1994. WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações . São Paulo: Cultrix, 1970.					
Bibliografia Complementar					
ARENDDT, Hannah. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo . São Paulo: Cia. das Letras, 1998. MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas . v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, [s.d], pp. 203-285. SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, Socialismo e Democracia . Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América . 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: EDUSP, 1977.					

SOCIOLOGIA II

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
8	4	60	60	0.0	Sociologia I
Ementa					
A objetividade do conhecimento sociológico. Sociologia Compreensiva. Sociabilidade. Georg Simmel e Max Weber. Dialética Materialista. Karl Marx e a Crítica da Economia Política.					
Objetivo					
Ampliar e aprofundar os estudos teóricos básicos inicialmente trabalhados na Sociologia I a partir dos clássicos da sociologia.					
Bibliografia Básica					
MARX, Karl. O Capital : Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1993.					
SIMMEL, Georg. Questões Fundamentais da Sociologia : Indivíduo e Sociedade. Ed. Jorge Zahar, 2006.					
WEBER, Max. Economia e Sociedade . Brasília: Editora UnB, 1994.					
Bibliografia Complementar					
ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico . 7ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.					
COLLINS, Randall. As Quatro Tradições Sociológicas . Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.					
DOMINGUES, Ivan. Epistemologia das ciências humanas . São Paulo: Edições Loyola, 2004.					
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.					
WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2004.					

FILOSOFIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
9	4	60	60	0.0	-
Ementa					
Introdução aos problemas filosóficos. Orientalismo. Mitos e logos na filosofia pré-socrática. Retórica, sofística, dialética e metafísica na filosofia antiga. As filosofias helenísticas e filosofia medieval.					
Objetivo					
Apresentar os aspectos fundamentais da filosofia, sua linguagem e forma. Contextualizar a gênese da filosofia e suas relações com a tradição oriental. Investigar a experiência pré-socrática, sua mitologia e filosofia a partir dos conceitos gregos, mitos, logos, daimon. Distinguir as conexões práticas e teóricas entre a ética e a política grega antiga. Examinar nas filosofias helenísticas a gênese conceitual de indivíduo. Demonstrar a ligação entre filosofia e revelação no período medieval, extraindo questões atinentes à transcendência e a natureza social do homem.					
Bibliografia Básica					
BORNHEIM, Gerd Alberto. Introdução ao filosofar: o pensamento filosófico em bases existenciais . 11ª ed. São Paulo: Globo, 2003.					
CHAUÍ, Marilena. Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles . Volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.					
PRÉ-SOCRÁTICOS. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores)					
Bibliografia Complementar					
ARISTÓTLES. Metafísica . São Paulo: Edições Loyola, 2002.					
GILSON, Etienne. A filosofia na Idade Média . Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.					
PLATÃO. A República . São Paulo: Perspectiva, 2006.					
REALE, Giovanni. História da filosofia Grega e Romana . Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2011. 9 v.					
VOEGELIN, Eric. Ordem e história: A era ecumênica . Trad. Edson Bini. São Paulo: Edições Loyola, 2010.					

ESTUDOS SOBRE ÁFRICA E BRASIL-ÁFRICA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
10	5	75	60	15	-
Ementa					
Conhecimento historiográfico do continente africano. Diáspora africana. Contribuições da história e cultura africana no Brasil.					
Objetivo					
Discutir as matrizes historiográficas para a produção de uma História sobre o continente africano, ou mesmo sobre as possíveis “Áfricas”, caminhando para a chegada dos africanos no Brasil e suas contribuições históricas aqui produzidas.					
Bibliografia Básica					
UNESCO; MEC; UFSCAR. Coleção História Geral da África . Brasília: UNESCO, 2010.					
MUNANGA, K. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações . São Paulo: Global, 2009.					
PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África e a geopolítica do Atlântico Sul . Salvador: EDUFBA, 2011.					
Bibliografia Complementar					
ANDREWS, George Reid. América Afro-latina, 1800-2000 . São Carlos: EdUFSCar, 2007.					
FONSECA, Maria N. Soares (Org.) Brasil afro-brasileiro . Belo Horizonte: Autêntica, 2000.					
KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra (Volume I) . Portugal: Publicações Europa-America, 1972.					
MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra . 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.					
MOURA, C. História do negro brasileiro . 2ªed. São Paulo: Editora Ática, 1992.					

TERCEIRO PERÍODO

ANTROPOLOGIA III

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
11	5	75	60	15	Antropologia II
Ementa					
Estruturalismo e seus desdobramentos. Diálogos entre Antropologia e História. Repercussões do Estruturalismo no Brasil.					
Objetivo					
Possibilitar ao aluno de ciências sociais um aprofundamento de temas e conceitos antropológicos.					
Bibliografia Básica					
LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural . 6ª ed. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003. (vol. 1 e 2).					
LÉVI-STRAUSS, Claude. O Pensamento Selvagem . Campinas: Papyrus, 1989.					
SAHLINS, Marshall. Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.					
Bibliografia Complementar					
DAMATTA, Roberto (Org.): Edmund Leach . São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais).					
SAHLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.					
LEACH, Edmund R. As Ideias de Lévi-Strauss . São Paulo: Cultrix, 1973.					
LEVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco . 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.					
MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia . 3ª reimpressão. São Paulo: CosacNaify, 2008. (vol. 1 e 2).					

CIÊNCIA POLÍTICA III

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
12	5	75	60	15	Ciência Política II
Ementa					
Tipologia dos partidos políticos, sistema partidário e representação. Origens e funções do poder legislativo. Bancadas parlamentares. Grupos de pressão e lobby. Presidencialismo de coalizão.					
Objetivo					
Disponibilizar instrumental teórico e metodológico fundamental para o estudo de partidos políticos, sistemas partidários e sistemas eleitorais. Oferecer um panorama da literatura sobre partidos e eleições no Brasil e da relação entre Executivo e legislativo.					
Bibliografia Básica					
DUVERGER, M. Os regimes políticos . São Paulo: DIFEL, 1962.					
SANTOS, F. O poder legislativo no presidencialismo de coalizão . Belo Horizonte: UFMG, 2003.					
SARTORI, G. Partidos e Sistemas Partidários . Brasília: UnB, 1982.					
Bibliografia Complementar					
AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema político brasileiro: uma introdução . Belo Horizonte: UFMG, 2005.					
FIGUEIREDO, A.; LIMONGE, F. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional . São Paulo: FGV/FAPESP, 1999.					
MAINWARING, S. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil . São Paulo: FGV, 2001.					
PANEBIANO, Â. Modelos de Partido . São Paulo: Martins Fontes, 2005.					
RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara . São Paulo: EDUSP, 2002.					

SOCIOLOGIA III

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
13	5	75	60	15	Sociologia II
Ementa					
Mudança social e cultura na modernidade. Teoria Crítica.					
Objetivo					
Analisar a vida social a partir da teoria social contemporânea.					
Bibliografia Básica					
ADORNO, T; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento : fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.					
HABERMAS, J. Teoria do Agir Comunicativo . São Paulo: Martins Fontes, 2012.					
NORBERT, Elias. O Processo Civilizador – Vol. I e Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.					
Bibliografia Complementar					
FREITAG, Barbara. Teoria Crítica Ontem e Hoje . 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.					
GIDDENS, Anthony. As consequências da Modernidade . São Paulo: UNESP, 1991.					
MATOS, Olgária C. F. A Escola de Frankfurt –Sombras e Luzes do Iluminismo. 3ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1995.					
PARSONS, Talcott. O sistema das sociedades modernas . São Paulo: Pioneira, 1974.					
QUINTANERO, Tânia; OLIVEIRA, Marcia G. Monteiro. Labirintos Simétrico - introdução à Teoria Sociológica de Talcott Parsons . Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000.					

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
14	4	60	60	0.0	-
Ementa					
Estudo das principais contribuições a teoria econômica, incluindo entre outros os trabalhos dos mercantilistas, fisiocratas, clássicos ingleses, socialistas utópicos, Marx, escola austríaca, Marshall, Keynes e Hayek.					
Objetivo					
Possibilitar ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo. Estimular o pensar econômico, retilhando o caminho percorrido pelos autores do início do sistema capitalista industrial (sec. XVII) até seu auge (sec. XX). Ênfase nos contextos históricos que se refletem nas formulações teóricas dos principais autores e das respectivas escolas de pensamento econômico.					
Bibliografia Básica					
ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. História do Pensamento Econômico: Uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 2006.					
BRUE, S. L. Historia do Pensamento Econômico. São Paulo: Thomson, 2005.					
NAPOLEONI, C.. O Pensamento Econômico do Século XX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.					
Bibliografia Complementar					
HAYEK, F. A. O Caminho da Servidão. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.					
KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1985.					
MARX, K. O Capital: crítica da economia política. v. 1. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.					
SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.					
SMITH, A. A Riqueza das Nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983, Vol. I.					

DIDÁTICA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
15	5	75	60	15	-
Ementa					
A relação sociedade, educação e prática pedagógica; fundamentos da Didática; princípios didáticos para o processo ensino e aprendizagem; a contribuição das teorias do conhecimento; a Didática e as dimensões humanas, técnica, política, ética e estética do ensino.					
Objetivo					
Situar criticamente a Didática, no contexto da condução do processo de ensino e aprendizagem, levando o futuro professor ao conhecimento dos elementos que determinam sua prática profissional.					
Bibliografia Básica					
VEIGA, I. P. A. (Org.) Didática: o ensino e suas relações . 7ª ed. São Paulo: Papyrus, 2003					
SANCHEZ VÁZQUEZ, A. Filosofia da Práxis . 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.					
SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.					
Bibliografia Complementar					
BRIDI, Maria Aparecida (et al.). Ensinar e Aprender Sociologia no Ensino Médio . São Paulo: Contexto, 2010.					
CORDEIRO, J. Didática . São Paulo: Contexto, 2010.					
GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . 3ª ed. São Paulo: Campinas: Autores Associados, 2005.					
LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 2004.					
ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar . Porto Alegre: Artmed, 1998.					

QUARTO PERÍODO

CULTURA, POLÍTICA E PATRIMÔNIO

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
16	06	90	60	30	-
Ementa					
Cidades históricas e patrimônio cultural. Cidades recentes e imigração. Memória e esquecimento: impactos culturais. Os processos de institucionalização da cultura. Patrimônio Histórico, Cultural, Material e Imaterial.					
Objetivo					
Refletir sobre patrimônio como um campo de estudo e com isso demonstrar sua importância, fomentando o interesse dos acadêmicos pelos estudos/pesquisa nesta área, e iniciar a reflexão sobre os patrimônios locais.					
Bibliografia Básica					
ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos . 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.					
BENJAMIN, Walter. Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura . Obras escolhidas V. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.					
GONÇALVES, José Reginaldo. A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / MinC / IPHAN, 2002.					
Bibliografia Complementar					
CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone. Vivências e Sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins . Goiânia: IPHAN/ 14ª Superintendência Regional, 2008.					
FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Histórico e Cultural . 2º Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. (Ciências Sociais Passo-a-Passo, n. 66)					
GONÇALVES, José Reginaldo. Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios . Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.					
MIRANDA, Danilo Santos (Org.). Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana . São Paulo: Edições SESC, 2007.					
PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Cultural: consciência e preservação . São Paulo: Brasiliense, 2009.					

HISTÓRIA DO PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
17	4	60	60	0.0	Sociologia III
Ementa					
A interpretação do Brasil. O local e o universal. A identidade nacional. A constituição das ideias sobre o Brasil. A construção das ciências sociais no Brasil.					
Objetivo					
Conhecer e analisar a cultura do pensamento brasileiro através dos intérpretes da peculiaridade nacional.					
Bibliografia Básica					
FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala . Rio de Janeiro: Record, 2000.					
HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das letras, 2005.					
JÚNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo . São Paulo: Brasiliense, 2000.					
Bibliografia Complementar					
ALMEIDA, Alberto Carlos. A cabeça do brasileiro . Rio de Janeiro: Record, 2009.					
BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país . São Paulo: Companhia das Letras, 2009.					
IANNI, Octávio. Pensamento social no Brasil . Bauru: EDUSC; ANPOCS, 2004.					
RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das letras, 2008.					
ROCHA, João Cezar de Castro. Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia . Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003.					

METODOLOGIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
18	06	90	60	30	Didática
Ementa					
Percurso histórico do Ensino de Sociologia nas escolas brasileiras. Dificuldades e desafios no ensino de sociologia. Metodologia de ensino em Sociologia: teoria e problematização, o planejamento e seus elementos constitutivos: objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação. Livro didático em Sociologia. Proposta de conteúdo para o ensino de sociologia.					
Objetivo					
Refletir o percurso histórico do Ensino de Sociologia, o ensino, e seus componentes metodológico e didáticos presentes no currículo do ensino médio.					
Bibliografia Básica					
BRIDI, M. Aparecida; ARAÚJO, Silva M. de; MOTIN, Benilde L. (org.). Ensinar e Aprender Sociologia . São Paulo: Contexto, 2009.					
CARVALHO, L. M. G. (Org.) Sociologia e Ensino em Debate . Ijuí: Editora Unijuí, 2004.					
PENTEADO, H. D. O. "Prática de Ensino de Ciências Sociais" In: CARVALHO, A. M. P. (Org.) A formação do Professor e a Prática de Ensino . São Paulo, Pioneira, 1988.					
Bibliografia Complementar					
BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros nacionais . Brasília, MEC/SEF, 1997.					
BRASIL, Orientações Curriculares para o Ensino Médio, SOCIOLOGIA , MEC/SEB, 2006.					
LEITE, Ligia. C. et. all (Orgs.). Reinventando o diálogo: ciências e humanidades na formação do professor . São Paulo: Brasiliense, 1987.					
MOREIRA, Antonio F.; SILVA, Tomaz T. (Orgs.). Currículo, Cultura e Sociedade . São Paulo: Cortez, 1994.					
TOMAZI, Nelson. Sociologia para o Ensino Médio . São Paulo: Saraiva, 2010.					

POLÍTICA, LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
19	4	60	60	00	-
Ementa					
Contextualização histórica da sociedade brasileira pós ditadura militar (1964-1985). As reformas educacionais implementadas a partir da década de 1990. A LDB 9.394/96. Análise das propostas de Plano Nacional de Educação. Direitos Educacionais de Adolescentes.					
Objetivos					
Conceituar políticas educacionais como políticas públicas, estabelecendo suas relações no campo singular e contraditório de disputas políticas, bem como, a trajetória educacional no Brasil. Promover seminários acadêmicos sobre direitos educacionais de adolescentes.					
Bibliografia Básica					
OLIVEIRA, R. P. da.; ADRIÃO, T. (Orgs.). Organização do ensino no Brasil . São Paulo: Xamã, 2002.					
OLIVEIRA, D. A.; FERREIRA, E. B. (Org.). Crise da Escola e Políticas Educativas . Belo Horizonte: Autêntica, 2009.					
SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas . 12ª ed. Campinas: Autores Associados, 2011.					
Bibliografia Complementar					
GERMANO, J. W. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985) . São Paulo: Cortez, 1994.					
GIUBILEI, S. (Org.). Descentralização, Municipalização e Políticas Educativas . Campinas, SP: Alínea, 2001.					
HADDAD, S. (Org.) Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais . São Paulo: Cortez, 2008.					
SAVIANI, D. Da nova LDB ao Fundeb: por uma outra política educacional . 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008.					
VALENTE, I. Plano Nacional de Educação . Rio de Janeiro: DP&A, 2001.					

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
20	4	60	60	-	-
Ementa					
Introdução à História da Educação. História da educação brasileira na Colônia e no Império. A história do pensamento pedagógico e sua influência na educação brasileira.					
Objetivo					
Organizar a formação do pensamento em torno da educação no Brasil a partir de sua perspectiva histórica, no que se refere ao conceito de educação, o surgimento da educação escolar, o início e as origens da pedagogia.					
Bibliografia Básica					
LOPES, E. M. T. Perspectivas Históricas da Educação . 4ª ed. São Paulo: Ática, 2009.					
MARCONDA, Alighiero. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias . 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.					
SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.					
Bibliografia Complementar					
GADDOTI, Moacir. História das Ideias pedagógicas . 8ª ed. São Paulo: Ática, 2002.					
HOBSBAWM, Eric. Sobre História . São Paulo: Companhia da Letras, 2001.					
LOPES, Eliane Marta Teixeira. As Origens da Educação Pública: A Instrução na Revolução Burguesa do Século XVIII . Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.					
ROMANELLI, O. História da Educação no Brasil . 25ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.					
SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C; SANFELICE, J. H. (Org.) História e história da educação . 2ª ed. São Paulo: Autores Associados; HISTEDBR, 2000.					

QUINTO PERÍODO

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
21	4	60	60	0.0	-
Ementa					
O conceito de educação, no âmbito da filosofia: sua dimensão crítica. O pensamento filosófico antigo e medieval: verdade, conhecimento e educação em Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. A filosofia moderna: sujeito epistemológico e educação em Descartes, Rousseau, Hume e Kant. A concepção filosófica de educação no materialismo histórico e dialético de Marx e Engels. A educação em Gramsci.					
Objetivo					
Compreender a conexão entre Filosofia e Educação. Refletir acerca da importância do estudo da Filosofia da Educação para a formação do educador.					
Bibliografia Básica					
KONDER, L. Filosofia e Educação: de Sócrates a Habermas . São Paulo: Forma e Ação, 2006.					
OZMON, H. A.; CRAVER, S. M. Fundamentos filosóficos da educação . 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.					
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da educação . 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.					
Bibliografia complementar					
JAEGER, Werner. Paidéia: A formação do homem grego . Trad: Artur M. Parreira. 4ª ed. Martins Fontes. São Paulo. 2001					
GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura . 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.					
KANT, Immanuel. Sobre a Pedagogia . 5ª ed. Edunimep. Piracicaba. São Paulo. 2006					
VERNANT, Jean-Pierre. As origens do pensamento grego . 12ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.					
TEIXEIRA, Anízio. Pequena Introdução à filosofia da educação . 6ª Ed. Rio de Janeiro: Ed DP&A, 2000.					

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
22	4	60	60	0.0	
Ementa					
Educação e sociedade. Concepções teóricas de educação na sociologia clássica e contemporânea. Temas da atualidade. Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.					
Objetivos					
Conhecer as teorias e concepções clássicas e contemporâneas das Ciências Sociais objetivando compreender a relação educação e sociedade, a fim de desenvolver a capacidade de identificar problemas sócio-culturais e educacionais, psíquicos.					
Bibliografia Básica					
DURKHEIM, E. Educação e Sociologia . São Paulo: Melhoramentos, 1972.					
MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . São Paulo: Boitempo, 2008.					
BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação . Petrópolis: Vozes, 1998.					
Bibliografia Complementar					
GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório . São Paulo: Cortêz editora, 2003.					
NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). Bourdieu: Escritos de Educação . Petrópolis: Vozes, 2003.					
SAVIANI, Demerval, Escola e Democracia . São Paulo: Cortez, 1984.					
SEMENTE, Marcia. Educação em Direitos Humanos e Diversidade . Recife: UFPE, 2012.					
TORRES, Carlos Alberto (Org.). Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação . São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.					
TURA, Maria de Lourdes Rangel (org.). Sociologia para educadores . Rio de Janeiro: Quartet, 2006.					

SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
23	4	60	45	15	-
Ementa					
Objeto de estudo da sociologia do trabalho. Análise histórica do trabalho: Taylorismo, fordismo e toyotismo. Conflitualidade societária na modernidade: classes sociais, emprego, desemprego e a tecnologia, trabalho intelectual, trabalho e exclusão social. Temas específicos de pesquisa da sociologia do trabalho.					
Objetivos					
Explicitar as principais concepções sobre o trabalho, visando a compreensão do trabalho enquanto fenômeno político, social, econômico e cultural.					
Bibliografia Básica					
ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaios sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.					
BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, 2011.					
HOBSBAWN, Eric. Mundos do trabalho. Novos estudos sobre História operária. São Paulo: Paz e Terra, 2008.					
Bibliografia Complementar					
ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Moraes (Orgs.). O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2010.					
CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (Org.). Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Hucitec - Abet, 1997.					
GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1996.					
GOUNET, Thomas. Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel. HIRATA, Helena at al. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.					
HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. Loyola, São Paulo, 2005.					
RODRIGUES, Iram Jácome. A trajetória do Novo Sindicalismo, in: RODRIGUES, I.J. O novo sindicalismo vinte anos depois. Rio de Janeiro, Vozes, 1999.					
YANNOULAS, Silvia. Introdução: sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: Yannoulas, Silvia. (Org.). Trabalhadoras. Análise da feminização das profissões e ocupações. 1ed. Brasília: Abaré, 2013.					

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
24	5	75	60	15	Metodologia do Ensino em Sociologia
Ementa					
A relação entre as teorias pedagógicas e as práticas de ensino. Processo de investigação científica da realidade escolar. Análise e reflexão teórica com vista ao exercício autônomo do futuro educador no cotidiano educacional. A dinâmica e o dia-a-dia do estágio na unidade escolar. A escola como instituição promotora do desenvolvimento profissional. O desenvolvimento do projeto de estágio.					
Objetivos					
Colocar o acadêmico diante da realidade prática do ensino desafiando-o a interrelacioná-la com as questões teóricas do curso. Observar a dinâmica da escola e dos espaços de aprendizagem. Refletir sobre o papel do estágio e do estagiário na escola e na vida acadêmica. Conhecer o papel na prática do papel do professor de Ciências Sociais. Iniciar a compreensão básica para o exercício da profissão. Vivenciar exemplos práticos para discussões acadêmicas. Elaborar o projeto de estágio.					
Bibliografia Básica					
ANDRÉ, Marli (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papyrus, 2001.					
PICONEZ, Stela C. Bertholo (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 14ª ed. Campinas: Papyrus, 2007.					
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2008.					
Bibliografia Complementar					
BARREIRO, Iraíde Marques de; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores. São Paulo: Avêcamp, 2006.					
BRASIL. PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Humanas e suas Tecnologias: SOCIOLOGIA. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, s/d, pp 07-40; pp. 87-98.					
CURY, Carlos Roberto Jamil. Estágio Supervisionado na formação docente. IN LISITA. Verbena, SOUSA, Luciana Freire (orgs). Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2003. p. 113-122 (XI ENDIPE)					
GIL, Antônio. Métodos e Técnicas de Pesquisa social. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.					
LIMA, Mª do Socorro Lucena. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente. 3ª ed. CE: Editor Demócrito Rocha, 2002.					

METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
25	4	60	60	0.0	Leitura e Prática de Produção de Texto
Ementa					
Tipos de conhecimento. A hierarquia de níveis de análise social na produção das ciências sociais. A situação da pesquisa em ciências sociais e seus pressupostos. A investigação empírica e seus tipos. As possibilidades de conhecimento científico sobre a vida social.					
Objetivo					
Introduzir os princípios básicos da pesquisa em ciências sociais. Planejar e formular um esboço do projeto de pesquisa.					
Bibliografia Básica					
CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais . São Paulo: Cortez, 2003.					
LEVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber : manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.					
MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social : teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.					
Bibliografia Complementar					
CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica . São Paulo: Prentice Hall, 2002.					
JAPIASSU, Hilton. Nascimento e Morte das Ciências Humanas . Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.					
MARTINS, José de S; ECKERT, C; NOVAES, S. C. (Orgs.) O imaginário e o poético nas ciências sociais . Bauru, SP: Educs, 2005.					
OLIVEIRA, Paulo de Salles. Metodologia das Ciências Humanas . São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.					
TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais : a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.					

SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
26	4	75	15	60	-
Ementa					
Sociabilidade acadêmica. Importância dos eventos e rituais acadêmico-científicos. Organização de eventos acadêmicos (mesas, palestras, seminário, cursos). Eventos acadêmicos em Ciências Sociais.					
Objetivos					
Permitir aos alunos compreenderem a importância dos eventos e rituais acadêmicos. Elaborar estratégias para organizá-los. Para a carga horária prática, os alunos devem organizar uma semana acadêmica.					
Bibliografia Básica					
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Guia para organização de eventos . Bagé: Universidade Federal dos Pampas, 2012. GIACAGLIA, Maria Cecília. Organização de eventos: teoria e prática . São Paulo: Thompson Pioneira, 2003. NÓBREGA, Maria Helena da. Como fazer apresentações em eventos acadêmicos e empresariais: Linguagem verbal, comunicação corporal e recursos audiovisuais . São Paulo: Atlas editora, 2009.					
Bibliografia complementar					
BOURDIEU, Pierre. Homo academicus . Santa Catarina: Editora da UFSC, 2013. ELIAS, N. O processo civilizador: Uma história dos costumes . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I. _____. O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II JOHNSON, A.G. Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica . Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997. SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico . 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.					

SEXTO PERÍODO

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
27	4	60	60	-	-
Ementa					
A formação do campo de estudo da Psicologia da Educação. Os fundamentos teórico-metodológicos que regem o processo ensino-aprendizagem no contexto da educação brasileira. Reflexão entre a Psicologia da Educação e o cenário da educação do Brasil no que tange as práticas de ensino e pesquisa do professor. A contribuição do campo da Psicologia para a Educação Especial.					
Objetivo					
Compreender a formação do campo de estudo da Psicologia da Educação. Aprender os fundamentos teórico-metodológicos da Psicologia da Educação que explicam o processo ensino-aprendizagem.					
Bibliografia Básica					
BARROS, C. S. G. Pontos de psicologia escolar . 5ª ed. São Paulo: Ática, 2007. GOULART, Í. B. Psicologia da educação : fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007. VIGOTSKI, L. S. Pensamento e Linguagem . São Paulo: Martins Fontes, 1987.					
Bibliografia Complementar					
BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. Psicologias . Uma introdução ao estudo de psicologia. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999. COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação . 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. MALUF, M. R. (Org.). Psicologia educacional : questões contemporâneas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente : o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. FREITAS, R. H. de. História da Psicologia : pesquisa, formação e ensino. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008.					

GÊNERO E SOCIEDADE

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
28	4	60	60	0.0	-
Ementa					
Os movimentos de mulheres. O movimento feminista no Brasil. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero. Gênero e cidadania. Gênero e direitos humanos. Faixa geracional.					
Objetivo					
Conhecer a trajetória histórica dos movimentos de mulheres. Compreender a análise teórica das relações de gênero. Analisar como as conquistas das mulheres se relacionam com a conquista da cidadania e dos direitos humanos.					
Bibliografia Básica					
LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista . Petrópolis: Vozes, 2010.					
PINTO, Célia Regina. Uma história do feminismo no Brasil . São Paulo: Perseu Abramo, 2003.					
SCOTT, Joan. “História das mulheres” In: BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas perspectivas . São Paulo: UNESP, 1992.					
Bibliografia Complementar					
ADELMAM, Mirian. A Voz e a Escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea . São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.					
BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.) Gênero, democracia e sociedade brasileira . São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.					
PRIORE, Mary Del (Org.). História das mulheres no Brasil . São Paulo: Contexto, 1997.					
GIDDENS, A. A transformação da Intimidade . São Paulo: UNESP, 1993					
FIRESTONE, S. A dialética do sexo . Rio de Janeiro: Labor, 1976. PRIORE, Mary Del. (org.). História das mulheres no Brasil . São Paulo: Contexto, 1997.					
FEIXA, Carles & LECCARDI, Carmen. O conceito de geração nas teorias sobre juventude, Sociedade & Estado , Brasília, Vol. 25 n. 2, mai-ago 2010.					

MOVIMENTOS SOCIAIS

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
29	7	105	60	45	-
Ementa					
Processo histórico: gênese, afirmação e lutas do movimento social. Questões conceituais. Relação dos movimentos sociais com Estado e as classes sociais. Tendências dos movimentos sociais: o urbano e o rural. Direitos Humanos.					
Objetivo					
Discutir as teorias dos movimentos sociais e dos novos movimentos sociais; Analisar as discussões contemporâneas dos movimentos sociais – rural e urbano e suas contribuições como protagonistas históricos no processo de luta de classes, na construção de cidadania, fortalecimento e democratização da sociedade civil na perspectiva da defesa, garantia e ampliação dos direitos sociais e sua relação com o Estado. Promover seminários acadêmicos sobre Direitos Humanos.					
Bibliografia Básica					
GOHN, M. G. Teoria dos Movimentos Sociais . São Paulo: Loyola, 1997.					
LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (org.). Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: Diálogos para uma nova práxis . São Paulo: Cortez, 2005.					
SHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras . São Paulo: Hucitec, 1999.					
Bibliografia Complementar					
DOIMO, Ana M ^a . A Vez e a Voz do Popular. Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós-70 . Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.					
FERREIRA, F. W. Planejamento Sim e Não: um modo de agir num mundo em permanente mudança . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.					
GOHN, Maria da Glória. Novas Teorias dos Movimentos Sociais . São Paulo: Loyola, 2008.					
JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria P. de (Org.). Educação e Movimentos Sociais: novos olhares . Campinas, SP: Alínea, 2007.					
SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais . 2 ^a ed. São Paulo: Loyola, 1996.					

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
30	8	120	60	60	Estágio Curricular Supervisionado I
Ementa					
Compreensão contextualizada da prática do ensino de Sociologia na Educação Básica. Observação e análise da disciplina Sociologia no Ensino Médio no que tange aos conteúdos e à metodologia. Análise do livro didático utilizado na escola. Participação em atividades pedagógicas como: observação em sala de aula da disciplina de Sociologia; elaboração de plano de aula; exercício docente da aula - regência de turma; observação em outros setores da escola para apreender seu funcionamento. Aplicação do projeto de estágio. Observação, participação e análise do espaço não escolar proporcionando a inserção do graduando em espaços educacionais alternativos e institucionais de ensino não regular, reconhecendo o exercício do cientista social na educação em múltiplos espaços.					
Objetivos					
Conhecer a realidade da disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Analisar os recursos e a bibliografia utilizada na escola. Vivenciar a docência em situação de aula em diferentes formatos (coletivo, de grupo, atendimento individual e atividade de campo) tanto na unidade escolar quanto na não escolar.					
Bibliografia Básica					
BRASIL. Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias: conhecimentos de sociologia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.					
BRASIL. PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares – Ciências Humanas e Suas Tecnologias: SOCIOLOGIA . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, s/d.					
HANDFAS, Anita, OLIVEIRA, Luiz Fernandes (Org.). A Sociologia vai à Escola: História, Ensino e Docência . Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.					
Bibliografia Complementar					
ARROYO, Miguel. Ofício de mestre . 10ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.					
LIEDKE FILHO, Enno D. “A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios.” In: Sociologias , Porto Alegre, vol. 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 376-436.					
SANTOS, Mário Bispo dos. “Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino de Sociologia: em busca do mapa comum” In: Revista Percursos , Florianópolis, v. 13, n. 01, p. 40-59, jan/jun. 2012.					
PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, E. (Org). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito . São Paulo: Cortez, 2002.					
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio de Docência . 3ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.					

METODOLOGIA QUANTITATIVA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
31	4	60	60	0.0	Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais
Ementa					
Introdução dos conceitos básicos de pesquisa quantitativa e principais medidas de estatística descritiva e técnicas de estatística inferencial. Tipos de variáveis, de desenho de pesquisa e técnicas estatísticas voltadas à pesquisa social. Temas presentes na pesquisa quantitativa em ciências sociais.					
Objetivo					
Problematizar conceitos e elaborar instrumentos de coleta de dados da realidade local; Entender o uso das ferramentas estatísticas aplicadas à pesquisa social; Saber analisar tabelas e gráficos; Utilizar e analisar técnicas amostrais corretamente. Interpretar dados.					
Bibliografia Básica					
BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa de <i>survey</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. BOUDON, Raymond. Os métodos em sociologia . São Paulo: Ática, 1989. ROSENTAL, Claude; FRÉMONTIER-MURPHY, Camille. Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais . Editora Instituto Piaget. Lisboa-Portugal, 2001.					
Bibliografia Complementar					
BAQUERO, Marcelo. Pesquisa Quantitativa nas Ciências Sociais. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais . 5ª edição revisada. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. CRESPO, Antônio Arnot. Estatística Fácil . São Paulo, Saraiva, 2009. DAVIS, J. A. Levantamento de Dados em Sociologia: uma análise estatística elementar . Rio de Janeiro: Zahar, 1976. DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. Pesquisa em ciências sociais aplicadas . São Paulo: Pretince Hall, 2004.					

SÉTIMO PERÍODO

SOCIEDADES E CULTURAS INDÍGENAS

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
32	5	75	60	15	-
Ementa					
Os índios antes do Brasil. O impacto da colonização e seus efeitos na trajetória histórica dos povos indígenas. A sociodiversidade indígena no Brasil contemporâneo: língua, cultura, território, contato interétnico.					
Objetivo					
Apresentar uma visão ampla de temas e problemas abordados nos estudos sobre as sociedades indígenas no Brasil, com ênfase na etnologia, na história indígena e na etnopolítica.					
Bibliografia Básica					
<p>CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos índios no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Schwarz, 1998.</p> <p>LUCIANO, Gersem José dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.</p> <p>MELATTI, Julio Cezar. Índios da América do Sul - Áreas Etnográficas. Material impresso, 1997.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida. Pacificando o Branco. São Paulo: UNESP, 2002.</p> <p>CASTRO, Eduardo. Viveiro de. Araweté: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 1978.</p> <p>CASTRO, Eduardo Viveiro de; CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.). Amazônia: Etnologia e história indígena. São Paulo: Edição dos autores, 1993.</p> <p>FAUSTO, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.</p> <p>SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luis D. B. (Orgs.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores do 1 e 2 graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.</p>					

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
33	4	60	60	00	-
Ementa					
<p>Fundamentos e concepções para uma educação ambiental que permita compreender os caminhos possíveis para o desenvolvimento sustentável, a partir da necessidade de assumir uma postura crítica diante do modelo de sociedade consumista na qual estamos inseridos no espaço-tempo contemporâneo. Construir o conceito de meio ambiente, tendo como ponto deflagrador as representações sociais. Permitir que os estudantes possam desenvolver uma educação ambiental em sua práxis pedagógica que considerem o lugar como um espaço de compreensão e de realização para esta educação ambiental.</p>					
Objetivos					
<p>Promover espaço para construção de novos saberes, propondo e articulando processos vivenciais permitindo aos estudantes tornarem-se sujeitos ativos no processo de construção de uma educação ambiental, a partir de uma práxis autônoma e discussões sobre as concepções do papel do educador para uma educação ambiental.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>GUIMARÃES, Mauro. A formação de educadores ambientais. Campinas: Papyrus, 2004.</p> <p>LEFF, Enrique. Discursos Sustentáveis. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Globalização da natureza e a natureza da globalização. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>GONÇALVES, C. W. P. Os (des)caminhos do meio ambiente. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.</p> <p>LOUREIRO, C. F. B. Trajétoria e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>REIGOTA, M. A. dos S. Meio ambiente e representação social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>PONTUSCHKA, N. N.; KRASILCHIK, M.; RIBEIRO, H. Pesquisa Ambiental: construção de um processo participativo de educação e mudança. São Paulo: Edusp, 2006.</p> <p>REIGOTA, M. A. dos S. O que é educação ambiental. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.</p>					

SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS I (TCC I)

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
34	6	90	45	45	Antropologia III Sociologia III Ciência Política III Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais
Ementa					
Metodologia e Técnicas de coleta de dados. Procedimentos de análises dos dados coletados. Elaboração do Projeto de TCC.					
Objetivo					
Instrumentalizar e subsidiar o aluno na elaboração do projeto de TCC e nas diferentes etapas implicadas em sua produção.					
Bibliografia Básica					
<p>BECKER, Howard. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.</p> <p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1989.</p> <p>LEVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. São Paulo: Prentice Hall, 2002.</p> <p>MARTINS, J. S; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. (Orgs.). O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais. Bauru, SP: Educs, 2005.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, Paulo de Salles. Metodologia das Ciências Humanas. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.</p> <p>TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.</p>					

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
35	7	105	45	60	Estágio Curricular Supervisionado II
Ementa					
As relações temáticas das Ciências Sociais e Educação de acordo com os documentos legais que regem o Ensino Médio na área da Sociologia. Análise do livro didático utilizado na escola. Elaboração do Projeto de Estágio. Participação em atividades pedagógicas como: observação em sala de aula da disciplina de Sociologia; elaboração de plano de aula; exercício docente da aula - regência de turma; observação em outros setores da escola para apreender seu funcionamento. Observação, participação e análise do espaço não escolar proporcionando a inserção do graduando em espaços educacionais alternativos e institucionais de ensino não regular, reconhecendo o exercício do cientista social na educação em múltiplos espaços.					
Objetivos					
Discutir a realidade prática do ensino e de questões que envolvem a área de conhecimento das Ciências Sociais. Refletir sobre a docência em Sociologia. Vivenciar exemplos práticos para discussões acadêmicas.					
Bibliografia Básica					
HANDFAS, A.; MAÇAIRA, J. P. (Org.). Dilemas e perspectivas da Sociologia na Educação Básica . Rio de Janeiro: E-papaers/Faperj, 2012.					
MORAES, Amaury C. (coord). Sociologia: Ensino Médio . Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2010.					
YOUNG, M. O currículo do futuro: da nova Sociologia da educação a uma teoria crítica do aprendizado . Campinas: Papyrus, 2000.					
Bibliografia Complementar					
LIMA, J. C.; CORTES, S. M. V. “A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais.” In: Civitas . v. 13, n. 2, p. 416-435, 2013.					
GUSMÃO, Neusa Maria M. (Org.). Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados . São Paulo: Biruta, 2003.					
HANDFAS, Anita, OLIVEIRA, Luiz Fernandes (Org.). A Sociologia vai à Escola: História, Ensino e Docência . Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.					
OLIVEIRA, Amurabi. “O Currículo de Sociologia na Escola: um campo em construção (e disputa).” In: Revista Espaço do Currículo . Vol. 6, n2, p. 355-366, 2013.					
TOCANTINS. Parâmetros Curriculares Estaduais, PCN/TO . SEDUC, 2006.					

OITAVO PERÍODO

EDUCAÇÃO E MÍDIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
36	4	60	45	15	-
Ementa					
Conceito sobre o papel das Tecnologias de Informação, comunicação na educação e mídia. A sociedade da informação e do conhecimento. Utilização das tecnologias da informação e da comunicação no processo ensino e aprendizagem e suas implicações pedagógicas, política e sociais Os ambientes virtuais de aprendizagem e a mediação pedagógica. As redes sociais e a aprendizagem colaborativa.					
Objetivo					
Refletir sobre a relação existente entre educação e as tecnologias da informação e comunicação no de processo ensino e aprendizagem na sociedade contemporânea.					
Bibliografia Básica					
CASTELLIS, Manuel. A sociedade em rede . São Paulo: Paz e Terra, 2007, v. 01					
COSCARELLI, Carla Viana (Orgs). Letramento Digital : aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2005.					
FREITAS, Maria Teresa Assunção. Leitura e Escrita de adolescentes na internet e na escola . Belo Horizonte: Autêntica, 2005.					
Bibliografia Complementar					
BAUMAN, Z. Modernidade líquida . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001					
DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A; SILVA, Hélio (Orgs.). Desafios à comunicação . Petrópolis: Vozes, 2000.					
LÉVY, P. 2001. A conexão planetária : o mercado, o ciberespaço, a consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.					
MELGAÇO, Rommel B. Ambientes virtuais de aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2005.					
MIRANDA, A. 2000. Sociedade da informação : globalização, identidade cultural e conteúdos. Ciência da Informação, 2000, vol. 29, no. 2.					

LIBRAS

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
37	4	60	45	15	-
Ementa					
Introdução aos aspectos clínicos, educacionais e socio-antropológicos da surdez. Educação de Surdos e às principais abordagens educacionais. Visões sobre os surdos e a surdez. Bilinguismo dos Surdos - aquisição da linguagem e desenvolvimento da pessoa surda. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Inclusão educacional de alunos surdos. Noções básicas sobre Libras.					
Objetivo					
Compreender o processo de comunicação e inclusão da pessoa surda na perspectiva da Educação Bilíngue, com aprendizagem de linguagens sinalizadas – Libras – Português sinalizado.					
Bibliografia Básica					
ARANTES, V. A.; SOUZA, R. M.; SILVESTRE, N. (Org.) Educação de surdos . São Paulo: Summus, 2007. (Coleção Pontos e Contrapontos)					
FERNANDES, E. (Org.). Surdez e bilingüismo . Porto Alegre: Mediação, 2005.					
SKILIAR, Carlos (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação, 1998.					
Bibliografia Complementar					
FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática das línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.					
GOES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação . Campinas: Autores Associados, 1996.					
QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais . Brasília: SEESP/MEC, 2004.					
SACKS, O. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos . Rio de Janeiro: Imago, 1990.					
SALLES, H. M. M. L.; FAULSTICH, E.; CARVALHO, O. L.; RAMOS, A. A. L. Ensino de língua portuguesa para surdos- caminhos para a prática pedagógica . Volume 1 e 2. Brasília: MEC/SEESP, 2002.					

SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS II (TCC II)

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
38	6	90	45	45	Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais I (TCC I)
Ementa					
Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.					
Objetivo					
Instrumentalizar e subsidiar o aluno na elaboração do TCC e nas diferentes etapas de sua produção.					
Bibliografia Básica					
BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais . 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997					
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 1989.					
LEVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.					
Bibliografia Complementar					
CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica . São Paulo: Prentice Hall, 2002.					
MARTINS, José de S; ECKERT, C; NOVAES, S. C. (Orgs.). O imaginário e o poético nas ciências sociais . Bauru, SP: Educs, 2005.					
MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade . Petrópolis: Vozes, 2007.					
OLIVEIRA, Paulo de Salles. Metodologia das Ciências Humanas . São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.					
TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação . São Paulo: Atlas, 2008.					

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
39	7	105	45	60	Estágio Curricular Supervisionado III
Ementa					
Aprofundamento da análise das relações temáticas das Ciências Sociais e Educação de acordo com os documentos legais que regem o Ensino Médio na área da Sociologia. Aplicação do Projeto de Estágio. Participação em atividades pedagógicas como: observação em sala de aula da disciplina de Sociologia; elaboração de plano de aula; exercício docente da aula - regência de turma; observação em outros setores da escola para apreender seu funcionamento. Observação, participação e análise do espaço não escolar proporcionando a inserção do graduando em espaços educacionais alternativos e institucionais de ensino não regular, reconhecendo o exercício do cientista social na educação em múltiplos espaços.					
Objetivos					
Refletir sobre a importância da educação no processo de transformação social e de formação do cientista social/professor. Debater questões entre as Ciências Sociais e Educação voltadas para a pesquisa e o ensino. Refletir sobre as práticas de políticas educacionais. Vivenciar exemplos práticos para discussões acadêmicas.					
Bibliografia Básica					
BRIDI, Maria Aparecida. Ensinar e Aprender Sociologia no Ensino Médio . São Paulo: Contexto, 2009.					
FÁVERO, Osmar. Educação e construção do público . Rio de Janeiro: Vozes, 2002.					
TORRES, Carlos Alberto. Educação e Democracia . São Paulo: Cortez, 2003.					
Bibliografia Complementar					
HANDFAS, Anita, OLIVEIRA, Luiz Fernandes (Org.). A Sociologia vai à Escola: História, Ensino e Docência . Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.					
MORAES, Amaury C. (coord). Sociologia: Ensino Médio . Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2010.					
OLIVEIRA, Amurabi. "A Formação de Professores de Ciências Sociais frente às Políticas Educacionais" In: Crítica e Sociedade: revista de cultura política . v. 3, n. 2, Dez./2013. p.132-152.					
OLIVEIRA, D. A. Gestão democrática da Educação: Desafios contemporâneos . Petrópolis: Vozes, 2007.					
SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli...[et al.]. (Org.) Caderno de metodologias de ensino e de pesquisa de Sociologia . Londrina: UEL; SET-PR, 2009.					

DISCIPLINAS OPTATIVAS

EDUCAÇÃO INDÍGENA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	45	15	-
Ementa					
A resistência dos povos indígenas ao longo da história do Brasil. A diversidade cultural indígena. O movimento indígena e as políticas públicas. História da Educação Indígena no Brasil. Relatos de experiências em Educação Indígena.					
Objetivo					
Reconstituir o processo histórico de ocupação portuguesa no Brasil, mostrando-se como a educação foi introduzida pelos jesuítas nas aldeias indígenas. Mostrar aos estudantes qual o modelo de educação foi oferecido pelo Estado historicamente as populações indígenas e quais os seus objetivos. Buscar apreender através dos relatos de experiências de educadores que atuam em contexto de populações aldeadas formas e estratégias de se trabalhar os conteúdos curriculares.					
Bibliografia Básica					
CUNHA, M. C. da. História dos Índios no Brasil . São Paulo: Fapesp/SMC/Cia. das Letras, 1992.					
LARAIA, R. B., Cultura um Conceito Antropológico . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.					
SILVA, A. L., GRUPIONI, L. D. B. (Org.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus . Brasília: MEC/ MARI/ UNESCO, 1995.					
Bibliografia Complementar					
ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida. Pacificando o Branco . São Paulo: UNESP, 2002.					
GRUPIONI, L. D. B., (Org.) Índios no Brasil . Brasília: MEC, 1994.					
GOMES, M. P., Os índios e o Brasil . Petrópolis: Vozes, 1988.					
HAUBERT, M. Índios e Jesuítas no tempo das missões: séculos XVII e XVIII . São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1988.					
WEIGEL, V., Escola de branco em Maloca de Índio . Manaus: ed. Universidade do Amazonas, 2001.					

ETNOLOGIA INDÍGENA DA AMAZÔNIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
O campo de estudo da etnologia indígena, panorama histórico e atual. Temáticas, abordagens e perspectivas teórico-metodológicas em etnologia indígena, com ênfase sobre as sociedades situadas no Brasil e no Tocantins. Organização social, cosmologias e contato interétnico das sociedades indígenas.					
Objetivo					
Explorar temas caros à etnologia das terras baixas sulamericanas, tais como, pessoa, corpo, xamanismo, sistemas rituais de nomeação, relações interétnicas, identidade e alteridade.					
Bibliografia Básica					
ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (Orgs.). Pacificando o branco: Cosmologias do contato no norte-amazônico . São Paulo: Editora UNESP, 2002.					
OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.) A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena . Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.					
VIVEIROS DE CASTRO, E. A inconstância da alma selvagem . São Paulo: Cosac & Naif, 2002.					
Bibliografia Complementar					
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Os Mortos e os Outros: Uma Análise do Sistema Funerário e a Noção de Pessoa entre os Índios Krahó . São Paulo: Hucitec, 1978.					
DAMATTA, Roberto. Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé . Petrópolis: Vozes, 1976.					
GIRALDIN, Odair. Axpên Pyråk: História, Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinaje . Tese de doutorado. Campinas: Unicamp/IFCH. Departamento de Antropologia, 2000.					
NIMUENDAJU, Curt. "Os Apinayé". In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 12: iii-xiii e 1-146. Existe 2ª edição em português, 1956.					
SCHADEN, E. (Org.) Leituras de Etnologia Brasileira . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.					

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PARENTESCO

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
A problemática social e do parentesco através da análise dos esquemas conceituais que embasaram a teoria antropológica. A noção de estrutura em tradições antropológicas diversas. O parentesco em sociedades tradicionais e modernas, aprendido através de diferentes abordagens teóricas.					
Objetivo					
Examinar as teorias de estrutura e organização social. Abordar os paradigmas teóricos denominados “teoria da descendência” e “teoria da aliança”. As continuidades e rupturas concernentes à temática do parentesco na antropologia e a multiplicidade das reflexões que o tema estimula na contemporaneidade.					
Bibliografia Básica					
EVANS-PRITCHARD, E.E. “O sistema de linhagens” In: Os Nuer . 1993. pp. 201- 256.					
LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco . Petrópolis/São Paulo: Vozes/EDUSP. 1976.					
RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e função na sociedade primitiva . Petrópolis: Ed. Vozes. 1973.					
Bibliografia Complementar					
LARAIA, Roque de Barros. Organização Social . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.					
LÉVI-STRAUSS, Claude. “A análise estrutural em linguística e antropologia”. In: Antropologia Estrutural . São Paulo: Cosac & Naify, 2006.					
LÉVI-STRAUSS, C. “A família”. In: O olhar distanciado . Lisboa: Ed. 70, 1986. pp. 69-98.					
MELATTI, Júlio César. “Nominadores e genitores: Um aspecto do dualismo krahó”. In: SCHADEN, E. (Org.). Leituras de Etnologia Brasileira . São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1976.					
SEEGER, Anthony; DAMATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. “A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras”. In: OLIVEIRA, J. P. de (Org.). Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil . Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero. 1987. pp. 11-29.					

ARTE E SOCIEDADE

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Fenômenos artísticos e sua integração social. A formação de uma cultura artística. Formas de expressão artística. As obras de arte e as circunstâncias de sua época. A capacidade da arte. Juízo estético. O mercado da arte. O artista como um tipo de intelectual.					
Objetivo					
Situar e compreender as relações entre arte e sociedade, em específico, caracterizando suas particularidades. Identificar algumas formas de análise desse fenômeno.					
Bibliografia Básica					
ADORNO, Theodor. Notas de literatura I . São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2003.					
AUERBACH, Erich. Mimesis : a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2004.					
BOURDIEU, Pierre. As regras da arte : gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.					
Bibliografia Complementar					
BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e estética (A teoria do romance). São Paulo: Hucitec Editora, 2010.					
BARTHES, Roland. O rumor da língua . Trad. Mario Laranjeiras. Prefácio: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Brasiliense, 1988.					
CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade : estudos de teoria e história literária. São Paulo: T.A Queiroz, 2000.					
GOLDMANN, Lucien. Dialética e cultura . Trad. Luiz Fernando Cardozo, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.					
SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política . São Paulo: Paz e Terra, 2009.					

SOCIOLOGIA BRASILEIRA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Cultura e Sociedade no Brasil. Formação e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. As análises de caráter científico da sociologia brasileira. Leituras sobre a configuração social brasileira. O modo brasileiro de fazer sociologia.					
Objetivo					
Identificar e conhecer o processo de sistematização do conhecimento sociológico sobre o Brasil.					
Bibliografia Básica					
CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina . Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1970.					
FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes . São Paulo: Ática, 1978.					
MICELI, Sergio. O que ler na Ciência Social Brasileira . São Paulo: Sumaré: Anpocs, 2002. (em 04 Volumes).					
Bibliografia Complementar					
SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. Um enigma chamado Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.					
FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil : ensaio de investigação sociológica. São Paulo: Ed. Globo, 2006.					
IANNI, Octávio. A sociologia da sociologia latino-americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.					
MARTINS, Heloísa T. de Souza; MARTINS, Carlos Benedito. Horizontes das Ciências Sociais – Sociologia . São Paulo: Anpocs, 2010.					
MICELI, Sergio. Intelectuais à brasileira . São Paulo: Companhia das Letras, 2001.					

ESTATÍSTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Distribuição de frequência. Representação tabular e gráfica. Medidas de tendência central e de dispersão. Probabilidade. Distribuição normal (Poisson). Teoria da amostragem de elementos. Teoria da estimação. Testes de hipóteses. Regressão e correlação. Programas estatísticos.					
Objetivos					
Proporcionar ao aluno o entendimento dos fundamentos básicos de estatística; possibilitar o entendimento da estatística como ferramenta de apoio às Ciências Sociais e saber relacioná-la com os diferentes campos do conhecimento. Desenvolver o raciocínio para interpretar e fazer inferência através de modelos estatísticos e probabilísticos sobre variáveis em estudo.					
Bibliografia Básica					
BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 4ª ed. Rev. e ampl. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. (Série Didática).					
BESSION, Jean-Louis (Org.). A ilusão das estatísticas . São Paulo: UNESP, 1995.					
FONSECA, F. S. da; MARTINS, G. A. de; TOLEDO, G. L. Estatística aplicada . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.					
Bibliografia complementar					
CRESPINO, Antônio Arnot. Estatística Fácil . São Paulo, Saraiva, 2009.					
LEVIN, Jack. Estatística aplicada às ciências humanas . 2ª Ed. São Paulo: Harbra, 1987.					
MEYER, P. L. Probabilidade: aplicação à estatística . 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000					
TRIOLA, M. F. Introdução à estatística . 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.					
SPIGEL, M. R. Estatística . São Paulo: Mcgraw-Hill, 1993.					

ANÁLISE E PLANEJAMENTO SOCIOAMBIENTAL

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Introdução à Questão Socioambiental. Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Impactos Socioambientais. Teoria de Análise Ambiental. Planejamento, Gestão e Governança Ambiental. Dimensão Político-Democrática da Sustentabilidade Ambiental. Política Socioambiental e Desenvolvimento Humano.					
Objetivo					
Analisar a questão socioambiental a partir do debate sobre planejamento, gestão, governança e política socioambiental no contexto dos impactos sociais e ambientais e de desenvolvimento da sociedade.					
Bibliografia Básica					
SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Garamond, 2008.					
TAUK, S. M. Análise ambiental: Uma visão multidisciplinar . São Paulo. Fundação para o Desenvolvimento da UNESP e FAPESP. 1991 .					
VEIGA, J. E. Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor . São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.					
Bibliografia Complementar					
ALMEIDA, J. R.; ORLOSON, A. M.; PEREIRA, S. R. B.; AMARAL, F.; SILVA, D. M. Planejamento ambiental: Caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio . Rio de Janeiro: Thex Editora, 1993.					
COSTA, T. V. M. Desenvolvimento Sustentável no Brasil: Da Miragem do Crescimento Econômico à Utopia Sustentável? . Universidade de Passo Fundo. Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis. FEAC, 2006.					
LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.					
SACHS, I. Desenvolvimento Includente, Sustentável e Sustentado . São Paulo: Garamond, 2004.					
SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000.					

POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Sistema internacional contemporâneo. Formação da sociedade internacional europeia em expansão no século XIX. As rupturas do século XX no contexto internacional. Guerra Fria. As raízes da transição da Guerra Fria para o sistema internacional contemporâneo.					
Objetivo					
Discutir a evolução das relações internacionais nos séculos XIX e XX.					
Bibliografia Básica					
<p>CERVO, Amado. O final do século XX: dificuldades para construção de uma ordem global. In: SARAIVA, José Flávio S. Relações Internacionais, vol II, op. cit., pp. 175-208.</p> <p>DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918) In: SARAIVA, José Flávio S. Relações Internacionais ..., vol I, op. cit., pp. 105-172.</p> <p>SARAIVA, José Flávio. Dois gigantes e um condomínio: da Guerra Fria à coexistência pacífica (1947-1968) In: SARAIVA, José Flávio S. Relações Internacionais - dois séculos de história, vol II: Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001, pp. 19-62.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ALMEIDA, Paulo Roberto de. As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização In: SARAIVA, José Flávio S. Relações Internacionais, vol II. op cit., pp. 91-174.</p> <p>CERVO, Amado. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871) In: SARAIVA, José Flávio S. Saraiva, Relações Internacionais, vol I, op. cit., pp. 59-104.</p> <p>SARAIVA, José Flávio S. História das Relações Internacionais: o objeto de estudo e a evolução do conhecimento In: SARAIVA, José Flávio (Org.). Relações Internacionais - dois séculos de história, vol I: Entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947). Brasília: IPRI, 2001, pp. 15-58.</p> <p>SARAIVA, José Flávio S. Relações Internacionais - dois séculos de história, vol II: Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001.</p> <p>ARQUIMINO DE CARVALHO, Leonardo. Introdução aos estudos das relações internacionais. Porto Alegre: síntese, 2003.</p>					

FAMÍLIA E SOCIEDADE

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
História da organização social familiar. A família na contemporaneidade.					
Objetivos					
Compreender a família a partir de uma perspectiva histórico-social e cultural. Analisar aspectos sociológicos e antropológicos tendo como base o tema da família.					
Bibliografia básica					
COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e Norma Familiar . Rio de Janeiro: Graal, 1999. D'INCAO, Maria Angela (Org.). Amor e família no Brasil . São Paulo: Contexto, 1989. SARTI, Cyntia. A família como espelho . um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.					
Bibliografia Complementar					
ALMEIDA, A. M. de (Org.). Pensando a família no Brasil : da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRRJ, 1987. ARIÈS, Philippe. História Social da família e da criança . Rio de Janeiro: LTC, 1978. COSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs). Famílias, redes, laços e políticas públicas . 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004. SÜSSMUTCH, R. A nova maternidade e os projetos de vida da mulher . In: SOLIZ, N. (Org.) A mulher no séc. XXI . Rio de Janeiro: Instituto Goethe, 1988 SOLIZ, N. (Org.) A mulher no séc. XXI . Rio de Janeiro: Instituto Goethe, 1988.					

SOCIOLOGIA URBANA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
O objeto de estudo da sociologia urbana. Temáticas essenciais da sociologia urbana.					
Objetivo					
Abordar o campo de estudo da sociologia urbana e suas diferentes temáticas.					
Bibliografia Básica					
CASTELLS, Manuel. Problemas de investigação em Sociologia Urbana . Lisboa: Presença, 1975.					
CASTELLS, Manuel. A questão urbana . Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.					
SANTOS, Milton. A urbanização brasileira . São Paulo: Hucitec, 1994.					
Bibliografia Complementar					
DELORENZO NETO, Antônio. O homem e a cidade: leitura de sociologia urbana . São Paulo: SN, 1976.					
HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade . São Paulo: Editora Hucitec, 1980.					
LEDROUT, Raymond. Sociologia Urbana . Rio de Janeiro: Forense, 1971.					
SJOBORG, Gedeon. Origem e evolução das cidades . Rio de Janeiro: Zahar, 1972.					
TOLLENS, Paulo. Cidade e Campo: problemas de Sociologia Rural e Urbana . Porto Alegre: A nação. s/d.					

RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
A categoria “raça” nas ciências. A questão racial como objeto e reflexão sociológica. O pensamento social brasileiro e a questão racial. Interseccionalidades e a reflexão sobre a “diferença”.					
Objetivo					
Apresentar o debate sobre o conceito raça nas ciências apontado para sua construção sócio-histórica bem como suas interpretações sociológicas contemporâneas. Discutir a interface da categoria raça com outras, como classe, gênero e sexualidade.					
Bibliografia Básica					
FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas . Salvador. EDUFBA, 2008.					
MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra . 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.					
TELLES, Edward. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica . Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.					
Bibliografia Complementar					
BRAH, Avtar. “Diferença, Diversidade, Diferenciação.” In: Cadernos Pagu (26), jan./jun. 2006, pp. 329-376.					
DIWAN, Pietra. Raça Pura- uma história da eugenia no Brasil e no Mundo . São Paulo: Contexto. 2007.					
FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal - Rio de Janeiro: Record, 1992.					
FLORESTAN, Fernandes. A integração do negro na Sociedade de classes . São Paulo: Globo Editora.1965.					
HALL, Stuart. Da diáspora. Identidade e Mediações Culturais . Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.					

FORMAÇÃO POLÍTICA DO TOCANTINS

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Gênese do Estado do Tocantins. Caracterização das oligarquias. Ascensão e declínio do coronelismo. Poder local e prática política. Análise do comportamento de atores políticos: governadores, parlamentares, eleitores e partidos políticos estaduais.					
Objetivo					
Realizar um estudo regionalizado de experiências empíricas que mobilizem as categorias analíticas da Ciência Política.					
Bibliografia Básica					
FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro . 11ª ed. São Paulo/Porto Alegre: Ed. USP/Ed. Globo, 1997.					
LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto . São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1975.					
PALACIN, Luís. Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: o Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista . Goiânia: Ed. da UFG, São Paulo: Loyola, 1990.					
Bibliografia Complementar					
CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. O Discurso Autonomista do Tocantins . Goiânia: Ed. Da UCG, 2003.					
GIRALDIN, Odair (Org). A (Trans) formação Histórica do Tocantins . Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002.					
MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Hucitec, 1997.					
LIRA, Elizeu Ribeiro. A gênese de Palmas – Tocantins – A geopolítica de (RE)ocupação Territorial na Amazônia Legal . Goiânia: Kelps, 2011					
PARENTE, Temis Gomes. Fundamentos históricos do Estado do Tocantins . Goiânia: Ed. UFG, 2003.					

ESTRATÉGIA POLÍTICA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Análise e organização de estratégias políticas. Assessoria política. Marketing político.					
Objetivo					
Realizar estudos e exercícios sobre procedimentos e práticas políticas.					
Bibliografia Básica					
GURR, Ted Robert. Manual do conflito político . Trad. Inea Fonseca. Brasília: UNB, 1985. TZU, Sun. A arte da guerra . Trad. Ricardo Iglesias. Lisboa: Publicações Europa-America, 1994. ZAJDSZNAJDER, Luciano. Teoria e prática da negociação . Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1985.					
Bibliografia Complementar					
FIGUEIREDO, Rubens (Org). Marketing Político e Persuasão Eleitoral . São Paulo: Fundação Konra Adenauer, 2000. LAVAREDA, Antonio. Emoções ocultas e estratégias eleitorais . Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. LAMONIER, B.; CARDOSO, F. H. (orgs.). Os partidos e as eleições no Brasil. São Paulo: Cebrap; paz e terra, 1978. MARCIAL, Elaine Coutinho; GRUMBACH, Raul José dos Santos. Cenários Prospectivos: como construir um futuro melhor . 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. REZENDE, Cláudia Barcellos; COELHO, Maria Cláudia. Antropologia das emoções . Rio de Janeiro: FGV, 2010.					

FILOSOFIA POLÍTICA PÓS-COLONIAL

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Paradigmas éticos e políticos da globalização e da pós-modernidade. Crise do eurocentrismo. Respostas do contexto Latino-americano.					
Objetivo					
Investigar as linhas de tensão apresentadas pela literatura pós-colonial.					
Bibliografia Básica					
CASTRO, Eduardo Viveiros de. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Cosac Naif, 2011.					
DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão . Petrópolis: Vozes, 2000.					
LEVINAS, Emmanuel. Entre Nós: ensaios sobre a alteridade . Petrópolis: Vozes, 2004.					
Bibliografia Complementar					
DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Rizoma. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia . São Paulo: Editora 34, 1995, v.1.					
DUSSEL, Enrique. 1492: O encobrimento do Outro . A origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.					
LATOURETTE, Bruno. Jamais fomos modernos . Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.					
SAID, Edward. Orientalismo . São Paulo: Cia das Letras, 2011.					
BHABHA, Homi. O local da cultura . Belo Horizonte: UFMG, 2007.					

HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Matrizes do pensamento político. Análise da produção historiográfica.					
Objetivo					
Investigar o desenvolvimento do pensamento político.					
Bibliografia Básica					
SALDANHA, Nelson. História das idéias políticas no Brasil . Brasília: Senado Federal, 2001. TOUCHARD, Jean (Org.). História das idéias políticas . Lisboa: Publicações Europa-América, 1970. 7 v. VOEGELIN, Eric. História das ideias políticas . Trad. Mendo Castro Henriques. São Paulo: É Realizações, 2012. 8 v.					
Bibliografia Complementar					
AMARAL, D. F. do. História das Ideias Políticas . Coimbra: Almedina, 1998. CURSO de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro . Brasília: Universidade de Brasília, 1982. PAIM, Antônio. História das idéias filosóficas no Brasil . São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1967. SABINE, George A. História das Teorias Políticas . São Paulo: Fundo de Cultura Econômica, 1964. RÉMOND, René (Org.) Por uma História política . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2003.					

ANTROPOLOGIA DA ARTE

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Arte como expressão cultural e simbólica. Arte nas sociedades indígenas. Arte e cultura popular brasileira. Diversidade cultural e social através da arte. Arte e Agência.					
Objetivo					
Apresentar aos discentes o campo da antropologia da arte por meio de temáticas específicas.					
Bibliografia Básica					
BOAS, Franz. A Arte Primitiva . Lisboa: Fenda, 1996. DIAS, José Antônio Fernandes. “Arte e antropologia no século XX: modos de relação.” In: Etnográfica , 5 (1): pp. 103-121, 2001. GEERTZ, C. “A Arte como um sistema cultural.” In: O Saber Local . Petrópolis: Vozes, 2003, p.142-181					
Bibliografia Complementar					
ALMEIDA, Kátia Maria Pereira de. “Por uma semântica profunda: arte, cultura e história no pensamento de Franz Boas.” In: Revista Mana , vol. 4, n. 2, Rio de Janeiro, UFRJ, 1998. GELL, Alfred. “A rede de Vogel, armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas.” In: Arte e Ensaios – Revista do Programa de Pós- Graduação em Artes Visuais. Escola de Belas Artes. UFRJ. ano VIII, nº 8, 2001, p.174-191. LAGROU, Els. “Antropologia e arte: uma relação de amor e ódio”. In Ilha. Revista de Antropologia . Vol. 5, nº.2. Florianópolis: PPGAS/UFSC. 2003, pp. 93-113. PRICE, Sally. Arte primitiva em centros civilizados . Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000. VAN VELTHEM, Lúcia Hussak. “Arte indígena: referentes sociais e cosmológicos” In: GRUPIONI, Luís Donisete (Org.) Índios do Brasil . São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.					

TÓPICOS ESPECIAIS EM FILOSOFIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Discussão de novas contribuições da filosofia, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para o avanço da disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos de abrangência filosófica.					
Objetivo					
Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem filosófica.					
Bibliografia Básica					
BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulação . Lisboa: Relógio D'Água, 1991. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder . 21ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005. LYOTARD, Jean-François. O Pós-Moderno . Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.					
Bibliografia Complementar					
AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos Editora, 2009. ARENDT, Hannah. A Condição Humana . Rio de Janeiro: Forense, 2000. HABERMAS, Jurgen. O discurso filosófico da modernidade . Lisboa: Dom Quixote, 1990. BENJAMIM, Walter. Magia, arte, técnica e política . Rio de Janeiro: Brasiliense, 2000. BENJAMIM, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo . Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004.					

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Crise dos valores e a mudança de paradigmas na contemporaneidade. Crítica da política e da cultura. Sociedade virtual: dilemas da globalização e da pós-modernidade.					
Objetivo					
Investigar as linhas de ruptura entre o discurso filosófico contemporâneo e o moderno. A partir da consideração da impropriedade das categorias universalizantes, debater a conjuntura política e cultural do período abrangido. Considerar os fenômenos da globalização e da pós-modernidade em perspectiva filosófica, de modo a municiar a compreensão teórica da realidade.					
Bibliografia Básica					
ARENDT, Hannah. A Condição Humana . Rio de Janeiro: Forense, 2000. HABERMAS, Jurgen. O discurso filosófico da modernidade . Lisboa: Dom Quixote, 1990. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder . 21 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.					
Bibliografia Complementar					
BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulação . Lisboa: Relógio D'Água, 1991. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento . A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003. LYOTARD, Jean-François. O Pós-Moderno . Rio de Janeiro: José Olympio, 1988. BENJAMIM, Walter. Magia, arte, técnica e política . Rio de Janeiro: Brasiliense, 2000. BENJAMIM, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo . Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004.					

TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Discussão de novas contribuições da economia para o campo das ciências humanas e sociais, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para o avanço da disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos de abrangência da área de economia.					
Objetivo					
Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem do campo da economia.					
Bibliografia Básica					
PAIVA, Claudio Cesar de; PELLEGRINO, Anderson Cesar Gomes Teixeira; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Economia : fundamentos e práticas aplicados a realidade brasileira. São Paulo: Alinea, 2005.					
REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da Cultura e Desenvolvimento Sustentável: O Caledoscópio da Cultura . São Paulo: Manole, 2006.					
SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.					
Bibliografia Complementar					
FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. A Economia Solidária: uma abordagem internacional . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.					
MANKIW, N. G. Macroeconomia . 7ª edição. São Paulo: LTC, 2010.					
McCONNELL, Campbell R.; BLUE, Stanley L. Microeconomia : princípios, problemas e políticas. São Paulo: LTC, 2001.					
SEN, A.K. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Cia. das Letras. 1999.					
WONNACOTT, Paul. Economia . São Paulo: Makron, 2004.					

ANÁLISE ECONÔMICA DE POLÍTICAS SOCIAIS

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Teorias de justiça distributiva, raisons d'être das políticas sociais, demanda e oferta de seguros e mensuração de desigualdade e pobreza. seguridade social, aposentadoria e suavização do consumo, saúde e cuidados com saúde, transferências de renda e combate à pobreza, focalização versus universalismo, regulação do mercado de trabalho, educação básica e educação superior.					
Objetivo					
Oferecer aos alunos elementos para analisarem, de maneira sistemática e ancorada em teoria (sobretudo, mas não apenas) econômica, políticas sociais que influenciam ou determinam a qualidade de vida dos indivíduos de uma nação.					
Bibliografia Básica					
HOFFMAN, R. Distribuição de Renda e Pobreza . São Paulo: Edusp, 1998					
SEN, A.K. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Cia. das Letras. 1999.					
VAN, Parijs, Ph.; Y. Vanderborght. Renda básica de cidadania : argumentos éticos e econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.					
Bibliografia Complementar					
BOBBIO, Norberto et alii. Dicionário de política . Brasília: Edunb, 1992.					
CARVALHO, J.L.; W. Lobão. "Vício privado e políticas públicas: a demanda por cigarros no Brasil". In: Revista Brasileira de Economia Especial , 1998, pp. 67-104.					
CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política . Campinas-SP: Papyrus, 1988.					
DRAIBE, Sônia. "O redirecionamento das políticas sociais segundo a perspectiva neoliberal", In: GUIMARÃES, Débora <i>et alii</i> . As Políticas Sociais no Brasil . Caderno Técnico, nº18, SESI, Brasília, 1993.					
GUIMARÃES, Antônio Sergio. Classes, Raça e Democracia . São Paulo: Editora 34. 2002.					
REGO, W. L.; PIZZANI, A. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania . São Paulo: Unesp, 2013.					

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Introdução à Economia Ambiental. Economia e Meio Ambiente. Economia, Ecologia e Recursos Naturais. Economia e Desenvolvimento Sustentável. Instrumentos Econômicos e Sustentabilidade Ambiental. Análise Econômica do Meio Ambiente. Mercado, Empreendedorismo e Meio Ambiente. Mercadorização Ambiental e Valor Econômico da Natureza. Economia e Política de Gestão Ambiental.					
Objetivo					
Discutir as principais contribuições da Economia Ambiental ao debate atual do Desenvolvimento Sustentável.					
Bibliografia Básica					
BELLIA, V. Introdução à economia do meio ambiente . Brasília: IBAMA, 1996.					
MORAES, O. J. Economia Ambiental: Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável . São Paulo: Centauro Editora, 2009.					
THOMAS, J. M.; CALLAN, S. J. Economia Ambiental: Aplicações, Políticas e Teoria . São Paulo: Cengage Learning, 2009.					
Bibliografia Complementar					
ACSLRAD, H. Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito . Revista Proposta, nº 56, Rio de Janeiro, março de 1993.					
BROWN, Lester R. Ecoeconomia: Construindo uma Economia para a Terra . Salvador: UMA, 2003.					
MAY, P. <i>et al.</i> Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Campus, 2003.					
VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2008.					
TOLMASQUIM, M. T. Economia do Meio Ambiente: Forças e Fraquezas . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.					

TÓPICOS ESPECIAIS EM HISTÓRIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Discussão de novas contribuições da história, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para o avanço da disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos de abrangência do campo da história.					
Objetivo:					
Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem do campo da História.					
Bibliografia Básica					
BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna (Europa, 1500-1800). Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.					
ELIAS, Norbert. A sociedade de corte : investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.					
GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes : o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia das Letras, 1987.					
Bibliografia Complementar:					
BAKHTIN, N. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento : O Contexto de François Rabelais. 2ª ed. São Paulo/Brasília: HUCITEC/Ed. da UNB, 1993.					
BENJAMIN, W. Origem do Drama Barroco Alemão . São Paulo: Brasiliense, 1994.					
BOCCACCIO, G. Decamerão . São Paulo: Abril Cultural, 1979.					
HOBSBAWN, Eric. A era dos extremos . São Paulo: Cia das Letras, 1998.					
SCEVENKO, N. Literatura como missão : tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1995.					

LEITURAS DA HISTÓRIA REGIONAL

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Os relatos de Presidentes de Províncias. Os relatos dos viajantes e cronistas do século XIX. Representações sobre o sertão de Goiás. Pesquisas recentes sobre o antigo norte goiano.					
Objetivo					
Discutir criticamente a produção bibliográfica sobre a região. Contextualizar as representações sobre a ocupação colonial da região. Abordar o processo de formação étnico-cultural do antigo norte goiano.					
Bibliografia Básica					
<p>GIRALDIN, Odair. A (Trans)formação histórica do Tocantins. Palmas: Unitins/Goiânia: CECEGRAF, 2002.</p> <p>PADOVAN, Regina Célia. O lugar da escola e “lugar da fronteira”: A Instrução primária em Boa Vista em Goiás no século XIX (1850-1896). Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás/UFG, 2011.</p> <p>PATERNOSTRO, Júlio. Viagem ao Vale do Tocantins. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. (Coleção Brasileira, série 5, v.248).</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>CASTELNAU, Francis. Expedição às regiões centrais da América do Sul. São Paulo: Editora Nacional, 1949.</p> <p>CHAIM, Marivone M. Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás: sua importância na política de povoamento (1749-1811). Tese (Doutorado em História) FFLCH/USP, São Paulo, 1976.</p> <p>CUNHA MATOS, R. J. da. “Chorografia histórica da Província de Goiás.” In: Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil. Rio de Janeiro, Tomo 37, p. 213 - 398 abr./jun.; Tomo 38, v. (1), p. 5-150, jan./mar. 1874/5.</p> <p>PALACIN, Luis. “Os três povoados de Goiás.” In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Goiânia, ano 7, n. 08, p. 81-95, 1979.</p> <p>PARENTE, Temis Gomes. O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Editora da UFG, 2005.</p>					

TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Discussão de novas contribuições da Geografia, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para o avanço da disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos de abrangência do campo da Geografia					
Objetivo					
Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem do campo da Geografia.					
Bibliografia Básica					
<p>HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1994.</p> <p>SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: Técnica e Tempo - Razão e Emoção. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.</p> <p>SOUZA, Maria Adélia (Org.). Território Brasileiro Usos e Abusos. Campinas: Edições TERRITORIAL, 2003.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>ASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Explorações Geográficas. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1997.</p> <p>COSTA, Wanderley Messias da Costa. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 1992.</p> <p>SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.</p> <p>LEFEBVRE, L. Sociologia Urbana: a revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2007.</p> <p>IANNI, O. Enigmas da modernidade mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.</p>					

GEOGRAFIA DA AMAZÔNIA: FRONTEIRAS E MULTITERRITORIALIDADES

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Os diferentes usos dos conceitos de território, de desterritorialização, de reterritorialização, e de multiterritorialidades. Território numa perspectiva integradora. A eliminação das fronteiras entre os diferentes territórios. A formação do território brasileiro. Território, fronteiras e multiterritorialidades na Amazônia. A grande Amazônia e a experiência integrada do espaço (local, regional, nacional e o internacional).					
Objetivos					
Analisar as concepções teórico-metodológicas sobre território, desterritorialização, reterritorialização e a constituição de multiterritorialidades no contexto da Amazônia brasileira e internacional.					
Bibliografia Básica					
GADELHA, R. M. A. F. “Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil.” In: Estudos Avançados 16 (45), 2002. p. 63-80.					
HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.					
KOHLHEPP, G. “Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.” In: Estudos Avançados , 16 (45), 2002. p. 37-61.					
Bibliografia Complementar					
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) O Brasil: território e sociedade no início do século XXI . Rio de Janeiro: Record, 2001.					
SILVEIRA, M. L. “Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino.” In: SANTOS, M. et al. (Orgs.) Fim de século e globalização . 4ª. edição, São Paulo: Hucitec: ANPUR, 2002. (Coleção Geografia: Teoria e Realidade, 20). pp-201-209.					
SOUZA, M. “Amazônia e modernidade” In: Estudos Avançados 16 (45), 2002. p. 31-36.					
OLIVEIRA, A. U. de. Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia . Campinas: Papirus, 1988.					
ECKER, Bertha K. Amazônia . São Paulo: Ática, 1990.					

ESPAÇO, TERRITÓRIO E SOCIEDADE

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Bases teóricas e conceituais do espaço geográfico. O território como categoria geográfica central para compreensão da contemporaneidade.					
Objetivo					
Apresentar o debate sobre o espaço geográfico como sistema de objetos e sistema de ações. Instrumentalizar teórica e metodologicamente o território usado como categoria central. Discorrer sobre o conceito de formação sócio-espacial e formação territorial.					
Bibliografia Básica					
HARVEY, David. Condição pós-moderna . São Paulo: Edições Loyola, 1994.					
SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: Técnica e Tempo - Razão e Emoção . São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.					
SOUZA, Maria Adélia (Org.). Território Brasileiro Usos e Abusos . Campinas: Edições Territorial, 2003.					
Bibliografia Complementar					
CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Explorações Geográficas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.					
COSTA, Wanderley Messias da Costa. Geografia Política e Geopolítica . São Paulo: Edusp/Hucitec, 1992.					
SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza capital e a produção de espaço . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.					
LEFEBVRE, L. Sociologia Urbana: a revolução urbana . Belo Horizonte: UFMG, 2007.					
MAGNOLI, Demétrio. O que é Geopolítica . São Paulo, Brasiliense, 1986.					

CULTURA BRASILEIRA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Formação da cultura brasileira. Práticas sociais e representações simbólicas da cultura brasileira: as manifestações populares de cultura e seus sistemas simbólicos. As manifestações culturais dos povos originários. A políticas públicas nacionais e a produção cultural.					
Objetivo					
Debater as concepções formativas da identidade cultural do Brasil a partir da cultura popular brasileira e das culturas indígenas, africanas e afrobrasileiras enquanto elementos constitutivos da cultura brasileira.					
Bibliografia Básica					
CAMPOS, Augusto de. Balanço da Bossa e outras bossas . São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.					
DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro . Rio de Janeiro: Rocco, 1997.					
VIANNA, Hermano. O mistério do Samba . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.					
Bibliografia Complementar					
CUNHA, Maria Clementina Pereira. Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920 . São Paulo: Companhia das Letras, 2001.					
FAVARETTO, Celso. Tropicália, alegoria, alegria . Cotia/SP: Editorial Ateliê, 2007					
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Carnaval Brasileiro: o vivido e o mito . São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.					
SANDRONI, Carlos. Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933) . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 247 p.					
SANCHES, Pedro Alexandre. Tropicalismo: Decadência bonita do Samba . São Paulo: Boitempo, 2001.					

ANTROPOLOGIA DOS RITUAIS

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	-
Ementa					
Rito e Mito. O simbolismo ritual. Ritos em sociedades tradicionais e contemporâneas. Estruturas e processos rituais. Ritos de passagem, de iniciação, celebrações, comensalidade e uso de máscaras. Rito, eficácia simbólica e agência.					
Objetivo					
Debater e apresentar as diversas concepções antropológicas dos rituais em sua diversidade cultural.					
Bibliografia Básica					
BATESON, Gregory. Naven – Um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas. São Paulo: Edusp, 2008.					
DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martin Fontes. 2002.					
LÉVI-STRAUSS, Claude. “A eficácia simbólica” In: Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1996. pp. 215-236.					
Bibliografia Complementar					
GLUCKMAN, Max. Rituais de rebelião no sudoeste de África. Série textos de aula, Antropologia 4, Brasília: Editora da UnB, 2011. 34 p.					
LEACH, Edmund. “Cabelo mágico”. In: Antropologia. São Paulo: Ática, 1983, pp. 139-169.					
PEIRANO, Mariza. Rituais – Ontem e Hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Ciências Sociais Passo-a-Passo 24)					
TURNER, Victor. O processo ritual. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.					
VAN GENNEP, Arnold. Os ritos de passagem. Petrópolis: Vozes, 2011.					

HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO

	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Teoria e metodologia dos estudos de história indígena. Indigenismo no Brasil. Mito, história, etnicidade e etnopolítica.					
Objetivo					
Aprofundar problemas conceituais e metodológicos apresentados pelo estudo de populações nativas a partir de registros históricos, seja textuais, visuais ou orais.					
Bibliografia Básica					
ALBERT, B.; RAMOS, Alcida. Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico . São Paulo: Editora da Unesp. Imprensa Oficial do Estado, 2002.					
SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil . Petrópolis: Vozes. 1995.					
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem” In: A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Cosac Naify, 2002.					
Bibliografia Complementar					
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CUNHA, Manuela Carneiro da (orgs.). Amazônia: Etnologia e história indígena . São Paulo: Edição dos autores, 1993.					
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade . São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.					
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). História dos índios no Brasil . 2ª ed. São Paulo: Schwarz, 1998.					
FARAGE, Nadia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização . São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1991.					
NOVAES, A. (Org.). A outra margem do Ocidente . São Paulo: Companhia das Letras, 1999.					

GEOGRAFIA HUMANA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	-
Ementa					
A natureza do espaço geográfico. As diferentes formas de apropriação do ambiente natural e de sua transformação em espaço social. A organização dos espaços em diferentes sociedades, segundo os contextos culturais e materiais. Transformações históricas da utilização dos recursos naturais pelos seres humanos.					
Objetivo					
Ao final do período o aluno deverá ser capaz de compreender os princípios e meios de Geografia, distinguindo os elementos dos espaços desenvolvidos e comparando as diferentes produções humanas nesse espaço.					
Bibliografia Básica					
ANDRADE, Manoel C. Geografia Ciência da Sociedade: uma introdução ao Pensamento Geográfico São Paulo: Atlas, 1992. SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec, 2002. QUAINI, Massimo. A Construção da Geografia Humana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.					
Bibliografia Complementar					
MORAES, Antonio C. R. Pequena História Crítica da Geografia. São Paulo: HUCITEC, 1996. MORAES, Antonio C. R. A gênese da geografia moderna. São Paulo: HUCITEC, 2002. MOREIRA, Ruy. O pensamento geográfico brasileiro: matrizes clássicas originária., São Paulo: Contexto, 2008. SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo, Nobel, 1986. SOJA, Edward. W, Geografia Pós-moderna: reafirmação do espaço na teoria social crítica, RJ. Zahar, 1993.					

PSICOLOGIA SOCIAL

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	-
Ementa					
O desenvolvimento histórico da Psicologia como ciência. Psicologias. Reflexão sobre novos estudos e contribuições da psicologia no que se refere aos fenômenos psicológicos produzidos na vida das pessoas em seu cotidiano: Subjetividade, linguagem, exclusão e inclusão social, trabalho, políticas públicas, indivíduo, cultura e sociedade.					
Objetivos					
Possibilitar aos acadêmicos: Reflexão sobre a constituição histórica do <i>status</i> da psicologia como ciência; Entendimento sobre a inserção da psicologia nas diferentes sociedades; Reflexão sobre os diversos fenômenos sociais que a psicologia estuda e intervém e a importância desses estudos no processo de formação do Cientista Social.					
Bibliografia Básica					
BOSI, Ecléia. Memória e Sociedade- Lembrança de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994					
CODO, W.; SAMPAIO, José J. C.; HITOMI, A. H. Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar . 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.					
SANDOVAL, Salvador. A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais . Campinas: Educação e Sociedade, n. 34, p.122-130, dez/1989.					
Bibliografia complementar					
BOCK, Ana M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia . 13ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.					
DOIMO, Ana Maria. "Movimentos Sociais e participação política: a problemática contemporânea da ação-direta." In: CAMINO, Leôncio; LHULLIER, Louise; SANDOVAL, Salvador (Orgs.). Estudos sobre o comportamento político . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997					
HALBWACHS, Maurice. Memória Coletiva . São Paulo:Vértice, 1990.					
PERROT, Michelle." A família triunfante; Funções da família; Figuras e Papéis - A vida em família; Dramas e conflitos familiares; Maneiras de morar." In: PERROT, Michelle (Org.). História da vida privada 4: da Revolução Francesa à primeira guerra . São Paulo: Companhia das Letras, 1991.					
VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente . 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.					

ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	Antropologia III
Ementa					
Antropologia simbólica. Antropologia interpretativa. Antropologia pós-moderna, pós-colonial e pós-social.					
Objetivo					
Analisar os paradigmas contemporâneos da Antropologia.					
Bibliografia Básica					
CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.					
GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas . Rio de Janeiro: Zahar, 1978.					
WAGNER, Roy. A invenção da Cultura . Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2009.					
Bibliografia Complementar					
LATOUR, Bruno. Jamais Fomos Modernos . São Paulo: Ed. 34, 2005.					
STRATHERN, Marylin. O Gênero da Dádiva . Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.					
TURNER, Victor. Floresta de Símbolos . São Paulo: Vozes, 1998.					
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem . Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2002.					
SALLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática . Rio de Janeiro:Zahar.2003.					

SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	Sociologia III
Ementa					
Estratificação e distinção social. O conhecimento na sociedade da informação. Teoria social na Pós-modernidade.					
Objetivo					
Analisar temas de Sociologia contemporânea.					
Bibliografia Básica					
BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico . 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós- Modernidade . 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. FOUCAULT, Michael. Microfísica do Poder . Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.					
Bibliografia Complementar					
BAUMAM, Zygmunt. Modernidade Líquida . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. CASTELLS, Manuel. Sociedade em Rede . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão . Petrópolis: Editora Vozes, 2000. HARLEY, David. A Condição Pós-Moderna . São Paulo: Edições Loyola, 2005. LYOTAR, Jean-François. O Pós-Moderno . Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.					

CIÊNCIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	Ciência Política III
Ementa					
Políticas públicas e às redes de proteção social no Brasil. Política contemporânea. Estado e política no Brasil.					
Objetivo					
Proporcionar um panorama da produção nacional sobre a construção, aplicação e avaliação de políticas públicas. Analisar o Estado e a política no Brasil.					
Bibliografia Básica					
ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil . Rio de Janeiro: Fiocruz/Ed. FGV, 2012.					
AVRITZER, Leonardo. FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção e sistema político no Brasil . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.					
MELO, Marcus André B.C de. “Estado, Governo e Políticas Públicas.” In MICELI, Sérgio (org). O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995) . Ciência Política, vol III. São Paulo. ANPOCS. pp.59-99.					
Bibliografia Complementar					
DUPAS, Gilberto. “A questão ambiental e o futuro da humanidade.” In: Revista Política Externa , São Paulo, vol.16, n.1, p. 9-25, 2007.					
PINTO, Celi. A banalidade da corrupção: uma forma de governar o Brasil . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.					
FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção, democracia e legitimidade . Belo Horizonte: UFMG, 2008.					
LEFF, Enrique. Ecologia, Capital e Cultura . Petrópolis: Editora Vozes, 2009.					
NUNES, Edson. O. A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.					

PRÁTICA DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	6	90	30	60	Sociologia I, II, III e IV Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais
Ementa					
Disciplina voltada para experiências de pesquisa sociológica a serem conformadas no levantamento de questões prementes da vida social. A realização das atividades são concernentes à observação e experimentação de problemas da realidade. Propostas com algum nível de intervenção serão valorizadas, desde relatórios, material de comunicação – interpretativo, criativo – produção de seminários, visitação em espaços de significância cultural, social e institucional.					
Objetivo					
Vivenciar a atividade do cientista social, integrado aos processos sociais de âmbito sociológico.					
Bibliografia Básica					
BERGER, Peter. L; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade : tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2011. IANNI, Octavio. Sociologia da Sociologia . São Paulo: Ática, 1989. LIRA, Elizeu. A Gênese de Palmas - Tocantins: a geopolítica de (re) ocupação territorial na Amazônia legal . Goiânia: Kelps, 2011.					
Bibliografia Complementar					
ALVES, Paulo César Alves (org). Cultura : múltiplas leituras. São Paulo: Edusc; Salvador: Edufba, 2010. BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. Cidadania, um projeto em construção : minorias, justiça e direitos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência : por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. RASIA, José; SALLAS, Ana Luísa Fayet; SCALON, Celi. Temas da sociologia contemporânea . Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania : para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.					

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
A herança ibérica. Americanismo e iberismo. A questão do patriarcado rural no Brasil. Interpretações sobre a escravidão. Representações sobre o Brasil e os brasileiros. Influências econômicas e culturais na formação da sociedade brasileira.					
Objetivo					
Discutir e localizar alguns dos principais debates e (re)interpretações sobre a sociedade brasileira.					
Bibliografia Básica					
FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala . Rio de Janeiro: Global, 2005. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . São Paulo: Cia das Letras, 1996. VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Brasil . Niterói/Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.					
Bibliografia Complementar					
FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil : aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1979. (Série Corpo e alma do Brasil; 3). FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos . Rio de Janeiro: Global, 2005. PRADO, Paulo. Retrato do Brasil . Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962. SCEVENKO, N. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1995. NABUCO, Joaquim. Minha Formação . São Paulo: Ed. 34. 2012.					

POLÍTICA BRASILEIRA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	-
Ementa					
Institucionalização da Ciência Política brasileira a partir da metade do século XX. Crise da oligarquia e Estado moderno. O ISEB e o Estado desenvolvimentista. Ditadura Militar. Política e sindicalismo. Redemocratização e novos movimentos sociais.					
Objetivo					
Proporcionar um panorama da produção nacional na área de Ciência Política, percorrendo diferentes temas e enfoques.					
Bibliografia Básica					
DREYFUSS, R. 1964: a conquista do Estado . Rio de Janeiro: Vozes, 1984. FAORO, Raymundo. Existe um Pensamento Político Brasileiro? São Paulo: Ática, 1994. WEFFORT, Francisco C. Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens . São Paulo: Ática, 2006.					
Bibliografia Complementar					
AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema político brasileiro: uma introdução . Belo Horizonte: UFMG, 2005. LAMOUNIER, B. A Ciência Política nos anos 80 . Brasília: UNB, 1979. REIS, F. W. Tempo presente: do MDB a FHC . Belo Horizonte: UFMG, 2002. SOARES, G. A. D. A democracia interrompida . Rio de Janeiro: FGV, 2001. VIANNA, L. W. Liberalismo e sindicato no Brasil . São Paulo: Paz e Terra, 1978.					

ECONOMIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	-
Ementa					
Princípios fundamentais da Economia. Teoria Econômica. Teoria do Valor: agentes racionais. Teoria do Consumidor. Teoria do Produtor. Teoria do Valor: mercados equilibrados. Concorrência perfeita. Imperfeições na concorrência. Teoria Monetária: Moeda, Crédito, bancos e política monetária, Procura de moeda e mercado financeiro. Interdependência Mundial: A balança de pagamentos. O comércio internacional. Os movimentos de capitais. Problemas monetários internacionais.					
Objetivos					
Fornecer ao aluno elementos para uma compreensão da situação atual da economia, a partir de um contexto amplo, que tome em conta os aspectos econômicos e, os aspectos sociais e políticos.					
Bibliografia Básica					
MANKIWI, Gregory M. Introdução à Economia . São Paulo: Thomson, 2005. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio (org.) Manual de economia - equipe dos professores da USP. 3º Ed. São Paulo: Saraiva, 1998. WONNACOTT, Paul. Economia . Sao Paulo: Makron. 2004.					
Bibliografia complementar					
CANO, Wilson. Introdução à economia : uma abordagem crítica. São Paulo: UNESP, 1998. CASTRO, Antonio de Barros; LESSA, C. Francisco. Introdução à economia : uma abordagem estruturalista. 36ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000. MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia. Fundamentos e aplicações . São Paulo: Prentice Hall, 2005. ROSSETTI, José Pascoal. Introdução à economia . 20ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. SINGER, Paul. Curso de Introdução à Economia Política . 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.					

PRÁTICA DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	6	90	30	60	Antropologia I, II, III e IV Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais
Ementa					
Disciplina voltada para experiências de pesquisa antropológica a serem conformadas no levantamento de questões prementes da vida cultural e social. A realização das atividades são concernentes à observação e experimentação de problemas da realidade. Propostas com algum nível de intervenção serão valorizadas, desde relatórios, material de comunicação – interpretativo, criativo –, produção de seminários, visitação em espaços de significância cultural, social e institucional, pesquisa de campo com grupos e movimentos sociais.					
Objetivo					
Vivenciar a atividade do cientista social, integrado aos processos sociais de âmbito antropológico.					
Bibliografia Básica					
BAUER, M. W. & GASKELL, G. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.					
CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O Trabalho do Antropólogo. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998.					
CARDOSO, R. C. L. (Org.). A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.					
Bibliografia Complementar					
DA MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In NUNES, E. de O. (Org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.23-35.					
FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos. São Paulo: Global Editora, 1987.					
GEERTZ, C. Obras e vidas: o antropólogo como autor. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005					
GONÇALVES DA SILVA, V. O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras. São Paulo: Edusp, 2000.					
MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Trad. de A. P. Carr & L. A. C. Mendonça. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.					

PRÁTICA DE PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	6	60	30	60	Ciência Política I, II, III e IV Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais
Ementa					
Disciplina voltada para experiências de pesquisa em ciência política a serem conformadas no levantamento de questões prementes da vida política e social. A realização das atividades são concernentes à observação e experimentação de problemas da realidade. Propostas com algum nível de intervenção serão valorizadas, desde relatórios, material de comunicação – interpretativo, criativo – produção de seminários, visitação em espaços de significância cultural, social e institucional.					
Objetivo:					
Vivenciar a atividade do cientista social, integrado aos processos sociais de âmbito da ciência política.					
Bibliografia Básica					
BECKER, Howard. Método de Pesquisa em Ciências Sociais . São Paulo: Hucitec, 1994. LAVAREDA, Antonio. Emoções ocultas e estratégias eleitorais . Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. LEVIN, Jack. Estatística Aplicada as Ciências Humanas . São Paulo: Harbra, 1987.					
Bibliografia Complementar					
BAQUERO JACOME, Cesar Marcello. A pesquisa quantitativa nas ciências sociais . Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. FIGUEIREDO, Rubens (Org). Marketing Político e Persuasão Eleitoral . São Paulo: Fundação Konra Adenauer, 2000. MARCIAL, Elaine Coutinho; GRUMBACH, Raul José dos Santos. Cenários Prospectivos: como construir um futuro melhor . 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. AVRITZER, Leonardo (org.). Sociedade civil e democratização . Belo Horizonte: Del rey, 1994. CALDEIRA, Teresa P. R. A política dos outros: o cotidiano dos moradores de periferia e o que pensam do poder e dos poderosos . São Paulo: Brasiliense, 1984.					

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
Discussão de novas contribuições da sociologia, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para a disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos sociológicos.					
Objetivo					
Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem sociológica.					
Bibliografia Básica					
<p>CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.</p> <p>FERNANDES, Florestan. Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1979. (Série Corpo e Alma do Brasil; 3)</p> <p>MILLS, Wright. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>BECK, Ulrich; GIDDENS, Antony; SCOTT, Lash. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.</p> <p>BECKER, Howard Saul. Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2009.</p> <p>BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das letras, 2011.</p> <p>COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.</p> <p>WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2011.</p>					

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	
Ementa					
<p>Discussão de novas contribuições da antropologia, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para a disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos antropológicos.</p>					
Objetivo					
<p>Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem antropológica.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo. 2ª ed. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/Editora da Unesp, 2006.</p> <p>DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.</p> <p>VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2002.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>DAMATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.</p> <p>MONTEIRO, Paula. “Reflexões sobre uma antropologia das sociedades complexas.” In: Revista de Antropologia. vol. 34, 1991, p. 103-130.</p> <p>VELHO, Otávio (Org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.</p> <p>CALDEIRA, Teresa P. R. A política dos outros: o cotidiano dos moradores de periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984</p> <p>ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense, 1978.</p>					

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA

Nº	Créditos	C.H. Total	C.H. Teórica	C.H. Prática	Pré-Requisito
	4	60	60	0.0	-
Ementa					
Discussão de novas contribuições da Ciência Política, resultantes de experiências de pesquisa – teórica ou empírica – de relevância para o avanço da disciplina. A situação de questões teóricas e metodológicas levantadas em áreas temáticas específicas. O programa e bibliografia são montados a partir de cada questão específica proposta, baseados nos eixos voltados para estudos de ciência política.					
Objetivo					
Discutir e aprofundar questões de interesse temático específico, em diálogo com a abordagem da Ciência Política.					
Bibliografia Básica					
OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. QUIRINO, C. G., et al. (Org.). Clássicos do Pensamento Político . São Paulo: EDUSP, 2004. MAINWARING, Scott. “Políticos, partidos e sistemas eleitorais” In: Novos Estudos , São Paulo, 1991.					
Bibliografia Complementar					
BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política . A filosofia e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. CERVI, Emerson U. Opinião Pública e Comportamento Político . Curitiba: Editora IBPEX, 2010. FERREIRA, Jorge. O Populismo e sua História: debate e crítica . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder . São Paulo: Globo, 2001. STIFTUNG, Konrad Adenauer. Sistema Político Brasileiro: uma introdução . Rio de Janeiro:: Ed. da UNESP, 2004.					

Novas disciplinas optativas poderão ser incluídas nesta matriz curricular, após aprovação do Colegiado de Curso.

4.7.4. ADAPTAÇÃO ENTRE ESTRUTURAS CURRICULARES (equivalência de disciplinas)

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFT Campus Tocantinópolis já está em andamento desde 2007. Com a reformulação do projeto pedagógico, a inserção e a modificação de unidades curriculares tornam-se necessário padronizar uma equivalência entre os conteúdos curriculares da matriz curricular antiga relativamente àqueles da nova matriz proposta, de forma a garantir uma transição tranquila aos discentes, sem ônus para a conclusão do curso.

A estrutura curricular constante nesse Projeto Pedagógico será implantada no 1º semestre de 2015. Os alunos que ingressaram no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFT antes desta data e que já cursaram e foram devidamente aprovados em disciplinas pertencentes à estrutura curricular do projeto de criação, em função da equivalência de conteúdo e carga horária serão dispensados ao aderirem a nova matriz curricular.

Neste sentido, foi criada uma tabela de equivalências que é apresentada nos quadros seguir:

Quadro 01 - Equivalência entre os conteúdos curriculares da matriz antiga e os conteúdos curriculares da nova matriz proposta.

Cód.	UC 2009	CH	Cód.	UC 2015	CH
	Antropologia I	60		Antropologia I	60
	Ciência Política I	60		Ciência Política I	60
	Sociologia I	60		Sociologia I	60
	Antropologia II	60		Antropologia II	60
	Ciência Política II	60		Ciência Política II	60
	Sociologia II	60		Sociologia II	60
	Antropologia III	60		Antropologia III	90
	Ciência Política III	60		Ciência Política III	90
	Sociologia III	60		Sociologia III	90
	Sociologia do Trabalho	60		Sociologia do Trabalho	60
	Filosofia	60		Filosofia	60
	História do Pensamento Social no Brasil	60		História do Pensamento Social no Brasil	60
	Movimentos Sociais e Desenvolvimento Regional	60		Movimentos Sociais	105
	Leitura e prática de produção de texto	60		Leitura e prática de produção de texto	60
	Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais I	60		Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais	60
	Estatística	60		Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais	60
	Optativa I	60		Optativa I	60
	Optativa II	60		Optativa II	60
	Estágio Curricular Supervisionado I	60		Estágio Curricular Supervisionado I	75
	Estágio Curricular Supervisionado II	105		Estágio Curricular Supervisionado II	120
	Estágio Curricular Supervisionado III	90		Estágio Curricular Supervisionado III	105
	Estágio Curricular Supervisionado IV	120		Estágio Curricular Supervisionado IV	105
	Didática	60		Didática	75
	História da Educação	60		História da Educação	60

	Sociologia da Educação	60		Sociologia da Educação	60
	Filosofia da Educação	60		Filosofia da Educação	60
	Política e Legislação e Organizaçãoda Educação Básica	60		Política e Legislação e Orgnização da Educação Básica	60
	Psicologia da Educação	60		Psicologia da Educação	60
	Libras	60		Libras	60

Quadro 02 - Disciplinas que eram obrigatórias na antiga matriz que podem ser aproveitadas como optativas:

Cód.	UC 2009	CH	Cód.	UC 2015	CH
	Introdução à Economia	60		Economia	60
	Geografia da Amazônia: Fronteiras e Multiterritorialidades	60		Geografia da Amazônia: Fronteiras e Multiterritorialidades	60
	Cultura Brasileira	60		Cultura Brasileira	60
	Análise e Planejamento Socioambiental	60		Análise e Planejamento Socioambiental	60
	Psicologia Social	60		Psicologia Social	60
	Formação Histórica da Sociedade Brasileira	60		Formação Histórica da Sociedade Brasileira	60
	Análise da Política Brasileira	60		Política Brasileira	60
	Tópicos Especiais em Antropologia	60		Tópicos Especiais em Antropologia	60
	Tópicos Especiais em Sociologia	60		Tópicos Especiais em Sociologia	60
	Tópicos Especiais em Ciência Política	60		Tópicos Especiais em Ciência Política	60

Quadro 03 - Disciplinas introduzidas na nova matriz sem equivalência com a antiga matriz e que deverão ser cursadas pelos alunos ingressantes e aqueles já cursistas que aderirem à nova matriz:

Cód.	UC 2015	CH
	Cultura, Política e Patrimônio	60
	História Moderna	60
	História do Pensamento Econômico	60
	Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais I	60
	Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais II	60
	Metodologia do Ensino de Sociologia	60
	Gênero e Sociedade	60
	Educação Ambiental	60
	Estudos sobre África e Brasil-África	60
	Sociedades e Culturas Indígenas	60
	Educação e Mídia	60

4.7.5. MIGRAÇÃO PARA A NOVA ESTRUTURA

A seguir apresentamos a proposta de implantação progressiva da nova matriz curricular do curso de Ciências Sociais – Licenciatura.

Previsão de oferta de disciplinas para 2016/1

Período	DISCIPLINA Matriz 2009	Período	DISCIPLINA Matriz 2015
1º		1º	Antropologia I
			Ciência Política I
			Sociologia I
			Leitura e prática de produção de texto
			História Moderna
2º	Antropologia II	2º	
	Sociologia II		
	Formação Histórica da Sociedade Brasileira		
	Introdução à Educação		
	Filosofia		
3º	Antropologia III	3º	
	Ciência Política II		
	Geografia da Amazônia: fronteira e multiterritorialidades		
	Introdução à Metodologia Pesquisa em Ciências Sociais		
	História da Educação		
4º	Antropologia Urbana e Rural	4º	
	Ciência Política III		
	Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais I		
	Filosofia da Educação		
	Sociologia III		
5º	Sociologia do Trabalho	5º	
	Seminário de Ciências Sociais		
	Psicologia Social		
	Sociologia da Educação		
	Psicologia da Educação		
	Estágio Curricular Supervisionado I		
	Política, Legislação e Org. da Educ. Básica		
6º	Didática	6º	
	Introdução à Economia		
	Tópicos Especiais em Antropologia		
	Estágio Supervisionado II		
	Estatística Aplicada às Ciências Sociais		
7º	Cultura Brasileira	7º	
	Tópicos Especiais em Ciência Política		
	Tópicos Especiais em Sociologia		
	Optativa I		
	Estágio Curricular Supervisionado III		
8º	Análise da Política Brasileira	8º	
	Optativa II		
	Análise e Planejamento Sócio-Ambiental		
	Movimentos Sociais e Desenvolvimento Regional		
	Estágio Curricular Supervisionado IV		

Previsão de oferta de disciplinas para 2016/2

Período	DISCIPLINA Matriz 2009	Período	DISCIPLINA Matriz 2015
2°		2°	Antropologia II
			Ciência Política II
			Sociologia II
			Filosofia
			História da Educação
3°	Antropologia III	3°	
	Ciência Política II		
	Geografia da Amazônia: fronteira e multiterritorialidades		
	Introdução à Metodologia Pesquisa em Ciências Sociais		
	História da Educação		
4°	Antropologia Urbana e Rural	4°	
	Ciência Política III		
	Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais I		
	Filosofia da Educação		
	Sociologia III		
5°	Seminário de Ciências Sociais	5°	
	Sociologia do Trabalho		
	Psicologia Social		
	Sociologia da Educação		
	Psicologia da Educação		
	Estágio Curricular Supervisionado I		
6°	Política, Legislação e Org. da Educ. Básica	6°	
	Didática		
	Introdução à Economia		
	Tópicos Especiais em Antropologia		
	Estágio Supervisionado II		
7°	Estatística Aplicada às Ciências Sociais	7°	
	Cultura Brasileira		
	Tópicos Especiais em Ciência Política		
	Tópicos Especiais em Sociologia		
	Optativa I		
8°	Estágio Curricular Supervisionado III	8°	
	Análise da Política Brasileira		
	Optativa II		
	Análise e Planejamento Sócio-Ambiental		
	Movimentos Sociais e Desenvolvimento Regional		
	Estágio Curricular Supervisionado IV		

Previsão de oferta de disciplinas para 2017/1

Período	DISCIPLINA Matriz 2009	Período	DISCIPLINA Matriz 2015
1°		1°	Antropologia I
			Ciência Política I
			Sociologia I
			Leitura e prática de produção de texto
			História Moderna
3°		3°	Antropologia III
			Ciência Política III
			Sociologia III
			Didática
			História do Pensamento Econômico
4°	Antropologia Urbana e Rural	4°	
	Ciência Política III		
	Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais I		
	Filosofia da Educação		
	Sociologia III		
5°	Sociologia do Trabalho	5°	
	Seminário de Ciências Sociais		
	Psicologia Social		
	Sociologia da Educação		
	Psicologia da Educação		
	Estágio Curricular Supervisionado I		
	Política, Legislação e Org. da Educ. Básica		
6°	Didática	6°	
	Introdução à Economia		
	Tópicos Especiais em Antropologia		
	Estágio Supervisionado II		
	Estatística Aplicada às Ciências Sociais		
7°	Cultura Brasileira	7°	
	Tópicos Especiais em Ciência Política		
	Tópicos Especiais em Sociologia		
	Optativa I		
	Estágio Curricular Supervisionado III		
8°	Análise da Política Brasileira	8°	
	Optativa II		
	Análise e Planejamento Sócio-Ambiental		
	Movimentos Sociais e Desenvolvimento Regional		
	Estágio Curricular Supervisionado IV		

Previsão de oferta de disciplinas para 2017/2

Período	DISCIPLINA Matriz 2009	Período	DISCIPLINA Matriz 2015
2°		2°	Antropologia II
			Ciência Política II
			Sociologia II
			Filosofia
			História da Educação
4°		4°	Filosofia da Educação
			Política e Legislação da Educação Básica
			Pensamento Social no Brasil
			Metodologia do Ensino de Sociologia
			Cultura, Política e Patrimônio
5°	Sociologia do Trabalho	5°	
	Seminário de Ciências Sociais		
	Psicologia Social		
	Sociologia da Educação		
	Psicologia da Educação		
	Estágio Curricular Supervisionado I		
6°	Política, Legislação e Org. da Educ. Básica	6°	
	Didática		
	Introdução à Economia		
	Tópicos Especiais em Antropologia		
	Estágio Supervisionado II		
7°	Estatística Aplicada às Ciências Sociais	7°	
	Cultura Brasileira		
	Tópicos Especiais em Ciência Política		
	Tópicos Especiais em Sociologia		
	Estágio Curricular Supervisionado III		
8°	Optativa I	8°	
	Análise da Política Brasileira		
	Optativa II		
	Análise e Planejamento Sócio-Ambiental		
	Movimentos Sociais e Desenvolvimento Regional		
	Estágio Curricular Supervisionado IV		

Previsão de oferta de disciplinas para 2018/1

Período	DISCIPLINA Matriz 2009	Período	DISCIPLINA Matriz 2015
1º		1º	Antropologia I
			Ciência Política I
			Sociologia I
			Leitura e prática de produção de texto
			História Moderna
3º		3º	Antropologia III
			Ciência Política III
			Sociologia III
			Didática
			História do Pensamento Econômico
5º		5º	Seminário de Ciências Sociais
			Psicologia da Educação
			Sociologia da Educação
			Sociologia do Trabalho
			Estágio Curricular Supervisionado I
	Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais		
6º	Didática	6º	
	Introdução à Economia		
	Tópicos Especiais em Antropologia		
	Estágio Curricular Supervisionado II		
	Estatística Aplicada às Ciências Sociais		
7º	Cultura Brasileira	7º	
	Tópicos Especiais em Ciência Política		
	Tópicos Especiais em Sociologia		
	Optativa I		
	Estágio Curricular Supervisionado III		
8º	Análise da Política Brasileira	8º	
	Optativa II		
	Análise e Planejamento Sócio-Ambiental		
	Movimentos Sociais e Desenvolvimento Regional		
	Estágio Curricular Supervisionado IV		

Previsão de oferta de disciplinas para 2018/2

Período	DISCIPLINA Matriz 2009	Período	DISCIPLINA Matriz 2015
2°		2°	Antropologia II
			Ciência Política II
			Sociologia II
			Filosofia
			História da Educação
4°		4°	Filosofia da Educação
			Política e Legislação da Educação Básica
			Pensamento Social no Brasil
			Metodologia do Ensino de Sociologia
			Cultura, Política e Patrimônio
6°		6°	Gênero e Sociedade
			Estudos sobre África e Brasil-África
			Movimentos Sociais
			Estágio Curricular Supervisionado II
			Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais
7°	Cultura Brasileira	7°	
	Tópicos Especiais em Ciência Política		
	Tópicos Especiais em Sociologia		
	Optativa I		
	Estágio Curricular Supervisionado III		
8°	Análise da Política Brasileira	8°	
	Optativa II		
	Análise e Planejamento Sócio-Ambiental		
	Movimentos Sociais e Desenvolvimento Regional		
	Estágio Curricular Supervisionado IV		

Previsão de oferta de disciplinas para 2019/1

Período	DISCIPLINA Matriz 2009	Período	DISCIPLINA Matriz 2015
1º		1º	Antropologia I
			Ciência Política I
			Sociologia I
			Leitura e prática de produção de texto
			História Moderna
3º		3º	Antropologia III
			Ciência Política III
			Sociologia III
			Didática
			História do Pensamento Econômico
5º		5º	Psicologia da Educação
			Seminário de Ciências Sociais
			Sociologia da Educação
			Sociologia do Trabalho
			Estágio Curricular Supervisionado I
			Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais
7º		7º	Educação Ambiental
			Sociedades e Culturas Indígenas
			Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais I (TCC I)
			Estágio Curricular Supervisionado III
			Optativa I
8º	Análise da Política Brasileira	8º	
	Optativa II		
	Análise e Planejamento Sócio-Ambiental		
	Movimentos Sociais e Desenvolvimento Regional		
	Estágio Curricular Supervisionado IV		

Previsão de oferta de disciplinas para 2019/2

Período	DISCIPLINA Matriz 2009	Período	DISCIPLINA Matriz 2015
2°		2°	Antropologia II
			Ciência Política II
			Sociologia II
			Filosofia
			História da Educação
4°		4°	Filosofia da Educação
			Política e Legislação da Educação Básica
			Pensamento Social no Brasil
			Metodologia do Ensino de Sociologia
			Cultura, Política e Patrimônio
6°		6°	Gênero e Sociedade
			Estudos sobre África e Brasil-África
			Movimentos Sociais
			Estágio Curricular Supervisionado II
			Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais
8°		8°	Educação e Mídia
			Libras
			Seminário de Pesquisa em Ciências Sociais II (TCC II)
			Estágio Curricular Supervisionado IV
			Optativa II

4.7.6. METODOLOGIA

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através dos ciclos e seus respectivos eixos, que tem como objetivo fundamental garantir o processo de ensino/aprendizagem.

No sentido de efetivar os princípios de integração e interdisciplinaridade, os currículos dos cursos estão organizados em torno de eixos que agregam e articulam os conhecimentos específicos teóricos e práticos. Cada eixo é constituído por disciplinas que se articulam entre si e que são integrados por meio de conteúdos interdisciplinares ligadas ao seu respectivo eixo. Tais eixos são constituídos da seguinte forma:

Eixo de Formação Geral tem como eixo central Saberes Epistemológicos das Ciências Sociais e Saberes Pedagógico.

Eixo de Formação Complementar o eixo integrador é Saberes Didático-Prático.

Eixo de Formação Profissional tem como base o eixo Formação do Conhecimento Científico.

Assim, a integração definida como metodologia oportuniza a formação do perfil profissiográfico, definido neste projeto e marcam o caráter interdisciplinar a partir do elenco das disciplinas, pela troca de informações e pela interação com os seguintes elementos:

- I- Grupos, Núcleos, Linhas e Projetos de Pesquisa existentes;
- II- Intercâmbio com outros campi e pesquisadores;
- III- Relação com os cursos de Pedagogia e Educação do Campo;
- IV**-Relação com Cursos de pós-graduação *lato sensu* existentes no campus;
- V- Perspectiva em relação a programas de Pós-Graduação *latos e stricto sensu* na área.

4.7.7. INTERFACE PESQUISA E EXTENSÃO

Os **Grupos, Projetos e Laboratórios de Pesquisa e Extensão** que atualmente são realizadas atividades no *Campus* de Tocantinópolis possuem um caráter interdisciplinar, podendo dialogar com o novo curso. A expectativa, porém, é de ampliação dos projetos de Pesquisa e Extensão.

Decorrente dos trabalhos dos projetos e de acordo com as necessidades apontadas pelo curso, implementou-se no ano de 2005 os Laboratórios no *Campus*, como espaço de fortalecimento às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculado ao grupo de pesquisa Educação: Sujeitos, Linguagens e Formação, criou-se o BÚSSOLA – Laboratório Experimental das Linguagens e das Artes, como laboratório destinado a atividades de caráter lúdico e artístico, tendo como principais atividades em funcionamento: a *Sala de Audiovisuais*, localizada no bloco administrativo, dispondo de um acervo de filmes e equipamento de multimídia, e a instalação da *Brinquedoteca Mário de Andrade*, compondo um acervo de livros e brinquedos infantis que se

encontra localizada na Ala A, bloco específico do Campus para desenvolvimento dos projetos. Ambos laboratórios contam com a presença de alunos estagiários remunerados e funcionam também como espaços na realização de projetos de extensão com a comunidade.

Outro laboratório instalado refere-se ao LAPES – Laboratório de Apoio Pedagógico Especializado, atendendo as atividades de ensino, sobretudo vinculado às disciplinas metodológicas e de estágio supervisionado, com objetivo de criação e produção de materiais pedagógicos e recursos didáticos para uso e estudo dos acadêmicos do curso, com ênfase às atividades da docência nos anos iniciais e educação infantil. O respectivo laboratório também dispõe de monitoria remunerada, vinculada atualmente ao PAM - Plano Anual de Monitoria do Campus, e localiza-se próximo às dependências das salas de aula.

Esse conjunto de projetos e atividades demonstra o trabalho desenvolvido pelo corpo docente e discente do Campus, canalizando-se como potenciais construtores de novos projetos, assim como fortalecendo cada vez mais a presença da pesquisa e da extensão, estreitando o compromisso da universidade com a comunidade e região.

Para visualizarmos os projetos propostos, segue nos anexos um quadro demonstrativo das linhas de pesquisa, os respectivos professores envolvidos, inclusive com destaque aos projetos desenvolvidos pelos professores que estão cursando doutorado.

4.7.8. INTERFACE COM PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO DO ENSINO: MONITORIA, PET.

A interface entre os Programas e Projetos no âmbito do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais de Tocantinópolis articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento pela UFT têm como objetivo o fortalecimento do ensino. Para tanto, deve-se realizar interface entre os programas e projetos institucionais da UFT, tais como: Programa Institucional de Monitoria (PIM); Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI); Programa Especial de Treinamento/Tutoria (PET); Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA); Programa Prodocência.

PIM: consta na Resolução Normativa – PROGRAD No 01/2005, que este programa tem como principais objetivos: incentivar a participação do discente nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação.

PIMI: É um programa que tem como objetivo facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a sua permanência e sucesso acadêmico. A função do monitor remunerado ou voluntário será exercida por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e classificados em processo seletivo realizado no Colegiado de Curso. Ao monitor remunerado será concedida uma bolsa mensal.

PET: é um programa desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, que tem como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e objetiva: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

PMA: O Programa permite que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES Federais (Instituições credenciadas) possam deslocar-se temporariamente para outra instituição federal e curse até três semestres. Este Programa constitui-se em uma possibilidade de enriquecimento quando os alunos do curso de pedagogia poderão adquirir experiências em outras instituições de ensino superior, bem como conviver no âmbito do Campus e do Curso com outros alunos portadores de conhecimentos e culturas diferentes.

Prodocência (Programa de Consolidação das Licenciaturas): Este programa visa fortalecer a formação de professores e contribuir com as ações de melhoria da qualidade da Graduação. Tem como principais objetivos estimular a criação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior; ampliar as ações voltadas a formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos Cursos de Licenciatura das Instituições Federais de Ensino Superior; e apoiar a implementação das novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores.

PIBID: Foi instituído pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESu), da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), objetiva fomentar a iniciação à docência de estudantes de licenciatura presencial plena da UFT e preparar a formação de professores em nível superior para atuar na educação básica pública.

4.7.9. INTERFACE COM AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O PPC deverá apresentar a concepção de flexibilização curricular propiciada pela interface de tais atividades: programas, projetos, atividades de extensão, de iniciação científica entre outros (Resolução CONSEPE nº 009/2005 que trata do Regulamento das Atividades Complementares nos cursos de graduação).

As Atividades Complementares no curso de Ciências Sociais segue as orientações da Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, do Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da UFT (2006) e da Resolução 09/2005 do CONSEPE, que regulamenta as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFT.

No Curso de Ciências Sociais a carga horária total da Atividade Complementar é de

duzentas e dez (210) horas, com exceção de Pesquisa⁵, que corresponde a 14 créditos distribuídos da seguinte maneira:

- ✓ **Ensino** com três (03) créditos que correspondente a 45 horas;
- ✓ **Pesquisa** com três (03) créditos que corresponde a todas as atividades de pesquisa e;
- ✓ **Extensão** com oito (08) créditos que correspondente a 120 horas.

⁵ As atividades de pesquisa equivalem a créditos e não a horas.

MODALIDADE	TIPO	CRÉDITOS DO CONSEPE	CRÉDITOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	DETALHAMENTO DE CRÉDITOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/UFT
ENSINO	I – Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES (por Disciplina)	05	03	Os alunos poderão fazer até três (03) créditos, que correspondem a 45 horas.
	II – Atividades de monitoria (por semestre)	05	03	Cada semestre de Monitoria valerá três (03) créditos, correspondente a 45 horas.
	III – Organizar mini-cursos (por mini-curso)	05	02	Os alunos poderão organizar mini-cursos que correspondem a 30 horas e equivale a dois (02) créditos.
	IV – Ministras Mini-curso (por mini-curso)	05	03	Os alunos poderão ministrar até 45 horas de mini-cursos, que correspondem a três (03) créditos.
	V – Participação como ouvinte em mini-cursos (por mini-curso)	03	01	Os alunos poderão aproveitar o máximo de 15 horas de participação como ouvinte em mini-cursos, que corresponde a um (01) crédito.
	VI – Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso)	02	02	Os alunos poderão aproveitar o máximo de 30 horas de cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira, que corresponde a dois (02) créditos.
	TOTAIS PARCIAIS	20	14	Disponível: 210 horas
PESQUISA (exceto o TCC)	I – Livro Publicado	50	10	Para cada livro publicado, como autor, co-autor ou organizador, o aluno recebe 10 (dez) créditos.
	II – Capítulo de Livro	20	05	Para cada capítulo de livro publicado, como autor ou co-autor, o aluno recebe cinco (05) crédito.
	III – Projetos de Iniciação Científica	15	05	Para cada participação completa em Projeto de Iniciação Científica o

				aluno recebe cinco (05) créditos.
	IV – Projetos de Pesquisa Institucionais	10	05	Para cada participação completa em Projeto de Pesquisa Institucional o aluno recebe cinco (05) créditos.
	V – Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial)	10	05	Para cada Artigo publicado, como autor, em periódico com Conselho Editorial o aluno recebe cinco (05) créditos.
	VI - Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial)	05	03	Para cada Artigo publicado, como co-autor, em periódico com Conselho Editorial o aluno recebe três (03) créditos.
	VII – Artigo completo publicado em anais como autor	05	04	Para cada Artigo completo publicado, como autor, em Anais o aluno recebe quatro (04) créditos.
	VIII – Artigo completo publicado em anais como co-autor	03	03	Para cada Artigo completo publicado, como co-autor, em Anais o aluno recebe três (03) créditos.
	IX – Resumo Expandido em anais	-	02	Para cada Resumo expandido em anais o aluno recebe dois (02) créditos.
	X – Resumo em anais	03	01	Para cada Resumo em Anais o aluno recebe um (01) crédito.
	XI – Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos	03	03	Para cada ano de participação em Grupos Institucionais de trabalhos e/ou estudos o aluno recebe um (01) crédito. Podendo atingir os três (03) créditos.
	TOTAIS PARCIAIS	124	46	Disponível: 46 créditos
MODALIDADE	TIPO	CRÉDITOS DO CONSEPE	CRÉDITOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	DETALHAMENTO DE CRÉDITOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/UFT
EXTENSÃO	I – Autoria e execução de projetos	15	05	Para cada autoria e execução de Projetos o aluno receberá um (01) crédito, podendo atingir o máximo de cinco (05) créditos.

II – Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, semanas, etc.)	10	02	Os alunos poderão organizar eventos que correspondem a 30 horas e equivale a dois (02) créditos.
III – Participação como conferencista em eventos (conferências, palestras, mesas-redondas, semanas, etc.)	10	03	Os alunos poderão participar como conferencista em eventos, com carga horária máxima até 45 horas que correspondem a três (03) créditos.
IV – Participação como ouvinte em congressos, seminários, semanas, workshop, etc.	05	02	Os alunos poderão aproveitar o máximo de 30 horas de participação como ouvinte em congressos, seminários, semanas, workshop, etc., que corresponde a dois (02) créditos.
V – Apresentação oral de trabalhos em evento (congressos, seminários, semanas, workshop, etc.)	05	05	Os alunos poderão apresentar até 05 trabalhos em eventos, que corresponde a um (01) crédito por trabalho.
VI – Participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas, etc.	03	01	Os alunos poderão aproveitar o máximo de 15 horas de participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas, etc., que corresponde a um (01) crédito.
VII – Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em congressos, seminários, workshop etc.	03	03	Os alunos poderão apresentar até 03 trabalhos em eventos, que corresponde a um (01) crédito por trabalho.
VIII – Participação em oficinas, cineclube, curso de extensão e etc.	03	03	Os alunos poderão aproveitar carga horária máxima de 45 horas de participação como ouvinte em oficinas, cineclube, curso de extensão etc., que corresponde a três (03) créditos.
IX – Participação como debatedor no cineclube	-	04	Os alunos poderão aproveitar carga horária máxima de 60 horas de participação como debatedor no cineclube, que corresponde a quatro (04) créditos.
X – Participação em atividades desportivas, representando a instituição	-	03	Os alunos poderão aproveitar carga horária máxima de 45 horas de participação em atividades desportivas, que corresponde a três (03) créditos.
XI – Visitas técnicas	03	03	Os alunos poderão aproveitar carga horária máxima de 45 horas de participação em visitas técnicas, que corresponde a três (03) créditos.
XII – Estágios extracurriculares	03	03	Os alunos poderão aproveitar carga horária máxima de 45 horas de participação em estágio extracurricular, que corresponde a três (03) créditos.
XIII – Participação em comissões internas da UFT	-	03	Os alunos poderão aproveitar carga horária máxima de 45 horas de participação em comissões internas da UFT, que corresponde a três (03) créditos.
XIV – Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, Colegiado do curso de graduação, etc. por semestre)	03	03	Os alunos poderão aproveitar um (01) crédito por semestre em representação discente em órgãos colegiados, podendo atingir o máximo de três (03) créditos.
XV – Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs etc. por semestre)	02	02	Os alunos poderão aproveitar um (01) crédito por semestre em representação discente em órgãos colegiados, podendo atingir o máximo de dois (02) créditos.
TOTAIS PARCIAIS	65	45	Disponível: 675 horas

4.7.10. ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* de Tocantinópolis, orientar-se pelas premissas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), especialmente no que diz respeito à atribuição da normatização das atividades de estágio por parte da própria instituição de ensino⁶. Da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e da Lei nº 11.788, de 25 de novembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes.

Desta forma, conforme o Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais modalidade Licenciatura diz que o Estágio Curricular Supervisionado estará vinculado à formação específica do Curso de Ciências Sociais e será organizado da seguinte forma: iniciará no 5º período, sendo realizado sem intervalos ao longo do curso até o 8º período. A proposta de Estágio do curso coloca que este poderá ser realizado tanto em instituições escolares quanto em não-escolares, incluindo a parte de observação, regência e projetos de estágio em:

a) *Espaços Formais de Ensino* como: escolas de Educação Básica da rede pública e particular de ensino.

b) *Espaços Não-Formais de Ensino* como: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Conselho Tutelar, Secretarias de Educação, Movimentos Sociais e Populares, Centros Culturais, Organizações Sociais⁷, Projetos de Pesquisa ligados a formação de professores e Laboratórios de Pesquisa Interdisciplinar/Centros de Referências e Núcleos de Pesquisa.

Os objetivos são:

Objetivo Geral: Garantir a reflexão significativa dos conteúdos da formação docente do cientista social através da observação vinculada à prática pedagógica num processo de problematização, teorização e prática.

Objetivos Específicos:

- Promover situações de observação ao acadêmico e reflexão sobre a prática pedagógica para compreender e atuar em situações contextualizadas;

- Criar situações de aprendizagem para a construção de competências nas relações humanas e ensino a partir do envolvimento direto com a prática e do estudo paralelo dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática docente;

- Possibilitar ao licenciando sua intervenção na prática, reorganizando as atividades pedagógicas, a partir da problematização, tematização e reelaboração de seus conhecimentos;

6

Cf. Art. 82 da Nova LDB Lei 9.394 de 21/03/84 e 2.080 de 20/12/96, que diz “Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para a realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição. Parágrafo Único - O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.”

⁷ Considera-se Organizações Sociais as Associações de Bairro, Associações de Pais e Mestres, Colônia de Pescadores, Associação de Pequenos Agricultores, Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu, entre outros.

- Habilitar o acadêmico a relacionar teoria e prática, problematizando, analisando e teorizando para desenvolver o campo teórico-investigativo da área das Ciências Sociais.

A ESTRUTURAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Desde o início do curso, os acadêmicos terão as disciplinas de seu currículo voltadas para as práticas educativas de um modo geral. São as disciplinas de Prática de Ensino⁸, que subsidiarão as primeiras reflexões dos alunos sobre a sociedade e acompanharão, a partir do 5º período, as disciplinas de Estágio. Em outras palavras, as disciplinas de Prática de Ensino não se encerram com o início do Estágio Supervisionado, mas continuam fornecendo condições para que os acadêmicos, aliado ao Estágio, possam elaborar seus projetos de pesquisas e ação.

O acadêmico deverá cumprir a carga horária de 405 horas totais de Estágio Supervisionado ao longo do curso de graduação, distribuídas de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e o Regimento de Estágio. Assim, o discente matriculado nas disciplinas de Estágio deve cumprir integralmente a sua carga horária correspondente no semestre e comprovar através de documentos-padrões fornecidos pela UFT, que deverão ser entregues à Central de Estágio para fins de registro e arquivamento, caso contrário, deverão matricular-se novamente na disciplina.

Os alunos deverão entregar a documentação na Central de Estágio até uma semana antes do encerramento do semestre letivo em vigor na UFT. Diante disso, a Central de Estágio comunicará aos professores das disciplinas de estágio quais os alunos que estão com documentos pendentes, no intuito de demonstrar que não foi comprovada a efetivação do estágio no período determinado.

O Estágio Supervisionado será realizado em Espaços Formais de Ensino e Espaços Não-Formais de Ensino. Todas as instituições devem ter convênios com a UFT possibilitando aos licenciandos a oportunidade de integração e comprometimento com a realidade social.

A carga horária total de 405 horas do Estágio está distribuída da seguinte forma:

Quadro 01. Carga Horária das disciplinas de Estágio:

Período	Disciplina	Carga Horária
5º	Estágio Curricular Supervisionado I	75 horas
6º	Estágio Curricular Supervisionado II	120 horas
7º	Estágio Curricular Supervisionado III	105 horas
8º	Estágio Curricular Supervisionado IV	105 horas

AS DIRETRIZES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado vincula-se ao Colegiado de Ciências Sociais, o que significará o envolvimento de todos os professores com a orientação dos discentes quanto à bibliografia, temas, programas de aulas/palestras/oficinas, elaboração de textos didáticos, indicação de recursos audiovisuais, entre outros. Professores de Cursos afins também poderão participar das atividades de orientação e demais atividades.

A operacionalização e a coordenação do Estágio ficarão sob responsabilidade dos professores das Disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado, das Disciplinas de

⁸ No caso do Curso de Licenciatura, a Prática de Ensino é constituída pelas seguintes disciplinas: Didática; Sociologia da Educação, Filosofia da Educação e Metodologia do Ensino de Sociologia.

Componentes Curriculares e/ou Pedagógicas e da Central de Estágio. Contudo, os alunos vinculados ao curso poderão estabelecer interlocução com os professores das diferentes atividades e área de conhecimento, solicitando contribuições e orientações para suas demandas de estágio e de treinamento da prática de ensino.

Ressalta-se que, prioritariamente, o Estágio deverá ocorrer nas escolas públicas, abrangendo as suas dimensões como: gestão, atividades extraclasse e sala de aula, focando toda atenção ao ensino da disciplina de Sociologia na Educação Básica⁹. Além de atender outro campo de estágio que é a educação não-formal feito em outras instituições.

Os alunos que já lecionam em escolas públicas e/ou atuam em espaços não-escolares voltadas para educação não-formal, entre outros. Assim, os acadêmicos poderão ter redução de carga horária em até no máximo 200 horas.

As horas de Estágio Curricular Supervisionado exigido pela Legislação Federal serão distribuídas ao longo dos dois últimos anos do curso, entre o 5º e o 8º períodos. Tendo em vista a formação de um professor/pesquisador, o estágio terá a oportunidade de discutir questões que envolvem o ensino propriamente dito (observação e regência em Sociologia nas Escolas do Ensino Médio), bem como, projetos de estágio ligados a situações problemas encontrados nos espaços formais de ensino.

Os Estágios Supervisionados I, II, III e IV acontecerão em espaços formais de ensino e espaços não-formal de ensino e será da seguinte forma:

a) *Espaços Formais de Ensino*: no quinto período, o Estágio Supervisionado I possibilitará ao acadêmico estagiar em escolas, orientado tanto para o ensino de Sociologia no Ensino Médio quanto para os demais aspectos que envolvem o ensino nesta instituição. E, neste momento, o discente elaborará um projeto de estágio voltado para o espaço formal de ensino sob orientação do professor da disciplina.

b) *Espaços Formais de Ensino e Espaços Não-Formais de Ensino*: do sexto ao oitavo período, que compreende os Estágios Supervisionados II, III e IV, respectivamente. Na disciplina Estágio II o discente aplicará o Projeto de Estágio que foi elaborado na disciplina de Estágio I, essa aplicação acontecerá nos Espaços Formais de Ensino. Na disciplina de Estágio III, novo Projeto de Estágio será elaborado para ser aplicado no Estágio IV, tais projetos são voltados para os Espaços Formais de Ensino. A culminância do trabalho desenvolvido no Projeto de Estágio tanto o planejamento quanto a sua aplicação será através de seminários realizados em sala de aula.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Para o cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deve cumprir etapas, que consistem num processo de aprendizagem que se inicia no 1º período do Curso e finaliza no 8º período. A partir do 5º período o aluno desenvolverá as atividades a seguir relacionadas:

- Observação da estrutura, funcionamento, recursos e clientela da escola e outros espaços no qual realiza o estágio;

⁹ Lei nº 6.888, de 10 de Dezembro de 1980 e o Projeto de Lei Nº 1.446, de 25 de maio de 2011.

- Observação da atuação didático-pedagógica do professor regente da sala de aula em que está estagiando;

- Participação nas aulas, atuando em atividades de ensino sugeridas e/ou autorizadas pelo professor regente da sala de aula;

- Regência em sala de aula em que está estagiando;

- Desenvolvimento de atividades tais como planejamento, oficinas, palestras, reuniões, que correspondem a programação do estágio, de acordo com a orientação do professor da Unidade Concedente e do docente-orientador da IES;

- Observação em espaços não-formais de ensino no intuito de desenvolver outro olhar e atuação sobre a realidade onde o cientista social (licenciado) pode atuar.

ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

a) Registrar todas as atividades de estágio previstas;

b) Entregar ao docente-orientador, no final do estágio, relatório das atividades realizadas;

c) Informar-se, junto ao docente-orientador, de todas as atividades a serem desenvolvidas para o cumprimento integral do estágio;

d) Comprovar a realização das atividades de observação, participação e regência da aula, através do preenchimento de ficha de frequência assinada pelo professor titular da disciplina e/ou pelo professor supervisor de estágio;

e) Apresentar, em prazo fixado pelo Coordenador de Estágio e pela Central de Estágio, o planejamento do conteúdo e das atividades didáticas ao professor de estágio, para análise e acompanhamento;

f) Assumir a regência da turma na presença do professor na Unidade Concedente;

g) Observar espaços não-formais de ensino para analisar como cientista social – licenciado pode atuar.

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR

A orientação das atividades desenvolvidas nos campos de estágio caracteriza-se como supervisão através do acompanhamento contínuo de todo o processo pelo docente orientador.

Cabe ao docente orientador de Estágio:

- Orientar o estagiário sobre as atividades de estágio;

- Acompanhar o estagiário quanto ao planejamento para sala de aula (regência), para outras atividades na instituição escolar e não-escolar e o relatório das atividades desenvolvidas;

- Avaliar o desempenho do estagiário através de registros, observações e acompanhamento.

DOCUMENTOS

Todas as etapas de estágio devem ser devidamente documentadas para ser considerada legal. A documentação exigida encontra-se disponível no site da Universidade Federal do Tocantins (www.uft.edu.br/estagios) e na Central de Estágio do *Campus*.

Para iniciar o **Estágio Curricular Obrigatório**, o discente deverá apresentar:

- a) Carta de Apresentação fornecida pela Central de Estágio do *Campus*;
- b) Termo de Compromisso, em 03 vias originais assinadas pelas partes constituintes;
- c) Plano de Atividades, em 03 vias originais assinadas pelas partes constituintes.

Durante o estágio, o discente deverá ter a:

a) Ficha de Frequência cedida pela Central de Estágio do *Campus* que deverá ser assinada pelo responsável pelo acompanhamento após o cumprimento da carga horária desenvolvida pelo acadêmico na Unidade Concedente.

Ao final do estágio, o aluno deverá apresentar:

- a) Relatório de Atividades, em 01 via assinada pelas partes constituintes;
- b) Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor na Unidade Concedente, em 01 via devidamente assinada;
- c) Termo de Realização de Estágio Obrigatório, em 01 via devidamente assinada;
- d) Ficha de Frequência assinada, em 01 via.

Para iniciar o **Estágio Curricular Não-Obrigatório**, o discente deverá apresentar:

- a) Termo de Compromisso, em 03 vias assinadas pelas partes constituintes;
- b) Plano de Atividades, em 03 vias assinadas pelas partes constituintes.

Durante o estágio, o discente deverá ter a:

a) Ficha de Frequência cedida pela Central de Estágio que deverá ser assinada pelo responsável pelo acompanhamento após o cumprimento da carga horária praticada/efetivada/feita pelo acadêmico na Unidade Concedente.

Ao final do estágio, o aluno deverá apresentar:

- a) Relatório de Atividades, em 01 via assinadas pelas partes constituintes;
- b) Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor na Unidade Concedente, em 01 via devidamente assinada;
- c) Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor de Estágio na UFT, em 01 via devidamente assinada;
- d) Termo de realização de estágio obrigatório, em 01 via devidamente assinada;
- e) Ficha de Frequência assinada, em 01 via devidamente assinada.

Todos estes documentos devem ser entregues à Central de Estágio para arquivamento em pastas individuais dos acadêmicos.

4.7.11. PRÁTICA PROFISSIONAL

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A PRÁTICA E ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

As dimensões pedagógicas dos cursos de licenciatura

O curso de licenciatura deve garantir fundamentos (conteúdo) e metodologias (forma) que subsidiem a capacidade de refletir sobre a ação, ampliando assim os horizontes da compreensão

do mundo. É nessa perspectiva que se coloca o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/ CP 009/2001, aprovado em 08/05/2001, que, ao dispor sobre as dimensões teóricas dos cursos de licenciatura, abre a discussão da seguinte forma:

Esse exercício vai requerer a atuação integrada do conjunto de professores do curso de formação visando superar o padrão segundo o qual os conhecimentos práticos e pedagógicos são de responsabilidade dos pedagogos e os conhecimentos específicos a serem ensinados são responsabilidade dos especialistas por área de conhecimento.

Explicita, ainda, que

Essa atuação integrada da equipe de formadores deve garantir a ampliação, ressignificação e equilíbrio de conteúdos com dupla direção: para os professores de atuação multidisciplinar de educação infantil e de ensino fundamental, no que se refere aos conteúdos a serem ensinados; para os professores de atuação em campos específicos do conhecimento, no que se refere aos conteúdos pedagógicos educacionais.

Além disso, os conhecimentos pedagógicos constitutivos do curso referem-se às diferentes concepções sobre temas próprios da formação de professores, tais como: currículo, desenvolvimento curricular, docência, transposição didática, contrato didático, planejamento, plano, programa, projeto de ensino, organização de tempo e espaço de aprendizagem, organização do trabalho formativo, interação grupal, criação, realização e avaliação das situações didáticas, avaliação de aprendizagens dos alunos, trabalho diversificado, relação professor-aluno, análises de situações educativas e de ensino complexas, entre outros. São deste âmbito, também, as pesquisas dos processos de aprendizagem dos alunos e os procedimentos para produção de conhecimento pedagógico pelo professor.

Subsídios para as dimensões da prática como componente curricular e o Estágio Curricular Supervisionado

Perceber as diferentes dimensões do contexto, analisar como as situações se constituem e compreender como a atuação pode interferir nelas é um aprendizado permanente, na medida em que as questões são sempre singulares e novas respostas precisam ser construídas. A competência profissional do professor é, justamente, sua capacidade de criar soluções apropriadas a cada uma das diferentes situações complexas e singulares que enfrenta. Este âmbito de conhecimento está relacionado às práticas próprias da atividade de professor e às múltiplas competências que as compõem e deve ser valorizado em si mesmo. Entretanto, é preciso deixar claro que o conhecimento experiencial pode ser enriquecido quando articulado a uma reflexão sistemática. Constrói-se, assim, em conexão com o conhecimento teórico, na medida em que é preciso usá-lo para refletir sobre a experiência, interpretá-la, atribuir-lhe significado.

De acordo com as orientações legais indicadas pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação, a Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em seu Art. 13, explicita que em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar. Aponta, ainda:

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos (Resolução CNE/CP 01/2002).

Nessa perspectiva, prática como componente curricular deve ser entendida como o conjunto de atividades ligadas à formação profissional, inclusive as de natureza acadêmica, que se volta para a compreensão das práticas educativas e de aspectos variados da cultura das instituições e suas relações com a sociedade e com as áreas de conhecimento específico. O Parecer CNE/CP nº 9/2001, item 3.2.5, ao discutir a concepção restrita de prática no contexto da formação dos professores para a Educação Básica, sinaliza o seguinte:

Uma concepção de prática como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional. (p.23)

Por sua vez, o Parecer CNE/CP nº 28/2001, enfatiza que

Sendo a prática um trabalho consciente [...], ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador (p.9).

Em conformidade com o Parecer CNE/CP nº 9/2001 (p. 57), o planejamento dos cursos de formação de professores deve prever situações didáticas em que os futuros professores coloquem em uso os conhecimentos que aprenderem, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros, de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares, como indicado a seguir:

a) No interior das áreas ou disciplinas. Todas as disciplinas que constituem o currículo de formação e não apenas as disciplinas pedagógicas têm sua dimensão prática. É essa dimensão prática que precisa ser permanentemente trabalhada, tanto na perspectiva da sua aplicação no mundo social quanto na perspectiva da sua didática.

b) Em tempo e espaço curricular específico, aqui chamado de coordenação da dimensão prática. As atividades deste espaço curricular de atuação coletiva e integrada dos formadores transcendem o estágio e têm como finalidade promover a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar, com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão para compreender e atuar em situações contextualizadas, tais como o registro de observações realizadas e a resolução de situações-problema características do cotidiano profissional. Esse contato com a prática profissional, não depende apenas da observação direta: a prática contextualizada pode vir até a escola de formação por meio das tecnologias de informação – como computador e vídeo –, de narrativas orais e escritas de professores, de produções dos alunos, de situações simuladas e estudo de casos.

c) Nos estágios curriculares: Conforme Parecer CNE/CES 213/2003, de 01/10/2003, para se aferir a dimensão prática do curso devem ser somadas as partes horárias previstas no interior de cada área ou disciplina para atividades práticas, observando-se que nem toda atividade prática

desenvolvida na disciplina pode ser considerada como prática de ensino. Por exemplo, as atividades de caráter prático relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos próprios da área do conhecimento, como no caso da Química ou Física, não devem ser computadas como prática como componente curricular nos cursos de licenciatura. Para este fim, poderão ser criadas novas disciplinas ou adaptadas as já existentes, na medida das necessidades de cada instituição, devendo o total perfazer 400 horas. Para se avaliar quantitativamente a dimensão pedagógica do curso, deverão ser somadas, dentro das horas do curso, as partes horárias dedicadas às atividades pedagógicas. As disciplinas, de natureza pedagógica, contemplam em seu interior atividades teóricas e práticas. A soma dessas atividades pedagógicas, teóricas e práticas, devem perfazer 1/5 da carga horária do curso. Por sua vez, tão somente a parte prática dessas disciplinas pedagógicas somada às demais frações práticas existentes no curso integra o total de 400 horas exigido para atividades práticas. Ou seja, as atividades práticas pedagógicas entram no cômputo das duas dimensões, prática e pedagógica. Somam-se às atividades pedagógicas para perfazer 1/5 do total de horas do curso e somam-se às atividades práticas para totalizar às 400 horas exigidas.

d) A fim de se obter a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor deverão ser incluídas no Projeto Pedagógico do curso de licenciatura propostas interdisciplinares de trabalho, elaboradas de forma colaborativa e situações de aprendizagem desafiadoras, que exijam a aplicação e a investigação na prática de conceitos teóricos em estudo.

As dimensões do estágio supervisionado

Outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: estágio supervisionado de ensino. Estágio é o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim, o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio *supervisionado*. Trata-se, pois, de um momento de formação profissional seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa do formando em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

A Resolução CNE/CP 1/2002 sinaliza que:

§ 3º O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de Educação Básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados.

§ 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

Tendo como objetivo, junto com a prática de ensino, a relação teoria e prática social tal como expressa o Art. 1º, § 2º da LDB-9394/96, bem como o Art. 3º, XI e tal como expressa sob o conceito de prática no Parecer CNE/CP 09/2001, o estágio é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino/aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário. Entre outros objetivos, pode-se dizer que o estágio pretende oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em

situação de trabalho, isto é, diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigível dos formandos, especialmente quanto à regência. Mas, é também um momento para se acompanhar alguns aspectos da vida escolar que não acontecem de forma igualmente distribuída pelo semestre, concentrando-se mais em alguns aspectos que importa vivenciar. É o caso, por exemplo, da elaboração do projeto pedagógico, da matrícula, da organização das turmas e do tempo e espaço escolares.

A esse respeito, o Parecer CP no. 27/2001 assim se manifesta:

O estágio obrigatório deve ser vivenciado ao longo de todo o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve acontecer desde o primeiro ano, reservando um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes. Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino. Esses —tempos na escola devem ser diferentes segundo os objetivos de cada momento da formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolve necessariamente uma atuação coletiva dos formadores (CNE CP 27/2001).

Dessa forma, o estágio se caracteriza por uma relação ensino-aprendizagem mediada pela ação do professor-formador, que acontece pelo exercício direto *in loco* ou pela participação do discente em ambientes próprios da área profissional, objeto da sua formação. Visa não somente à regência em sala de aula, mas também à reflexão teórico-prática sobre a docência e demais aspectos integrantes do cotidiano escolar, a exemplo da elaboração de projetos pedagógicos e organização de tempos e espaços escolares e não-escolares. Nesse sentido, deve incorporar as seguintes dimensões:

- a) observação do contexto de atuação profissional a fim de mapear a realidade em que irá se integrar.
- b) acompanhamento das atividades profissionais para as quais o aluno está sendo preparado ao longo do curso.
- c) elaboração e desenvolvimento de projeto de investigação e intervenção no campo de estágio, com o suporte de disciplinas teóricas e práticas ministradas ao longo do curso.

Além disso, entendemos que os cursos de licenciatura devem ter uma proposta de base comum que tenha por eixo uma concepção ampla de docência que englobe as múltiplas dimensões do trabalho pedagógico por meio de uma sólida formação teórica em todas as atividades curriculares – nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, em todos os seus níveis e modalidades, e nos conteúdos especificamente pedagógicos – uma ampla formação cultural e a incorporação da pesquisa como princípio formativo, entre outros.

4.7.12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REGULAMENTO DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

DA DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E GESTÃO

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, vinculada às disciplinas Seminários de Pesquisa I e II, cuja integralização pelo acadêmico totaliza 180 horas (12 créditos) condicionada à produção escrita, individual, sob orientação docente e apresentação oral pública à banca examinadora.

§ 1º O TCC do curso de Licenciatura em Ciências Sociais possui caráter monográfico e científico, e consiste na sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente às linhas de pesquisas do curso, podendo ser de natureza teórica ou teórico-empírica.

§ 2º São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso:

I. Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de investigação científica, crítica, reflexiva e criativa do aluno;

II. Promover a coerência do processo de formação do profissional e integrar os conhecimentos das disciplinas da matriz curricular à pesquisa, à extensão e às atividades complementares; e,

III. Possibilitar experiências na produção de conhecimentos relevantes à comunidade acadêmica e à sociedade.

§ 3º O processo de orientação de trabalhos acadêmicos e os recursos de alunos reger-se-ão pela regulamentação interna e externa, sob a égide do Colegiado do Curso.

DAS LINHAS DE PESQUISA

Art. 2º Os temas de orientação de trabalhos de conclusão de curso serão regidas pelas linhas de pesquisa dos professores do Curso de Ciências Sociais e áreas afins.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete à coordenação de curso a orientação sobre o processo de orientação do TCC, em consonância com os professores das disciplinas Seminários de Pesquisa I e II, além de despachar, dentro do prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico, eventuais recursos de alunos.

Art. 4º Compete ao professor orientador:

I. Respeitar este regimento;

II. Orientar com qualidade, nos limites da respectiva área de formação e experiência profissional, atendendo aos alunos nos dias e horários combinados;

III. Indicar ao orientando leituras de fundamentação teórica e de exemplos de trabalhos científicos;

IV. Supervisionar o trabalho de acordo com as normas da ABNT e do Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UFT;

V. Fazer o devido registro das orientações no formulário de orientação disponibilizado pela Coordenação do curso;

VI. Esclarecer ao aluno que o plágio é crime de violação de direito autoral, segundo as prescrições do Capítulo II da Lei dos Direitos Autorais n.º 9.610/98 e do art. 184, caput, do Código Penal, que preceitua detenção de três meses a um ano, ou multa para esses casos;

VII. Presidir a Banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso;

VIII. Cuidar para que o aluno faça a revisão da linguagem e metodologia, segundo o Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UFT e da linguagem textual, segundo as normas da língua padrão;

IX. Apresentar, sempre que solicitado, informações a respeito do processo de orientação à Coordenação de Curso.

Art. 5º Compete ao professor examinador avaliar o TCC conforme os procedimentos operacionais e éticos e sugerir contribuições que visem à melhoria da qualidade do trabalho.

Art. 6º Compete ao aluno orientando: Ter cumprido os créditos das disciplinas Antropologia I, II, III; Sociologia I, II, III; Ciência Política I, II, III; Metodologia Quantitativa em Ciências Sociais; Estágio I e II para matricular-se nas disciplinas Seminários de Pesquisa I e II.

II. Definir a área de concentração e da linha de pesquisa nas quais se desenvolverá o trabalho monográfico, bem como a definição de um possível orientador;

III. Escolher e delimitar o tema em uma das linhas de pesquisa do curso em consenso com o orientador;

IV. Encaminhar recurso com documentos de procedência, em anexo, à Coordenação de curso, em qualquer momento do Processo de Orientação, se julgar necessário.

DA ORIENTAÇÃO

Art. 7º O Colegiado de Ciências Sociais deverá garantir, por meio de seu corpo docente, a orientação a todos os TCCs.

Art. 8º A descontinuidade da orientação só poderá ocorrer mediante o consentimento entre orientador e orientando. O abandono do processo por qualquer uma das partes deverá ser registrado, mediante assinatura de ambos no formulário de orientação, que está no final deste regulamento, e encaminhado à Coordenação de Curso.

§ 1º Se a descontinuidade da orientação ocorrer por iniciativa do discente orientando, caberá a este procurar outro docente para orientá-lo, depois de preencher o formulário de afastamento de orientação que deverá ser entregue à Coordenação de Curso. Uma nova orientação somente será iniciada após a entrega desse documento na Coordenação do Curso de Ciências Sociais.

§ 2º Caso a descontinuidade ocorrer por iniciativa do orientador, caberá à coordenação de curso mediar, indicando outro orientador. Depois de preencher o formulário de afastamento de orientação entregue à Coordenação de Curso.

DA DEFESA PÚBLICA E DA AVALIAÇÃO

Art. 9º Os TCCs deverão atingir, para aprovação, a avaliação mínima de 75% do total de 10,0 pontos, em cumprimento ao Art. 64 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria

MEC/SESu nº. 601, de 28 de junho e publicada na página 19, Seção I do Diário Oficial da União, dia 29 de junho de 2007, conforme orientações nos apêndices I e II deste Regulamento, assim:

I. O conteúdo do TCC encaminhado para apresentação oral pública à banca examinadora será de responsabilidade do estudante e do professor orientador;

II. A banca será composta pelo professor orientador, seu presidente, e por mais um ou dois membros, sendo obrigatoriamente um membro do curso de Ciências Sociais, professores da UFT ou de outras instituições de ensino superior, indicados pelo professor orientador em consonância com o orientando;

III. A data da defesa será marcada pelo professor orientador, em consonância com o orientando e os demais membros da banca examinadora, respeitando sempre o calendário acadêmico da UFT;

IV. O TCC, em sua versão final, deverá ser entregue à banca examinadora com, no mínimo, quinze dias de antecedência;

V. Na defesa pública, o aluno terá de 20 a 30 minutos para a exposição do trabalho; cada membro da banca terá 20 minutos para seus comentários e o aluno igual tempo para respostas;

VI. Cada membro da banca atribuirá uma nota de zero a dez ao trabalho e a nota final atribuída ao aluno pela banca examinadora será a média aritmética das notas atribuídas por cada membro;

VII. Após as alterações sugeridas pela banca examinadora, o TCC será entregue na Secretaria Acadêmica, no prazo de trinta dias, sendo a versão final entregue em cópia impressa e digital, em formato PDF, em data estipulada pelo calendário acadêmico do TCC.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 O aluno que se julgar prejudicado diante da não qualificação do trabalho pelo professor orientador para a banca examinadora final, poderá requerer revisão, por escrito, à Coordenação de curso, desde que fundamentado por meio de cópias anexas de documentos de legítima procedência, que serão submetidos à apreciação do Colegiado do curso.

Art. 11 A fraude na elaboração do trabalho, na forma de plágio ou outra de igual relevância, será considerada falta grave, estando o aluno sujeito às penalidades, que incluem a possibilidade de desligamento do curso. Caso o professor orientador, algum membro da banca examinadora, o parecerista ou a coordenação do curso tenha fortes razões para supor que houve plágio deverá informar a coordenação acadêmica que encaminhará um pedido para abertura de comissão de sindicância para o julgamento do caso.

Art. 12 O aluno que não entregar o TCC concluído no prazo estipulado no calendário acadêmico do TCC deverá realizar nova matrícula na disciplina para a execução do mesmo.

Art. 13 Casos omissos a este Regulamento serão discutidos com a Coordenação de curso e deliberados pelo Colegiado.

Art. 14 A aprovação deste Regulamento revoga as disposições em contrário.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO DO TCC

Eu, **docente**, _____,
do Curso de _____ da Universidade Federal do Tocantins,
Campus _____, declaro estar de acordo em assumir a
orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do discente abaixo discriminado.

DADOS DO DOCENTE - ORIENTADOR

Nome: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Titulação: _____

DADOS DO DISCENTE-ORIENTANDO

Nome: _____

Curso: _____ Ano: _____ Período: _____

E-mail: _____

Telefones: _____

Local, _____ de _____ de _____.

Docente-Orientador

Discente-Orientando

ATENÇÃO: Entregar este formulário devidamente preenchido na Secretaria do Curso de Ciências Sociais.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TERMO DE AFASTAMENTO DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO DOCENTE-ORIENTADOR**

ORIENTADOR

Eu, professor(a) _____, com matrícula
SIAPE n.º _____, docente-orientador do Trabalho de Conclusão de Curso
(TCC), venho solicitar afastamento de orientação do discente
_____ para elaboração do TCC do Curso de Ciências Sociais.

JUSTIFICATIVA

Docente-orientador

Eu, orientando, _____, com
número de matrícula _____, estou ciente do afastamento de orientação
para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais por parte do docente-
orientador. Por ser verdade, firmo o presente.

Orientando

Local, _____, _____ de _____ de _____.

Obs.: A coordenação do Curso receberá o presente requerimento somente após assinatura de todos os acima identificados.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO**

ORIENTANDO

Eu, acadêmico(a), _____,
com número de matrícula _____, regularmente matriculado na disciplina de
Seminário de Pesquisa que corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), venho
solicitar a substituição do docente-orientador _____
para elaboração do TCC do Curso de Ciências Sociais.

JUSTIFICATIVA

Orientando

Eu, docente-orientador, _____ estou
ciente do afastamento da orientação para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de
Ciências Sociais por parte do orientando-requerente.
Por ser verdade, firmo o presente.

Docente-orientador

Local, _____ de _____ de _____.

Obs.: A coordenação do Curso receberá o presente requerimento somente após assinatura de todos os acima
identificados.

4.7.13. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação tem como base o aspecto político-pedagógico, cujo objetivo é emancipar, oportunizando para esse sujeito a liberdade de escrever sua própria história na construção do conhecimento. Partindo desse pressuposto, a avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

A avaliação do aluno nesses eixos contempla uma abordagem interdisciplinar e, sempre que possível, será realizada por meio de uma proposta interdisciplinar. Recomenda-se que sejam previstos Seminários Interdisciplinares durante a oferta do eixo, com a participação de todos os professores envolvidos, com o intuito de promover um debate mais ampliado da temática. O processo avaliativo da disciplina será composto de avaliação específica da disciplina e avaliação conjunta com as disciplinas em que ocorreu a articulação. Ou seja, será previsto, que parte da nota referir-se-á ao conteúdo ministrado pelo professor da disciplina e parte será aferida pela atividade resultante do trabalho interdisciplinar. A avaliação é um aspecto fundamental no processo de inovação do ensino, pois se não e muda a avaliação, será muito difícil fazer alguma coisa que tenha consistência. A avaliação formativa é a base do processo ensino-aprendizagem baseado em problema e centrado no estudante. Todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores está centrada na avaliação da aquisição de conhecimento e em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino e aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e potencialidades do aluno na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/ comportamentos.

Segundo Bordenave & Pereira (2001, p.70), somente a adoção de uma atitude interdisciplinar permite a identificação precoce dos problemas que o aluno pode ter em seu trabalho e, ao fazê-lo, permite ao estudante identificar as suas dificuldades e buscar os caminhos de correção. A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo.

Conforme Macedo (2002, p. 32), trata-se de perceber

a duração, o inacabamento e uma falta que movem incessantemente; a contradição que nos sujeitos em interação e nas estruturas movimenta a realidade e o conhecimento a respeito dela. O caráter temporal que implica na transformação, na historicidade, demanda, acima de tudo, uma atitude face ao conhecimento como um produto de final aberto, em constante estado de fluxo e infinitamente inacabado.

Nessa perspectiva, são os atos de currículo que se articulam no mundo da escola, situados em um contexto construído, que, efetivamente, o constroem o currículo. As questões como, quê e por quê se tornam fundamentais para o entendimento do currículo, uma vez que levam em conta a forma de ser e de estar no mundo dos alunos. A avaliação, nessa perspectiva, assume um

caráter processual e gradual, exigindo um esforço coletivo e contínuo no processo de pensar, agir, e transformar.

DAS AVALIAÇÕES E DOS CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução Consepe 05/2005 art 4, II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina. Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O aluno será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota mínima exigida. Neste caso o aluno repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento.

A AVALIAÇÃO DO CURSO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

De acordo com a natureza do Projeto Pedagógico Institucional, o processo avaliativo a ser desenvolvido nos cursos da UFT visa promover a qualidade das atividades acadêmicas, em articulação com a avaliação institucional descrita no Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI. Em atendimento às diretrizes do SINAES, aprovado pela Lei nº 10.861/2004, a UFT implantou, em abril de 2004, o processo de Avaliação Institucional, criando, na oportunidade, Comissão Central de Avaliação Institucional (CCA), composta por um representante docente, por campus, representantes discentes, do corpo técnico-administrativo e um representante da sociedade civil.

Nesse contexto, torna-se, portanto, significativo o processo de reestruturação das arquiteturas curriculares, dos cursos e programas em oferta, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos próprios elementos e mecanismos de avaliação. Para tanto, está sendo aprofundada uma cultura da avaliação, assim como a implantação de um constante acompanhamento das suas estruturas internas, para que a UFT possa concretizar a sua missão de produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia (PDI, 007). Assim, foram estabelecidos alguns indicadores que deverão nortear o processo de avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente e a avaliação institucional, a saber: **Missão:** identificação e avaliação das marcas que melhor caracterizam a instituição; definição de sua identidade; indicadores de responsabilidade social; programas e processos que conferem identidade à instituição; contribuições para o desenvolvimento da ciência e da sociedade.

Corpo de professores/pesquisadores: formação acadêmica e profissional; situação na carreira docente; programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com o ensino, a pesquisa e a extensão; distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; forma de admissão na carreira docente; entre outros. **Corpo discente:** integração de alunos e professores de distintos níveis; participação efetiva na vida universitária; dados sobre ingressantes; evasão/abandono;

qualidade de vida estudantil; tempos médios de conclusão; formaturas; realidade dos ex-alunos; questões da formação profissional; a relação professor/aluno; **Corpo de servidores técnico-administrativos:** integração dos servidores, alunos e professores; formação profissional; situação na carreira, programas/ políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com a distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; concursos e outras formas de admissão na carreira.

Currículos e programas: concepção de currículo; organização didático-pedagógica, objetivos; formação profissional e cidadã; adequação às demandas do mercado e da cidadania; integração do ensino com a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade, flexibilidade/rigidez curricular; extensão das carreiras; inovações didático-pedagógicas; utilização de novas tecnologias de ensino; relações entre graduação e pós-graduação; e o que constar da realidade.

Produção acadêmico-científica: análise das publicações científicas, técnicas e artísticas; patentes; produção de teses; organização de eventos científicos; realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais; formação de grupos de pesquisa, interdisciplinaridade, política de investigação, relevância social e científica. **Atividades de extensão e ações de intervenção social:** integração com o ensino e a pesquisa; políticas de extensão e sua relação com a missão da universidade; transferências de conhecimento; importância social das ações universitárias; impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; participação de alunos; iniciativas de incubadoras de empresas; capacidade de captação de recursos; pertinência e equidade; ações voltadas ao desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania; programas de atenção a setores sociais, bem como interfaces de âmbito social. **Infra-estrutura:** análise da infra-estrutura da instituição, em função das atividades acadêmicas de formação e de produção de conhecimento, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades da instituição.

Gestão: administração geral da instituição e de seus principais setores; estruturação dos órgãos colegiados; relações profissionais; políticas de desenvolvimento e expansão institucional; perfil; capacitação; políticas de melhoria quanto à qualidade de vida e qualificação profissional dos servidores; eficiência e a eficácia na utilização dos recursos. **Convênios e parcerias:** análise do número dos convênios e parcerias realizadas; tipos de instituições; nível da contrapartida da universidade quanto ao capital intelectual empregado nos convênios e parcerias; potenciais espaços de trabalho colaborativo em diversos segmentos da sociedade.

4.7.14. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O curso terá o aporte do Núcleo Docente Estruturante (NDE) no acompanhamento da implantação e desenvolvimento das atividades curriculares do Curso de Ciências Sociais de forma contínua, permitindo realizar quando necessário às modificações, inclusões e adequações ao PPC. Ademais, será realizada uma avaliação anual da dinâmica em ensino, pesquisa e extensão que servirá de instrumento para o NDE.

O Curso de Ciências Sociais passou em 2011 pela avaliação dos especialistas do MEC, a Avaliação realizada do curso foi positiva obtendo o conceito 4 (quatro).

4.7.15. AUTO-AVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO EXTERNA (ENADE E OUTROS)

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Campus Universitário de Tocantinópolis será avaliado de forma contínua e sistemática, objetivando a visualização de sua implementação e a identificação das dificuldades e problemas emergentes. No âmbito mais geral, esta avaliação será feita a partir das atividades desenvolvidas pelos docentes com os educandos, refletidas e discutidas no âmbito dos espaços formativos e nas reuniões de planejamento e de avaliação semestrais e/ou anuais. De forma mais específica, deverá ser objeto de análise de uma Comissão Permanente de Avaliação a ser criada para esta finalidade. Esta avaliação deverá abranger os âmbitos do ensino, da pesquisa, e da extensão.

A Comissão Permanente de Avaliação elaborará instrumentos de avaliação, de registro e de análise de resultados e submetê-los a avaliação do Colegiado. O trabalho previsto para a Comissão envolverá:

- Análise e reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares (ensino);
- Análise e reflexão sobre o exercício da pesquisa no processo de ensino aprendizagem e das atividades de pesquisa de professores e alunos de um modo geral. (produção do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre a socialização dos resultados dos conhecimentos produzidos. (difusão do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre as atividades de extensão realizadas. (extensão);
- Avaliação periódica da gestão acadêmica do Curso (colegiado e coordenação de curso) visando subsidiá-la na proposição de alternativas para atender determinadas demandas docentes/discentes/institucionais (gestão).

5. CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

5.1. FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

Nome do docente	Formação/ Graduação/Ano	Bacharel e/ou Licenciado	Titulação Ano	Área do conhecimento	Programa de Pós-Graduação em que está vinculado
Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo	2001 Ciências Sociais	Bacharel e Licenciatura	Doutor 2013	Ciência Política	-
João Batista de Jesus Félix	1994 Ciências Sociais	Bacharel e Licenciatura	Doutor 2006	Antropologia	-
Karina Almeida Sousa	2008 Ciências Sociais	Bacharel	Mestre 2013	Sociologia	Sociologia – Universidade Federal de São Carlos
Klívya de Cássia Silva Nunes	2000 Pedagogia	Licenciatura	Mestre 2008	Educação	Educação – Universidade Federal de São Carlos
Maria do Socorro Ribeiro Padinha Padinha	2006 Pedagogia	Licenciatura	Doutora 2014	Educação	-
Paula Marcela Ferreira França	2004 Ciências Sociais	Bacharel e Licenciatura	Mestre 2008	Sociologia	Sociologia – Universidade Federal de Goiás
Rafael da Silva Noletto	2010 Música	Bacharelado	Mestre	Antropologia	Antropologia – Universidade de São Paulo
Rita de Cássia Domingues Lopes	1999 Ciências Sociais	Bacharel e Licenciatura	Mestre 2002	Antropologia	Antropologia – Universidade Federal de Pernambuco
Ronaldo Augusto Campos Pessoa	1986 Ciências Sociais	Bacharel	Doutor 2003	Ciência Política	-
Wellington da Silva Conceição	2008 Ciências Sociais	Bacharel	Doutor 2016	Sociologia	-

5.2. REGIME DE TRABALHO

O curso de licenciatura em Ciências Sociais tem atualmente 10 docentes efetivos. Os professores do curso trabalham conforme a carga horária mínima da UFT que é de 08 horas/aula. E todos possuem regime de trabalho Dedicção Exclusiva em conforme lista abaixo:

1. Professor Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo – Dedicção Exclusiva
2. Professor Dr. João Batista de Jesus Félix – Dedicção Exclusiva
3. Professora Mestre Karina Almeida Sousa – Dedicção Exclusiva
4. Professora Mestre Klívia de Cássia Silva Nunes – Dedicção Exclusiva
5. Professora Mestre Maria do Socorro Ribeiro Padinha Padinha – Dedicção Exclusiva
6. Professora Mestre Paula Marcela Ferreira França – Dedicção Exclusiva
7. Professor Mestre Rafael da Silva Noletto – Dedicção Esclusiva
8. Professora Mestre Rita de Cássia Domingues Lopes – Dedicção Exclusiva
9. Professor Dr. Ronaldo Augusto Campos – Dedicção Exclusiva
10. Professor Dr. Wellington da Silva Conceição – Dedicção exclusiva

5.3. COMPOSIÇÃO E TITULAÇÃO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do curso de Ciências Sociais segue as orientações expressas na Resolução CONAES nº 02/2010, no Decreto número 5773, do MEC, de 09 de maio de 2006, bem como, a Portaria Nº 1.081, De 29 de agosto de 2008.

Pertencem ao Núcleo Docente Estruturante do Colegiado, professores efetivos do curso, eleitos na reunião de Colegiado do dia 29/10/2015 e publicado conforme Portaria Nº 1791, de 12 de Novembro de 2015, sendo assim, composto pelo: Coordenador do Curso e mais quatro professores, a saber:

Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Área
César Alessandro Sagrillo Figueiredo	Doutor	DE	Coordenador do Curso Ciência Política
João Batista de Jesus Félix	Doutor	DE	Antropologia
Karina Almeida de Sousa	Mestre	DE	Sociologia
Maria do Socorro Ribeiro Padinha Padinha	Doutora	DE	Educação
Paula Marcela Ferreira França	Mestre	DE	Sociologia
Wellington da Silva Conceição	Doutor	DE	Sociologia

5.4. PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO OU CIENTÍFICO DO CORPO DOCENTE

A produção do material didático ou científico do corpo docente está vinculada aos links dos professores nos currículos Lattes de cada um, que segue abaixo:

César Alessandro Sagrillo Figueiredo
<http://lattes.cnpq.br/2127722292747646>

João Batista de Jesus Félix
<http://lattes.cnpq.br/0473192543632601>

Karina Almeida Sousa
<http://lattes.cnpq.br/7080534523571723>

Klívya de Cássia Silva Nunes
<http://lattes.cnpq.br/9412398959184082>

Maria do Socorro Ribeiro Padinha Padinha
<http://lattes.cnpq.br/9343268359724540>

Paula Marcela Ferreira França
<http://lattes.cnpq.br/6904572467288295>

Rafael da Silva Noletto
<http://lattes.cnpq.br/2145625844719060>

Rita de Cássia Domingues Lopes
<http://lattes.cnpq.br/4052961510341780>

Ronaldo Augusto Campos
<http://lattes.cnpq.br/0885055728565471>

Wellington da Silva Conceição
<http://lattes.cnpq.br/6555935897942577>

5.5. FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO QUE ATENDE AO CURSO

Para melhor conhecimento da trajetória acadêmica dos servidores e suas áreas de atuação, apresenta-se o quadro a seguir, visto que é importante considerar que um projeto de pesquisa para a pós-graduação *stricto sensu* precisa estar em sintonia com o ambiente organizacional.

Nome do técnico	Graduação	Bacharel e/ ou Licenciatura	Pós-Graduado	Pós-Graduando	Área de conhecimento
1- Maria da Consolação Coelho Rocha	Biblioteconomia	Bacharelado	SIM	NÃO	Educação
2- Giano Carlos Santos Guimarães	Geografia	Licenciatura	NÃO	SIM	Educação
3- Graciela Garcia Moraes	Administração	Bacharelado	SIM	NÃO	Administração
4- Francilene Alves	Geografia	Licenciatura	SIM	NÃO	Educação
5- Leonel Dias Ribeiro	Pedagogia	Licenciatura	SIM	NÃO	Administração
6- Levi Lopes de Carvalho	Administração	Bacharelado	SIM	NÃO	Administração
7- Marcélio Campos Martins	Administração	Bacharelado	SIM	NÃO	Administração
8- Márcio Kley Soares Brandão	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
9- Patrick da Silva Gomes	Administração	Bacharelado	SIM	NÃO	Administração
10- Raimundo de Abreu	Ciências Sociais	Licenciatura	NÃO	SIM	Educação

Brito					
11- Revilmar Barbosa de Andrade	Administração	Bacharelado	SIM	NÃO	Administração
12- Rosileide Borges de Sousa Marinho	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
13- Saulo Eglain Sá Menezes Moraes	Geografia	Licenciatura	SIM	NÃO	Educação
14- Valdemy Leite de Castro	Ciências Contábeis e Geografia	Bacharelado e Licenciatura	SIM	NÃO	Educação
16- Leonardo da Silva Sousa	Ciência da Computação	Bacharelado	NÃO	SIM	Informática
17- Gleison Fernandes Moreira	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
18- Antônio Nilson Moreira de Souza	Pedagogia	Licenciatura	SIM	NÃO	Administração

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

6.1. LABORATÓRIOS E INSTALAÇÕES

6.1.1 - ESPAÇO FÍSICO

Entre 2008 e 2010, o *Campus* de Tocantinópolis dobrou seu espaço físico: de 05 para 11 salas de aula, (sendo 09 salas de aula, e 01 para a brinquedoteca e 01 para o cineclubinho). Os banheiros foram adaptados para pessoas com necessidades especiais físicas ou motoras. As redes elétricas e hidráulicas foram reformadas, laboratórios ganharam novas salas e as salas de professores foram reformadas, as dependências administrativas foram ampliadas e equipadas, possibilitando melhores condições de trabalho. Todas as salas de aula, salas de professores, laboratórios e dependências administrativas estão com ar condicionado.

Atualmente são poucos os espaços do *Campus* em que as pessoas com necessidades especiais não pode adentrar. Entre estes se destaca a sala da Direção do *Campus*, situada na parte alta do prédio do PARFOR.

6.1.2. LABORATÓRIOS

O *Campus* conta atualmente com 03 laboratórios: Laboratório de Informática (LABIN), Brinquedoteca Mário de Andrade e Laboratório de Apoios Pedagógico Especializado (LAPES).

O **LABIN** funciona atualmente numa área de 75.24 m², possui dois banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais, uma recepção e um sistema de ar condicionado novo. A capacidade deste laboratório é de 40 computadores, no entanto, atualmente, funciona com 16 (dezesesseis) terminais para um total de aproximadamente 550 alunos do campus, o que dá um coeficiente de 34 (trinta e quatro) alunos por terminal conectado à internet.

A **Brinquedoteca Mario de Andrade**, considerada um laboratório de ensino, ligada ao curso de Pedagogia, encontra-se atualmente em uma sala equipada com ar condicionado e é aberta para a visitaçao dos acadêmicos e comunidade em geral através de agendamentos prévios. Faz-se necessário considerar que este laboratório foi equipado com materiais doados e reaproveitados, sendo que alguns não apresentam boas condições de uso.

O **Laboratório de Apoio Pedagógico Especializado (LAPES)** está instalado em quatro salas de pequeno porte equipadas com ar condicionado. Seu acervo é formado por diversos equipamentos de tecnologias educacionais antigas.

Apesar da significativa ampliação dos espaços e dos equipamentos dos laboratórios,

constata-se que o número de computadores e outros equipamentos destes, ainda não são suficientes para atenderá o número de alunos. Observa-se a necessidade de melhor equipar a Brinquedoteca e o LAPES com mobiliário adequado para a realização de suas atividades pedagógicas. Como esses laboratórios foram montados, na sua maioria, com materiais e equipamentos reaproveitados, não apresentam um bom estado de conservação.

6.2. INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.2.1. SETOR ADMINISTRATIVO

A partir da reforma o Setor Administrativo conta com 13 salas sendo:

- Direção de Campus: 02 Salas climatizadas (sendo uma para o diretor e outra para a secretaria da direção)
- Central de Estágio: 01 Sala climatizada
- Coordenação Administrativa: 01 Sala climatizada
- Recursos Humanos: 01 Sala climatizada
- Transporte/Diárias: 01 Sala climatizada
- Almoxarifado: 01 Sala climatizada
- Recepção: 01 Sala climatizada
- Secretaria Acadêmica: 02 Salas climatizadas
- Comunicação: 01 Sala climatizada
- Reprografia: 01 Sala climatizada

6.2.2. AUDITÓRIO

Atualmente o Auditório do Campus Universitário de Tocantinópolis passou por uma reforma geral sendo melhorada a sua iluminação, forro PVC, pintura, e refrigeração. Possui (02 ar condicionados de 36.000 BTUS e 01 de 24.000 BTUS). No entanto sua capacidade continua a mesma. São apenas 100 lugares com cadeiras de braço e almofadadas. Insuficiente para atender a demanda.

Faz-se necessário ressaltar que este auditório tem sido utilizado constantemente por demandas externas ao *Campus* devido a ausência de outros espaços como este na cidade.

Ressalta-se ainda que o anfiteatro construído junto ao bloco do PARFOR não tem sido utilizado por dois motivos: primeiro, os equipamentos de ar condicionados instalados não estão funcionando. Segundo, foi feita uma divisória do espaço interno que limita sua utilização para atendimento de um público maior. No momento este espaço serve como depósito para móveis a serem alocados no *Campus*.

6.2.3. SALAS DE AULA

Atualmente são 09 (nove) salas de aula, todas equipadas com aparelhos de ar condicionado (mod. *sprinter* de 24 mil btu's), carteiras novas e anatômicas. Verifica-se, no entanto, a existência de problemas com a manutenção dos aparelhos de ar condicionados, há reclamações quanto ao funcionamento inadequado de alguns equipamentos e outros que não funcionam.

Um dos maiores problemas em relação às salas de aula tem sido a falta de equipamentos tecnológicos. Como a quantidade desses equipamentos (data show e caixas de som) é inferior a

quantidades de salas em uso em cada turno, não tem como atender toda a demanda pela sua utilização nos dois cursos.

6.2.4. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

O *Campus* conta atualmente com instalações sanitárias reformadas e algumas adaptadas para os Portadores de Necessidades Especiais (PNE). Em todo o *Campus* tem-se as seguintes instalações:

Bloco de Sala de Aula: 04 Banheiros sendo 02 adaptados para PNE
Bloco Administrativo: 02 Banheiros sem adaptação
Bloco de Pedagogia: 02 Banheiros sem adaptação
Bloco de Ciências Sociais: 02 Banheiros sendo os dois adaptados para PNE
Bloco de Laboratórios de Estudo: 02 Banheiros sendo todos adaptados para PNE
Bloco Biblioteca: 02 Banheiros sendo todos adaptados para PNE
Bloco LABIN: 02 Banheiros sendo todos adaptados para PNE
Bloco PARFOR: 04 Banheiros sendo todos adaptados para PNE

6.2.5. ÁREAS DE CONVIVÊNCIA

O *Campus* Universitário de Tocantinópolis não possui local próprio para atividades de recreação, de esporte e desenvolvimento cultural. Mesmo com a reforma realizada em 2009, o *Campus* continua sem um espaço de convivência.

Em junho de 2011 foi inaugurada uma cantina em uma área total de 68 m², com cozinha, balcão de atendimento, lavabo e área coberta.

6.2.6. TRANSPORTE

O *Campus* possui 05 veículos sendo:

- 01 Ônibus com capacidade para 28 lugares com ar-condicionado e poltronas reclináveis, na cor branca, ano 2006. No entanto como micro-ônibus não tem bagageiro, para viagens longas a capacidade fica reduzida em 25 lugares. Além disso, é importante destacar que este transporte tem apresentado inúmeros problemas mecânicos que dificultam o atendimento para a comunidade universitária.

- 01 Micro Ônibus com 12 lugares com ar-condicionado e poltronas reclináveis, na cor amarela, ano 2011.

- 01 Camionete Triton, cabine dupla com ar condicionado, na cor branca, ano 2012.

- 01 Camionete 2 200 GL, cabine dupla com ar condicionado, na cor branca, ano 2010.

- 01 Voyage 1,6, com ar condicionado, na cor branca, ano 2011.

6.2.7. ALIMENTAÇÃO

Não há no *Campus* um espaço adequado para que os alunos, funcionários e professores possam fazer suas refeições. Esta demanda em parte foi sanada com a Cantina.

6.2.8. ESTACIONAMENTO

Há aproximadamente 15 vagas para carros e 40 para motos sem cobertura. Neste espaço carros oficiais disputam vagas com carros e motos de professores, técnicos, estudantes e comunidade.

Os locais de estacionamento do *Campus* não são organizados e sinalizados conforme as necessidades de entrada e saída de veículos do *Campus*.

6.2.9. COMUNICAÇÃO

Atualmente o setor de comunicação funciona precariamente no campus. Não há uma sala apropriada destinada a esta finalidade. Não há nenhum boletim interno ou pessoa responsável para registrar os fatos e acontecimentos locais.

As principais formas de comunicação utilizada são os murais, espalhados nas entradas das salas de aula, nos corredores e no setor administrativo e a internet através das listas de e-mail.

6.2.10. COPIADORAS

Institucional: 01 Sala com ramal telefônico, internet e ar-condicionado, com quota mensal para o campus de 9.900 cópias, sendo distribuídas por setores conforme necessidade de utilização. Cada professor tem direito a 90 cópias mensais por disciplina.

Externa: 01 Sala com internet e ar-condicionado que atende aos discentes e comunidade em geral. Há reclamações por parte dos discentes em relação ao preço das cópias, em relação ao espaço e a quantidade de máquinas para atender a demanda. Há reclamações constantes sobre a interrupção dos serviços devido a máquinas quebradas.

6.2.11. GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES

Atualmente temos 20 gabinetes para professores e 02 (dois) para coordenadores. Todos equipados com ar condicionado, mesa, cadeira, armário, ramal telefônico, computador e rede *wireless*.

6.2.12. SALA DE PROFESSORES E SALA DE REUNIÕES

O *Campus* conta atualmente com 02 (duas) salas de professores (uma para o colegiado de Ciências Sociais e outra para Pedagogia) e 01 (uma) sala de reuniões, toda equipada com ar condicionado, iluminação, rede *wireless*.

6.3. BIBLIOTECA

Atualmente a biblioteca dispõe Prof. Msc. Cleides Antonio Amorim de uma área total construída de 504 m², toda área com equipamento de climatização (sprinter) em várias especificações, está dividida para atender áreas de leitura, acondicionamento do acervo, serviços técnicos, com discriminação das seguintes áreas: coordenação (área: 9,89m²), espaço cultural/videoteca. (área: 41,77m²), Sala de estudo em grupo (área: 25,50m²), Sala de pesquisa. (área: 16,01m²), Estudo individual (área: 15,64m²), Área de pesquisa (área: 107,61m²), Acondicionamento acervo (área: 121,12m²), Processamento técnico (área: 22,12m²), Atendimento e Recepção (área: 13,14m²), Circulação (área: 11,19m²), Acesso geral (área: 25,46m²), Circulação interna (área: 25,55m²), arquivo interno (área: 8,46m²), Banheiros (área: 25,06m²) 02 banheiros adaptados para portadores de deficiência física e motora.

A Biblioteca dispõe de dezoito cabines de leituras individuais, para maior comodidade dos usuários, um armário de guarda volumes com doze portas, um quadro de avisos. Para os

trabalhos técnicos a biblioteca conta com, uma impressora e oito computadores, sendo três no atendimento, três no processamento técnico, um para a televisão e um na coordenação. A biblioteca possui sistema antifurto para auxiliar contra perda ou até mesmo roubo de livros.

O acesso a biblioteca ainda não está totalmente ligado por passarelas cobertas e rampas que facilitem o acesso das pessoas com deficiências.

Em relação acervo, o acesso é livre e acontece também através de três terminais de computador disponibilizados na área de circulação interna, onde os alunos podem consultar diretamente na biblioteca virtual. Além disso, existe uma televisão LCD de 47 polegadas para transmissão da programação da CAPES TV Web.

Em relação ao acervo a biblioteca tem uma política de aquisição, expansão, atualização do acervo e informatização:

A Biblioteca funciona como órgão suplementar, previsto no regimento geral da UFT, que tem por finalidade atender às necessidades informacionais da Universidade no desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Biblioteca do *Campus* Universitário de Tocantinópolis foi piloto na implantação do SISBIB/UFT, no processo de informatização e a primeira a terminar a composição do banco de dados bibliográficos. Atualmente estão com o acervo bibliográfico cem por cento inseridos no SIE - módulo biblioteca.

A principal forma de atualização do acervo se dá pela observação dos projetos políticos dos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais. Professores e alunos também podem enviar listas com sugestões de livros para aquisição.

6.3.1. PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

Não existe uma política de aquisições de periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada pela PROGRAD/UFT, pois a orientação é a utilização do Portal de Periódicos da CAPES. Temos um número significativo de fascículos de periódicos correntes, relativos a intercâmbio com outras Instituições.

6.3.2. RECURSOS AUDIOVISUAIS

O curso de Ciências Sociais possui como recursos audiovisuais, data shows, computadores e caixa de som. Ademais, o *Campus* de Tocantinópolis conta com um auditório para exibição de vídeos, aparelhos de projeção de slides que podem ser utilizados pelo Curso de acordo com a necessidade. Além dos equipamentos localizados nos laboratórios do Câmpus.

6.3.3. ACESSIBILIDADE PARA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS (DECRETO Nº 5.296/2004)

O *Campus* de Tocantinópolis atende parcialmente as exigências da Portaria do Governo Federal de nº 1.679, datada de 02 de dezembro de 1999, que assegura aos portadores de necessidades especiais melhores e mais dignas condições de locomoção e permanência em locais de trabalhos. Depois a reforma que aconteceu no *Campus* em 2009 gerou mais acesso às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, mas ainda há muito que fazer para atender com mais qualidade este público.

6.3.4. SALA DE DIREÇÃO DO CAMPUS E COORDENAÇÃO DE CURSO

A Direção do Campus funciona no prédio do PARFOR, na parte superior do prédio, um dos poucos espaços onde o portador de necessidades especiais tem dificuldade em circular no Campus, pois o acesso se faz somente pela escada. A Direção funciona em duas salas, sendo uma da secretaria da Direção e a outra, é a sala onde funciona a Direção do Campus. Todas estas salas tem ar condicionado, acesso a internet e telefone.

A coordenação de curso das Ciências Sociais funciona no prédio onde fica a Secretaria Acadêmica, na entrada do Campus, em uma sala com ar condicionado, com acesso a internet e telefone, é inadequada para permanência do coordenador de curso, secretaria do curso e eventuais estagiários, pelo seu tamanho.

7 – Anexos

- 7.1. Regimento do Curso
- 7.2. Atas de Aprovação do PPC pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho Diretor do *Campus*
- 7.3. Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório.
- 7.4. Regulamento de TCC
- 7.5. Curriculum Vitae do Corpo Docente: Indicar os Endereços de acesso na Plataforma Lattes.
- 7.6. Quadro Demonstrativo das Linhas de Pesquisa, dos Projetos de Pesquisa e os Respective Professores, inclusive com destaque aos projetos desenvolvidos pelos professores que estão cursando doutorado.

7.1. Regimento do Curso

Regimento do Colegiado do Curso de Ciências Sociais

Capítulo I Da Introdução

Art. 1. O presente regimento disciplina a organização e o funcionamento do Colegiado do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Tocantins.

Art 2. O Colegiado de Curso de Ciências Sociais é a instância consultiva e deliberativa do curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade, acompanhar a implementação e a execução das políticas do ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Capítulo II Da Administração

Art 3. A administração do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Tocantins se efetivará por meio de:

- I- Órgão deliberativo e consultivo: Colegiado de Curso;
- II- Órgão executivo Coordenação de Curso;
- III- Órgãos de apoio acadêmico:
 - a) Coordenação de Estágio do Curso;
 - b) Central de Estágio
- IV- Órgão de Apoio Administrativo:
 - a) Secretaria Acadêmica
 - b) Secretaria de Curso

Capítulo III Da Constituição

Art 4. O Colegiado de Curso é constituído:

- I- Coordenador de Curso, sendo seu presidente;
- II- Docentes efetivos do curso;
- III- Representação discente correspondente a 1/5 do número de docentes efetivos do curso (Art. 36 do Regimento Geral da UFT)
 - a) os representantes discentes são indicados pelo Centro Acadêmico do Curso por meio dos seguintes documentos:
 - 1. ata de posse do Centro Acadêmico;
 - 2. ofício do presidente do Centro Acadêmico indicando os representantes.
 - b) em caso de substituição dos representantes discentes estes devem estar de acordo com o Estatuto do Centro Acadêmico e deve ser comunicado ao coordenador do curso por meio da ata de substituição;
- IV- um representante dos Técnicos Administrativos, cujo nome deverá ser encaminhado formalmente ao Coordenador de Curso apresentando ata de reunião.
 - a) em caso de substituição do representante dos Técnicos Administrativos, deve ser comunicado ao coordenador do curso por meio da ata de substituição.

Capítulo IV Da Competência

Art. 5. Compete ao Colegiado de Curso

I – propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a seqüência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;

II – propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;

III – estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

IV – opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;

V – fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

VI – conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;

VII – estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

VIII – decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

IX – propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;

X – eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

XI – coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação.

Capítulo V
Do Funcionamento

Art. 6. O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu coordenador ou por 1/3 de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

§ 1º – As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocadas, no mínimo, com dois dias de antecedência, podendo funcionar em primeira convocação com maioria simples de seus membros e, em segunda convocação, após trinta (30) minutos do horário previsto para primeira convocação, com pelo menos 1/3 dos seus membros componentes.

§ 2º – Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões, mas para efeito de quórum serão considerados apenas os professores em pleno exercício.

a) O professor licenciado ou afastado não terá direito a voto;

§ 3º – O Colegiado de Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador, mediante a deliberação de 2/3 de seus integrantes.

§ 4º – Os pontos para serem inseridos na pauta devem ser enviados até o prazo limite de 48 horas antes da reunião.

a) Para pedidos de remoção, redistribuição, afastamento, licença sem vencimentos, entre outros dessa natureza, devem ser apresentados via ofício e com a normativa pertinente.

b) Os pedidos de ponto de pauta precisam ser documentados.

Art 7. O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões, terá prioridade sobre todas as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as faltas na Reunião do Colegiado deverão ser comunicadas oficialmente.

§ 1º – O membro do Colegiado do Curso que faltar a três (3) reuniões consecutivas sem justificativa perde direito a voto pelo período de seis (6) meses.

§ 2º – O membro do Colegiado do Curso que faltar a cinco (5) reuniões intercaladas sem justificativa durante o ano nos termos previstos pelo Art. 11 perde direito a voto pelo período de seis (6) meses.

§ 3º – O membro do Colegiado que chegar trinta (30) minutos após o início da reunião perde o direito a voto na mesma.

Art 8. Podem participar da reunião de Colegiado todos os interessados, sem direito a voz e voto.

§ 1º – Poderá ser concedido direito a voz por deliberação do Colegiado;

§ 2º – O direito a voz será exclusivo para discussão dos temas previstos em pauta.

Capítulo VI Da Coordenação de Curso

Art. 9. Ao Coordenador de Curso compete:

I – representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

II – presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;

III – propor ao Diretor do Campus a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Campus;

IV – responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;

V – expedir instruções referentes aos cursos;

VI – representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado;

§ 1º – Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º – No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Capítulo VII Do Corpo Docente

Art. 10. O corpo docente, constituído pelo pessoal que exerce atividade de ensino e pesquisa, distribui-se pelas seguintes classes de carreira do magistério:

I - professor titular;

II - professor adjunto;

III - professor assistente.

§ 1º - Com caráter probatório, para iniciação em atividades docentes, será admitido o graduado de curso de nível superior com a designação de auxiliar de ensino.

§ 2º - O docente que exercer atividades de ensino ou pesquisa na Universidade, em decorrência de acordo, convênio ou programa de intercâmbio com entidade congênera, será classificado como professor visitante.

§ 3º - Para atender a necessidades eventuais da programação acadêmica, poderão ser contratados professores substitutos, de acordo com a conveniência da Universidade, consideradas as respectivas qualificações.

Art 11. As licenças para afastamento docente estão previstas nos art. 123 e 124 do Regimento Geral da Universidade.

§ 1º – Os pedidos de afastamento docente para participação em congressos e outras reuniões de natureza científica, cultural ou técnica deve ser encaminhada ao Colegiado com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

§ 2º – As licenças serão concedidas de acordo com os seguintes critérios:

a) eventos pertinentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão do docente;
b) o docente somente poderá repor 25% das aulas previstas em função de licenças tratadas acima, vedado o uso de domingos e feriados para esta finalidade.

§ 3º – O afastamento poderá ser concedido fora do período letivo não podendo ultrapassar à data da primeira reunião de planejamento.

Capítulo VIII

Da Secretaria de Curso

Art. 12. São atribuições da Secretaria de Curso:

I. Atender alunos, professores e a comunidade com informações sobre o curso e suas atividades, bem como encaminha-los aos setores competentes quando for o caso;

II. Manter os arquivos do curso sob sua responsabilidade atualizados e organizados;

III. Auxiliar a Coordenação na conferência de informações acadêmicas e na confecção de editais e correspondências internas e externas;

IV. Manter arquivo com controle de telefones e e-mails de docentes para suporte ao coordenador do curso;

V. Organizar e manter em arquivo a documentação relativa às atas do Colegiado, devidamente transcritas e registradas;

VI. Manter controle dos formulários de uso acadêmico, promovendo sua atualização, se necessário e em consonância com a Secretaria Acadêmica;

VII. Organizar e encaminhar dados para a emissão de documentos, certificados, declarações, atestados e outros, em consonância com a Secretaria Acadêmica;

VIII. Manter organizada a agenda do coordenador do curso.

Capítulo IX

Do Regime Didático

Seção I

Do Currículo do Curso

Art 13. O currículo pleno, envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso, será proposto pelo Colegiado do respectivo curso.

§ 1º – Na constituição do currículo do curso ter-se-á em conta a progressividade do conhecimento, sua articulação e as condições de acesso continuado.

§ 2º – A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias.

Art. 14. Constituirão o currículo pleno do curso:

- I- atividades acadêmicas fixadas pela legislação pertinente;
- II- atividades complementares obrigatórias, de acordo com o respectivo projeto pedagógico e regimentadas;
- III- atividades acadêmicas, de livre escolha do discente entre aquelas oferecidas pela Universidade e outras instituições de ensino superior;
- IV- atividades acadêmicas de caráter geral e humanístico, necessárias à melhor formação da cidadania.

Parágrafo único – O Colegiado de Curso deverá estabelecer, previamente, as atividades acadêmicas válidas para o cômputo de horas-aula, submetendo-as à apreciação da Pró-Reitoria de Graduação, que as submeterá à Câmara de Graduação do Consepe para emissão de parecer. Este será enviado ao Conselho Pleno do Consepe para apreciação.

Seção II

Da Oferta das Disciplinas

Art. 15. A oferta das atividades acadêmicas será elaborada no contexto do planejamento semestral e aprovada pelo respectivo Colegiado;

Art. 16. As atividades acadêmicas poderão ser desenvolvidas nas modalidades abaixo, seguindo a ordem de prioridades:

I- presencial: entendida como atividade desenvolvida por meio de contato direto entre docentes e discentes em ambiente específico;

II- semipresencial: entendida como atividade desenvolvida por meio de contato direto, bem como aquela com uso de mídias específicas;

III- tutorial: entendida como atividade desenvolvida a distância, com uso de mídias específicas.

IV- modular: entendida como atividade desenvolvida em contato direto entre docentes e discentes em ambiente específico com cronograma de aulas condensado podendo ocorrer durante o período letivo regular ou no período de férias acadêmicas.

Parágrafo único – As atividades acadêmicas desenvolvidas nas modalidades semipresencial e tutorial serão objeto de aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 17. Até o fim de cada período letivo, a Coordenação de Curso, consultado o Colegiado, encaminhará ao Setor de Controle Acadêmico da Pró-Reitoria de Graduação, a consolidação da oferta de componentes curriculares à disposição dos acadêmicos de Graduação para o período seguinte, com os respectivos horários, o espaço físico e os professores responsáveis.

Art. 18. No planejamento do curso, a Universidade buscará assegurar a todo acadêmico regularmente matriculado a obtenção de vaga nos componentes curriculares e demais atividades complementares necessárias à integralização do currículo pleno do respectivo curso, observados os critérios adequados para sua distribuição, os pré-requisitos e a carga horária máxima.

Art. 19. A Coordenação de Curso, em conjunto com o Conselho Diretor do Campus, deverá proceder, periodicamente, aos diagnósticos necessários para propor à Pró-Reitoria de Graduação a adequação da oferta e demanda de vagas, visando detectar as causas de inadequação e sugerindo as medidas para os respectivos ajustes.

Seção III

Do Regime Domiciliar

Art 20. É concedido tratamento especial em regime domiciliar nos casos previstos no Art 87 do Regimento Acadêmico, e a compensação de ausências das aulas está prevista no Art 88 do mesmo.

§ 1º – O prazo para entrega do atestado médico por parte do interessado é de dez dias a contar do fato ocorrido. No momento da entrega do atestado à Secretaria, esta última deverá informar ao discente que o mesmo (ou representante) deverá retornar em 10 dias para retirada do formulário no qual constará as atividades a serem desenvolvidas;

§ 2º – A Secretaria deve entregar imediatamente para o Coordenador de Curso ou seu substituto;

§ 3º – O Coordenador de Curso ou seu substituto tem dois (2) dias úteis para encaminhar ao respectivo docente;

§ 4º – O Docente tem cinco (5) dias úteis para encaminhar o pedido de trabalho para a Coordenação de Curso.

§ 5º – Uma vez encaminhado pelo Docente ao Coordenador de Curso este entregará imediatamente para a Secretaria Acadêmica que disponibilizará as atividades previstas aos alunos.

a) As atividades a serem desenvolvidas por parte do discente não podem ter prazo de entrega inferior a quinze (15) dias e nem posterior ao último dia letivo do corrente semestre.

Capítulo X

Dos Direitos dos Discentes

Art 21. De acordo com o art. 81 do Regimento Geral, ao discente que deixar de comparecer às atividades acadêmicas programadas para verificação de aproveitamento será concedida uma segunda oportunidade cuja concessão será avaliada pelo professor.

Art 22. Os discentes que discordarem da nota recebida após consulta ao docente responsável pela disciplina, poderão entrar com pedido de revisão de nota na Coordenação de Curso no prazo de até sete (7) dias úteis após o recebimento da mesma.

a) A Coordenação de Curso deverá designar uma comissão composta por três professores da área, sendo um deles o responsável pela disciplina, para avaliar o recurso.

b) A Comissão terá dois dias úteis para efetuar a revisão de prova e divulgação de resultado.

Capítulo XI

Da reposição de aulas

Art. 23. Da falta do professor a aula deverá ser marcada em data possível para todos os alunos regularmente matriculados na disciplina, obedecendo ao disposto no Art. 11, alínea b, § 2º. Deste regimento.

a) O professor deverá documentar a anuência de todos os discentes em relação à data marcada.

Capítulo XII

Das Disposições Finais

Art. 24. As disposições do presente Regimento de Curso serão complementadas por meio de normas baixadas pelo Colegiado de Curso, nos limites de suas respectivas competências.

Art. 25. Os casos omissos neste Regimento serão apreciados e decididos pelo Colegiado de Curso, que fixará normas adequadas.

Art. 26. O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

7.2. Atas de aprovação do PPC pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho Diretor do *Campus*

COLOCAR

7.3. Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

REGIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA

CAPÍTULO I

Da Identificação

Art. 1º O presente regimento trata da normatização das atividades de estágio obrigatório e não-obrigatório do curso de Ciências Sociais do *campus* de Tocantinópolis.

§1 - Os estágios supervisionados obrigatórios estão relacionados as disciplinas de: Estágio Supervisionado Curricular I; Estágio Supervisionado Curricular II; Estágio Supervisionado Curricular III e Estágio Supervisionado Curricular IV

§2 - Os estágios não-obrigatórios são aqueles desenvolvidos como atividade opcional para o acadêmico, acrescida à carga horária regular e obrigatória do Curso de Ciências Sociais.

§3 - As normatizações ora dispostas apresentam consonância com o regimento e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Sociais, com a Lei nº 11.788/2008, com a normativa nº 7 de 30 de outubro de 2008 e com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CONSEPE Nº 0003/2005.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2º. De acordo com o PPC de Ciências Sociais, o Estágio Supervisionado Obrigatório tem como objetivo principal:

I - Garantir a reflexão significativa dos conteúdos da formação docente do cientista social através da observação vinculada à prática educativa em ambientes não-escolares e pedagógica em ambientes escolares num processo de problematização, teorização e intervenção.

II - Promover situações de observação ao acadêmico e reflexão sobre a prática educativa e pedagógica para compreender e atuar em situações contextualizadas;

III - Criar situações de aprendizagem a partir do envolvimento direto com a prática pedagógica e educativa em sintonia com os referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática docente;

IV - Possibilitar ao licenciado através da prática pedagógica e educativa a problematização, tematização e reelaboração de seus conhecimentos.

Art. 3º. O Estágio não-obrigatório tem por objetivo a ampliação da formação do estudante por meio de experiências profissionais em instituições públicas, empresas privadas, órgãos públicos e organizações não-governamentais.

CAPÍTULO III

Das Competências

Art. 4º. O acadêmico, na condição de estagiário, deve cumprir as atribuições e responsabilidades explicitadas no Termo de Compromisso de Estágio, competindo:

I - Procurar a Central de Estágios de seu *campus* antes de iniciar o estágio em uma instituição, empresa, ou outra localidade, para se informar sobre os procedimentos e documentos necessários;

II - Ter uma postura ética nas dependências da organização em que desenvolve o estágio, respeitar as normas e não divulgar informações restritas;

III - Entregar ao docente orientador (Estágio Obrigatório) ou ao supervisor da UFT (Estágio Não-Obrigatório) o relatório de avaliação das atividades, conforme no prazo não superior a 6 (seis) meses, ou 2 (dois) meses se a Unidade Concedente for órgão público federal, autarquia ou fundacional;

IV - Cumprir as determinações e orientações do Professor Orientador (Estágio Obrigatório) ou do Supervisor de Estágio (Estágio Não-Obrigatório) quanto a prazos e procedimentos;

V - Frequentar assiduamente o estágio, estar presente às reuniões de orientação e acompanhamento do estágio e apresentar os relatórios de avaliação à Central de Estágio nos prazos determinados;

VI - Cumprir as normas do presente regimento e da Lei Nº 11.788/08 que dispõe sobre estágios.

Art. 5º. A unidade concedente é a instituição fora do âmbito da UFT que cede espaço para que o estagiário desenvolva as atividades previstas no estágio, compete a ela:

I - Celebrar Termo de Compromisso com a Instituição de ensino e o estagiário;

II - Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III - Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV - Contratar em favor do estagiário, na condição de estágio não-obrigatório, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, atendendo as orientações da Lei nº. 11.788/2008 que dispõe sobre estágio;

V - Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar Termo de Realização do Estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI - Tomar as devidas providências com o acadêmico estagiário que não cumprir com as normas da instituição, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade;

VII - Enviar à UFT, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses a Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor (disponível no site www.uft.edu.br/estagios), com vista obrigatória ao estagiário.

Art. 6º. O docente orientador é o responsável pela disciplina de estágio no âmbito do curso de Ciências Sociais do Campus de Tocantinópolis e a ele cabe a responsabilidade de:

I - Possibilitar ao estagiário o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio;

II - Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação do profissional do estagiário;

III - Orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, relacionando bibliografia e demais materiais de acordo com as necessidades evidenciadas pela prática educativa e pedagógica;

IV - Orientar e controlar a execução das atividades do estagiário;

V - Acompanhar o planejamento do estágio;

VI - Cumprir todas as atribuições advindas do cumprimento integral da Lei Nº 11.788/08 que dispõe sobre estágios.

Art. 7º. A Supervisão do Estágio Curricular Não-Obrigatório é constituída por dois supervisores: um que é o professor da Instituição de Ensino Superior que tenha formação ou experiência na área a ser desenvolvida no estágio, e atue como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário; e o outro o que acompanha e orienta o estagiário na unidade concedente de estágio que também tenha formação ou experiência na área de estágio.

Art. 8º. É de responsabilidade dos supervisores de Estágio da UFT e da unidade concedente:

I - Possibilitar ao estagiário o embasamento teórico e/ou prático necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio;

II - Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação do profissional do estagiário;

III - Orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, cabendo especificamente ao supervisor da instituição (universidade) proporcionar a relação da bibliografia e demais materiais de acordo com as necessidades, evidenciadas pela prática educativa e pedagógica;

IV - Orientar e controlar a execução das atividades do estagiário;

V - Acompanhar o planejamento do estágio;

VI - Realizar avaliação, disponível no portal da UFT, no final do período do estágio no prazo não superior a 6 (seis) meses, ou 2 (dois) meses se a Unidade Concedente for órgão público federal, autarquia ou fundacional que deverá ser arquivada na Central de Estágio do *câmpus*;

VII - Cumprir todas as atribuições advindas do cumprimento integral da Lei Nº 11.788/08 que dispõe sobre estágios.

Art. 9º O Supervisor do Estágio Curricular Obrigatório é o responsável pelo acompanhamento dos estagiários nas instituições concedentes de estágio:

I - Cabe a unidade concedente indicar o supervisor, desde que tenha a formação ou a experiência na área de estágio para realizar o acompanhamento dos estagiários.

II - O supervisor não poderá acompanhar mais do que 10 estagiários simultaneamente.

DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO IV

Das Áreas de Estágio

Art. 10. As atividades relativas ao estágio obrigatório poderão ser desenvolvidas em instituições previstas no Projeto Pedagógico do Curso:

I - Instituições Formais de Ensino: escolas, secretarias de educação, projetos, laboratórios, associações;

II - Instituições Não Formais de Ensino: Organizações políticas, Organizações não

governamentais, Movimentos Sociais e Políticos, Centros Culturais, entre outros.

CAPÍTULO V Da Organização e Duração do Estágio

Art. 11. O Estágio Supervisionado Obrigatório está organizado em quatro disciplinas denominadas:

- I - Estágio Curricular Supervisionado I (5º período) com carga horária de 75 horas;
- II - Estágio Curricular Supervisionado II (6º período) com carga horária de 120 horas;
- III - Estágio Curricular Supervisionado III (7º período) com carga horária de 105 horas;
- IV - Estágio Curricular Supervisionado IV (8º período) com carga horária de 105 horas.

Art. 12. A duração dos estágios obrigatórios totalizam 405 horas. A orientação será conduzida por docentes da Fundação Universidade Federal do Tocantins, levando em consideração a lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Parágrafo único: A jornada das atividades do estágio obrigatório não deve ultrapassar 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais nas unidades concedentes.

Art. 13. A carga horária das disciplinas do Estágio obrigatório está distribuída abaixo:

Disciplina	CH Total	Distribuição da Carga Horária Prática
Estágio Curricular Supervisionado I Créditos: 5	Teórica: 60h Prática: 15h CHT: 75h	Espaço Formal de Ensino: 06 horas de observação em sala de aula; 05 horas de observação na gestão. 04 horas de Elaboração de Projeto de Estágio a partir da necessidade da unidade escolar.
Estágio Curricular Supervisionado II Créditos: 8	Teórica: 60h Prática: 60h CHT: 120h	Espaço Formal de Ensino: 10 horas de observação em sala de aula; 10 horas na regência ¹⁰ em Sociologia; 10 horas de observação na gestão (reuniões, planejamentos, conselhos, estrutura da escola, projeto político pedagógico, entre outros); 10 horas em participação em eventos (oficinas, palestras, formação continuada e outros); 10 horas de aplicação do Projeto de Estágio. Espaço Não-Formal de Ensino: 10 horas de observação e participação nas atividades propostas para a instituição.
Estágio Curricular Supervisionado III Créditos: 7	Teórica: 45h Prática: 60h CHT: 105h	Espaço Formal de Ensino: 10 horas de observação em sala de aula; 10 horas na regência em Sociologia; 05 horas de planejamento de aula; 08 horas de observação na gestão (reuniões, planejamentos, conselhos, estrutura da escola, projeto político pedagógico e outros); 07 horas em participação em eventos (oficinas, palestras, formação continuada e outros); 05 horas de Elaboração de Projeto de Estágio a partir da necessidade da unidade escolar. Espaço Não-Formal de Ensino: 15 horas de observação e participação nas atividades propostas para a instituição.
Estágio Curricular Supervisionado IV Créditos: 7	Teórica: 45h Prática: 60h CHT: 105h	Espaço Formal de Ensino: 10 horas de observação em sala de aula; 10 horas na regência em Sociologia; 05 horas de planejamento de aula; 08 horas de observação na gestão (reuniões, planejamentos, conselhos, estrutura da escola, projeto político pedagógico, entre outros); 07 horas em participação em eventos (oficinas, palestras, formação continuada e outros); 05 horas de Aplicação de Projeto de Estágio a partir da necessidade da unidade escolar. Espaço Não-Formal de Ensino: 15 horas de observação e

¹⁰ A regência é a vivência da docência nas instituições formais de ensino e ela pode ser experienciada em situação de aula em diferentes formatos, desde a regência clássica com conteúdo a ser ministrado em uma sala de aula quanto uma aula com conteúdo específico fora da sala de aula, em espaço aberto de forma coletiva, ou de grupo, ou ainda atendimento individual e atividade de campo.

Art. 15. A área e programação de cada estágio serão de responsabilidade do docente-orientador e do estagiário.

§1 - A responsabilidade pela realização de todas as atividades curriculares será assumida pelo estagiário, de comum acordo com docente-orientador.

§2 - Todas as atividades planejadas pelo estagiário, antes de implementadas, deverão ser aprovadas pelo docente da disciplina de Estágio, assegurada a participação de ambas as partes nas decisões.

Art. 16. O Plano de Atividades de Estágio Obrigatório deve ser elaborado de acordo com as três partes envolvidas (acadêmico, professor do estágio na UFT e Unidade Concedente), incorporado ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 17. De acordo com o Regimento do Estágio Curricular Obrigatório dos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Tocantins (CONSEPE N° 003/2005), deve ser respeitada:

I - A carga horária total do estágio, mínimo 70%, deverá ser realizada em instituições de educação básica, preferencialmente em instituições públicas;

II - O estagiário deverá cumprir no mínimo 20% da carga horária total do estágio em aulas efetivamente ministradas;

III - A frequência do estagiário deverá ser 100% cumpridas nas Unidades Concedentes e, no mínimo, 75% nas atividades realizadas na Universidade.

Art. 18. Os acadêmicos poderão ter redução de carga horária em até no máximo 200 horas de estágio, desde que comprovem através de documentos a sua experiência na área relacionada ao estágio, através de requerimento padrão e demais documentos que provem esta experiência e o tempo de duração, que deverá ser entregue após ter cumprido todas estas exigências à Central de Estágio.

Parágrafo Único: A Central de Estágio e o professor da disciplina deliberarão sobre a carga horária a ser computada para o acadêmico.

CAPÍTULO VI

Dos Locais de Realização do Estágio

Art. 19. A escolha da instituição para a realização do estágio pode ser feita pelo estagiário e pelo docente orientador considerando a autorização prévia dos responsáveis, e o aceite da instituição concedente, seguindo as especificações descritas no Artigo 5º deste regulamento.

Art. 20. Os estágios poderão ser realizados no município de Tocantinópolis e circunvizinhos, desde que atendam as condições previstas em lei.

Art. 21. O estágio obrigatório deve ser desenvolvido em instituições conveniadas com a UFT que atendam os pré-requisitos:

I - Pessoas jurídicas de direito privado;

II - Órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos

poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. De acordo com orientações do Setor de Convênios (Vice-Reitoria) é facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 01 (um) a 05 (cinco) empregados; quando a Unidade Concedente for profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional; e quando o estagiário for funcionário do quadro de pessoal da Empresa/Unidade Concedente e acadêmico regularmente matriculado no Curso.

Art. 22. O Termo de Compromisso é condição imprescindível para o estudante iniciar o Estágio Curricular Obrigatório.

CAPÍTULO VII

Da Avaliação

Art. 23. O estagiário será avaliado no decorrer das disciplinas através de: relatórios, fichas de acompanhamento, supervisões do professor orientador e do supervisor da unidade concedente, debates, trabalhos em grupo e individuais.

Art. 24. O Supervisor da Unidade Concedente deve avaliar o estagiário seguindo o modelo de “Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor da Unidade Concedente” estabelecido pela Coordenação de Estágios/PROGRAD a cada 06 (seis) meses.

DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO VIII

Da Organização

Art. 25. O Estágio Curricular Não-Obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

Art. 26. O Estágio Curricular Não-Obrigatório pode ser desenvolvido em instituições conveniadas com a UFT que atendam os pré-requisitos:

I - Pessoas jurídicas de direito privado;

II - Órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. De acordo com orientações do Setor de Convênios (Vice-Reitoria) é facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 01 (um) a 05 (cinco) empregados; e quando a Unidade Concedente for profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

Art. 27. O Termo de Compromisso é condição imprescindível para o estudante iniciar o Estágio Curricular Não-obrigatório.

Art. 28. O tempo de duração do Estágio Curricular Não-Obrigatório não pode ultrapassar 02 (dois) anos na mesma instituição, 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 29. O Estágio Curricular Não-Obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a Unidade Concedente.

Art. 30. As atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em

organização de eventos não são considerados estágios não-obrigatórios.

Parágrafo único. Desde que atendam todos os dispositivos da Lei do Estágio.

CAPÍTULO IX

Do Desenvolvimento e Avaliação

Art. 31. O Plano de Atividades de Estágio Não-obrigatório deve ser elaborado de acordo com as três partes envolvidas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e Unidade Concedente), incorporado ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 32. A avaliação do estagiário deve ser feita pelo Supervisor da UFT e pelo Supervisor da Unidade Concedente a cada seis meses, seguindo os modelos estabelecidos pela Coordenação de Estágios/PROGRAD.

Art. 33. O Supervisor da UFT será escolhido entre os membros do Colegiado do curso, desde que tenha formação na área a ser desenvolvida no estágio.

§1 - Cada Supervisor deve ser responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação de no máximo dez estagiários;

§2 - A avaliação deve considerar os critérios estabelecidos no modelo de avaliação proposto pela Coordenação de Estágios/PROGRAD (disponível no site www.uft.edu.br/estagios) e os relatórios elaborados pelo estagiários a cada 06 (seis) meses ou a cada 02 (dois) meses se a Concedente for órgão público federal, autarquia ou fundacional.

CAPÍTULO X

Das Disposições Gerais

Art. 34. Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelos responsáveis pelos estágios e, conforme a necessidade, deliberado por instâncias superiores.

Art. 35. Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

7.4. REGULAMENTO DE TCC

MANUAL DE ORIENTAÇÕES DO TCC

Manual de orientações para elaboração e apresentação pública da monografia originada do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) em Ciências Sociais.

1. Introdução

O TCC – Trabalho de Conclusão de Curso será elaborado na forma monográfica¹¹. O trabalho monográfico deve estar focado em uma problemática concreta, isto é, voltado para investigação e sistematização crítica a partir de uma questão ou problemática específica, elucidada e reconhecida pela comunidade acadêmica envolvida com o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em relação à natureza propriamente dita do trabalho monográfico, Severino (2000), juntamente com outros estudiosos da metodologia da pesquisa científica destaca:

O termo *monografia* designa um tipo especial de trabalho científico. Considera-se monografia aquele trabalho que reduz sua abordagem a um único assunto, a um único problema, com um tratamento especificado”¹². (...) “Os trabalhos científicos serão monográficos na medida em que satisfizerem à exigência da especificação¹³, ou seja, na razão direta de um tratamento estruturado de um único tema, devidamente especificado e delimitado. O trabalho monográfico caracteriza-se mais pela unicidade e delimitação do tema e pela profundidade do tratamento do que por sua eventual extensão, generalidade ou valor didático.¹⁴

Assim, para a produção monográfica será necessário especificar a questão a ser tratada. Essa questão poderá ser produzida a partir dos estudos anteriormente realizados no ensino e/ou estágio, e, necessariamente articulados com os campos específicos de atuação dos professores/pesquisadores – orientadores, ou seja, com a pesquisa e/ou a extensão

A disciplina TCC é responsável pelas noções básicas para a produção da monografia de Conclusão do Curso, assim, procurará auxiliar os estudantes na definição do projeto monográfico e no conhecimento de instrumentos metodológicos de pesquisa visando coleta e análise de dados. Para isso considera as experiências em TCC's no âmbito do *Campus*.

O Docente Titular de TCC incentivará encontros com possíveis professores orientadores para adesão ou não da orientação.

2. Objetivo

¹¹ Um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC pode ser apresentado em forma de monografia, relatório, artigo científico, projeto experimental ou outro, de acordo com o Curso e seu projeto político pedagógico e que este manual tem como referência o manual elaborado pelo Colegiado de Pedagogia do Câmpus de Tocantinópolis/UFT.

¹² SALOMON apud SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ª ed. ver. e ampl. São Paulo, Cortez, 2000. p. 128.

¹³ Ibid, p. 128.

¹⁴ SALVADOR, Â. D. apud SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ª ed. ver. e ampl. São Paulo, Cortez, 2000, p. 129.

Estabelecer parâmetros quanto ao processo de elaboração do trabalho monográfico, considerando as ações do ensino, do estágio e dos orientadores e suas respectivas áreas de atuação na pesquisa e na extensão, bem como o interesse dos alunos.

3. Das Normas Gerais

Do Pré-Projeto ao Projeto Monográfico

Considera-se pré-projeto, o ensaio de projeto elaborado pelo aluno na disciplina de Metodologia da Pesquisa das Ciências Sociais. Esse será o ponto de partida nas disciplinas de Seminário de Pesquisa I e II. Após socialização e debate do mesmo a disciplina procederá a ampliação em Projeto Monográfico.

Roteiro de TCC

3.1. O **Pré-Projeto**, elaborado no âmbito da disciplina de Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais constará obrigatoriamente, no mínimo, de:

- Identificação (curso, período, turno, nome completo do aluno).
- Temática de interesse
- Título provisório
- Delimitação do problema
- Pressupostos teóricos-metodológicos
- Justificativa (preferencialmente com algumas referências a estudos realizados)
- Objetivo
- Cronograma
- Referências bibliográficas

3.1.1. Neste momento o discente deverá escolher o professor orientador de acordo com a linha de pesquisa de seu interesse.

3.2. O Projeto Monográfico será elaborado na disciplina de Seminário de Pesquisa I.

3.3. As disciplinas de Seminário de Pesquisa I e II seguirão os procedimentos de organização e avaliação como as outras disciplinas do curso.

3.4. Durante a realização da disciplina Seminário de Pesquisa I o acadêmico tomará conhecimento do Manual de TCC e das linhas de pesquisa dos docentes do Curso de Ciências Sociais, momento em que entrará em contato com seu futuro professor-orientador e assinará o Termo de Compromisso de Orientação.

4. Do processo de orientação e defesa de TCC

4.1. Do professor orientador e do professor membro da banca examinadora. O professor poderá ser orientador ou examinador se possuir o título de especialista, mestre ou doutor.

4.2. Em regra geral, o professor orientador concursado oferecerá vagas disponíveis para a orientação considerando o planejamento da Coordenação referente ao número regular de orientandos do Curso, salvo quantidade mínima estipulada pelo colegiado, para cada caso em exceção no campus, tais como, Cargos de Coordenação de *Câmpus* e de Curso, professores substitutos e orientadores externos ao *Câmpus*.

4.3. A quantidade mínima para os casos em exceção, levará em consideração os encaminhamentos do Colegiado do Curso articulado à disponibilidade do professor.

4.4. A escolha do orientador ou examinador de monografia de TCC seguirá os seguintes critérios por ordem de prioridade: 1 – Professor do Campus; 2 – Professor da Instituição; 3 – Ex-professor do Campus; 4 – Professor de outras IES (somente como examinador ou suplente); 5 – Professor que não se enquadra em nenhum dos critérios anteriormente numerados, somente poderá atuar como examinador ou suplente, desde que apresente documentação comprobatória à secretaria acadêmica, de sua formação compatível com as exigências da banca, a ser analisada pela Coordenação de Curso.

5. Do Tema

5.1. O acadêmico deverá escolher o tema de estudo de seu interesse, respeitada a área do curso e as perspectivas de orientação de trabalhos divulgadas durante a disciplina Seminário de Pesquisa I. As temáticas de estudo dos acadêmicos para elaboração do TCC serão orientadas de acordo com as linhas de pesquisa dos docentes do Curso de Ciências Sociais.

6. Formato Monográfico

A monografia constará de no mínimo 30 páginas contadas da introdução ou apresentação até a conclusão, digitadas de acordo com as normas vigentes da ABNT para trabalhos acadêmicos.

6.1. Formatação: Letra 12, Normal, Times New Roman ou Arial, espaço 1,5; configuração da página sendo: superior e esquerda 3 cm, inferior e direita 2 cm (ou conforme as Normas da ABNT NBR 14724:2011)

6.2. Para depósito visando a apresentação e defesa do TCC, são dois ou três exemplares que poderão ser encadernados em formato espiral simples, dependendo do número de avaliadores que pode ser além do orientador, um ou dois membros da banca.

6.3. Para a entrega do exemplar definitivo na Secretaria Acadêmica, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a defesa. A monografia deverá estar encadernada em capa dura de cor azul, com as devidas correções apontadas pela banca.

6.4. Para a apresentação gráfica geral do trabalho, deve-se seguir a ABNT no que concerne aos elementos pré-textuais como capa, folha de rosto, folha de aprovação, dedicatória, agradecimentos, epígrafe, resumo e sumário; os elementos do texto e os elementos pós-textuais.

6.5 O resumo na língua vernácula, de mínimo 100 caracteres e no máximo 300 caracteres, contendo: definição do problema, objetivos, metodologia e principais resultados. Com três palavras chaves.

7. Atribuições do docente-orientador

7.1. Orientar, acompanhar e avaliar o estudante durante o processo de desenvolvimento do TCC em todas as suas fases;

7.2. Registrar a frequência e o desempenho do estudante no diário eletrônico observando os prazos estabelecidos pelo calendário acadêmico;

7.3. Definir, juntamente com os orientandos, um Cronograma de Atividades de Encontros Presenciais e Virtuais, orientando-os quanto à entrega de documentos e cumprimento dos prazos previamente definidos e acordados;

7.4. Cumprir prazos de correção e devolução do material aos orientandos, respeitando o cronograma deles acordado;

7.5. Indicar bibliografia básica aos orientandos;

7.6. Orientar os estudantes, no tocante a nomes de docentes que farão parte da Banca

7.7. Poderá haver um professor co-orientador em comum acordo entre o orientador e o aluno, e a presença deste professor é para auxiliar na orientação partindo do conhecimento, linha de pesquisa e pesquisas feitas pelo professor co-orientador.

8. Atribuições do orientando

8.1. Informar-se sobre as normas e regulamentos do TCC e cumpri-las;

8.2. Definir, com base nos eixos temáticos de pesquisa pertinentes a seu curso, a temática do TCC;

8.3. Comparecer às orientações nos dias e horários pré-estabelecidos entre ele e o docente-orientador, bem como apresentar o Cronograma de Atividades de Encontros Presenciais e Virtuais e a Ficha de Acompanhamento de Atividades pertinentes aos encontros de orientação;

8.4. Cumprir as atividades estabelecidas pelo docente-orientador do TCC;

8.5. Entregar à Secretaria do Curso a versão final do TCC, com as correções linguísticas realizadas, formatada segundo às normas da ABNT e encadernadas em capa dura, atentando para as sugestões feitas pela Banca Examinadora;

8.6. Solicitar ao Coordenador do Curso a substituição do docente-orientador, justificando por escrito, nos casos em que houver descumprimento do que foi definido no Termo de Compromisso assinado pelo docente-orientador

9. Sanções relativas a quebra da conduta ética

9.1. O acadêmico que durante o processo de construção do TCC, porventura apresentar quebra de conduta da ética (plágio, comércio, abandono de orientação sem aviso formal à Coordenação de Curso, entre outros), terá o seu trabalho considerado reprovado.

10. Da composição da Banca, das cópias do trabalho, da apresentação pública e dos prazos.

10.1. A Banca examinadora será constituída por dois membros concursados: o professor orientador e o professor examinador convidado.

10.2. O professor examinador convidado e seu suplente serão escolhidos pelo orientador em acordo com o orientando.

10.3. O professor orientador e o professor suplente deverão ser informados da desistência da participação na banca, pelo professor examinador convidado, no mínimo, com uma semana de antecedência.

10.4. O professor suplente terá todas as prerrogativas do professor examinador convidado para o exame.

10.5. No caso do professor suplente manifestar desejo da participação na Banca, sem a desistência do professor examinador convidado, deverá comunicar ao prof. orientador que

aprovará ou não, e, no caso de aprovar a participação, deverá aceitar a condição da participação restrita à arguição pública durante o exame, sem a interferência direta na determinação da nota final do aluno. Essa possibilidade fundamenta-se na função pedagógica do momento da apresentação e defesa da monografia.

10.6. Compete ao orientador informar oficialmente ao a Secretaria Acadêmica e a Coordenador do Curso a composição da Banca Examinadora, dia e horário da realização para conhecimento e divulgação.

10.7. O orientador será o presidente da Banca Examinadora.

10.8. Cada examinador da Banca deverá receber uma cópia do trabalho, **no mínimo com duas semanas de antecedência da defesa**, através da Secretaria do Curso, que providenciará o protocolo de depósito da monografia, sendo 1 (um) para o orientador e 2 (dois) para os examinadores (titular e suplente, caso haja).

10.9. A apresentação do trabalho pelo aluno será pública e consistirá em exposição/arguição durante um tempo entre 20 e 30 minutos.

10.9.1. Após a arguição do aluno o orientador passará a palavra ao examinador convidado que fará o exame público da obra por 20 minutos.

10.9.2. Em seguida, o aluno dialogará publicamente com o examinador convidado respondendo as questões por aproximadamente 10 minutos.

10.9.3. O orientador solicitará ao examinador convidado que faça suas considerações finais.

10.9.4. O orientador fará, se couber, suas considerações sobre as arguições e o processo de produção do TCC.

10.9.5. O orientador convidará o examinador para, em sigilo de exame, definir a avaliação final, com atribuição de nota de zero a dez.

10.9.6. Em seguida declarará publicamente o resultado final.

10.10. Após a realização da defesa, a cópia definitiva do trabalho deverá ser entregue na Secretaria do Campus no prazo máximo de 30 dias com a recomendação de que seja em capa dura, de cor azul padrão, como forma de identificação das monografias da graduação, que serão disponibilizadas na Biblioteca do Câmpus.

11. Para a avaliação da monografia será considerado:

11.1. Assiduidade do aluno, sua capacidade para condução do trabalho acadêmico, a estrutura e normalização (normas da ABNT), capacidade para redigir e se expressar oralmente, o conteúdo isto é sua relevância, objetividade e clareza.

11.2. O resultado final será expresso por nota.

11.3. O trabalho do aluno que obtiver Reprovado deverá matricular-se novamente na disciplina de TCC e seguir as etapas necessárias ao processo.

11.4. A apresentação pública será em regime de fluxo contínuo, desde que o dia seja letivo.

11.5. Os alunos que não apresentarem o trabalho no prazo supramencionado e obedecendo o calendário da UFT, serão considerados reprovados e, portanto, deverão efetuar matrícula novamente na disciplina, quando oferecida.

12. Dos casos omissos

Os casos omissos poderão ser resolvidos pela Coordenação do Curso e ou Colegiado do Curso de Ciências Sociais.

7.5. CURRICULUM VITAE DO CORPO DOCENTE: INDICAR OS ENDEREÇOS DE ACESSO NA PLATAFORMA LATTES.

Nome do docente	Endereços para acessar na Plataforma Lattes
André Luis Campanha Demarchi	http://lattes.cnpq.br/1913765602645746
Cesar Alessandro Sagrilo Figueiredo	http://lattes.cnpq.br/2127722292747646
Janaína Alexandra Capistrano da Costa	http://lattes.cnpq.br/7089840125277194
João Batista de Jesus Félix	http://lattes.cnpq.br/0473192543632601
Karina Almeida Sousa	http://lattes.cnpq.br/7080534523571723
Klívya de Cássia Silva Nunes	http://lattes.cnpq.br/9412398959184082
Liza Aparecida Brasília	http://lattes.cnpq.br/5134402907552599
Marcelo Brice Assis Noronha	http://lattes.cnpq.br/6713502925418490
Marcelo de Souza Cleto	http://lattes.cnpq.br/0804677024860255
Maria do Socorro Ribeiro Padinha	http://lattes.cnpq.br/9343268359724540
Paula Marcela Ferreira França	http://lattes.cnpq.br/6904572467288295
Odilon Rodrigues de Morais Neto	http://lattes.cnpq.br/6866248514485283
Rita de Cássia Domingues Lopes	http://lattes.cnpq.br/4052961510341780
Ronaldo Augusto Campos	http://lattes.cnpq.br/0885055728565471
Samuel Correa Duarte	http://lattes.cnpq.br/5350906272443743
Suia Omim Arruda de Castro Chaves	http://lattes.cnpq.br/1410170119027103

7.6. QUADRO DEMONSTRATIVO DAS LINHAS DE PESQUISA, DOS PROJETOS DE PESQUISA E OS RESPECTIVOS PROFESSORES, INCLUSIVE COM DESTAQUE AOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELOS PROFESSORES QUE ESTÃO CURSANDO DOUTORADO

Nome do Professor	Linhas de Pesquisa	Grupo de Pesquisa e/ou Núcleo e/ou Centro	Projeto de Pesquisa
André Luis Campanha Demarchi	Etnologia Indígena; Antropologia da Arte e dos Rituais; Antropologia Urbana	Centro de Referência e Direitos Humanos	Artes do contato: ritual, arte e contato inter-étnico entre os Mebengôkre Kayapó
César Alessandro Sagrillo Figueiredo	Ditadura Militar; Partidos Políticos e Memória Política	Grupo de Pesquisa Cultura, Educação e Política	Memória, Imaginário Social e Político da região do Bico do Papagaio: o caso da Guerrilha do Araguaia
João Batista de Jesus Félix	Questão Racial e Cineclube	Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-Brasileiros – NEAF/UFT & Grupo de Pesquisa Cultura, Educação e Política	Relações étnico-raciais urbanas
Karina Almeida de Sousa	Relações Étnico-Raciais; Educação e Políticas Públicas	Centro de Referência e Direitos Humanos	Ações afirmativas: ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da educação das relações étnico-raciais
Klívya de Cássia Silva Nunes	Educação Rural e Política Educacional	Grupo de Pesquisa Cultura, Educação e Política	Cenário da escola rural: ruralidade e cotidiano escolar no bico do papagaio
Liza Aparecida Brasília	Gênero e Sociologia da Educação	Centro de Referência e Direitos Humanos	1) A inserção da Sociologia no Ensino Médio no Estado do Tocantins 2) Mapeamento da violência contra as mulheres no Bico do Papagaio
Marcelo Brice Assis Noronha	Cultura, Representações e Práticas Simbólicas; Literatura e Sociedade	-	História, estilo e realismo em ‘Quincas Borba’ e em ‘O Alienista’ de Machado de Assis
Maria do Socorro Ribeiro Padinha	Formação de Professores e Relações Raciais	Grupo de Pesquisa Cultura, Educação e Política & Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-Brasileiros – NEAF/UFT	Relações Raciais e Formação de Professores na Universidade Federal do Tocantins – Campus Tocantinópolis
Odilon Rodrigues de Moraes Neto	Teoria Antropológica; Etnologia Indígena; História Indígena e do indigenismo no Brasil	Centro de Referência e Direitos Humanos	Relações Interétnicas no Bico do Papagaio

Nome do Professor	Linhas de Pesquisa	Grupo de Pesquisa e/ou Núcleo e/ou Centro	Projeto de Pesquisa
Paula Marcela Ferreira França	Violência urbana; Polícia e Direitos Humanos	-	-
Samuel Correa Duarte	Políticas Públicas; Estado e Economia	Grupo de Pesquisa Cultura, Educação e Política	Desenvolvimento econômico e democracia em Tocantinópolis
Suíá Omim Arruda de Castro Chaves	Antropologia da arte e da imagem; Cultura Material e Imaterial; Cultura Popular	-	Acervo Mafuá: uma etnografia da pintura e do design popular no Brasil
Rita de Cássia Domingues Lopes	Patrimônio; Memória; Comunidades Tradicionais (Quilombolas) e Estágio	Grupo de Pesquisa Cultura, Educação e Política & Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-Brasileiros – NEAF/UFT	Identidade, Memória e Territorialidade na Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente - TO
Ronaldo Augusto Campos Pessoa	Políticas Públicas; Políticas Urbana e Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Impactos socioambientais; Gestão e Sustentabilidade	Grupo de Pesquisa REPA - Rede de estudos e pesquisas sobre política ambiental	Política ambiental na cidade de Tocantinópolis
Rafael da Silva Noieto	Gênero e sociedade	Gênero, etnicidade e sexualidade em contexto interétnico	Brilham estrelas de São João: Gênero, raça e sexualidade nas festas juninas de Belém
Wellington da Silva Conceição	Antropologia urbana; sociologia urbana; Sociologia da educação.		Em outras favelas e periferias: um estudo sobre territórios da pobreza a partir das representações sociais dos moradores de Tocantinópolis (TO) e Porto Franco

REFERÊNCIAS

- ARDOINO, J. “Entrevista com Cornelius Castoriadis.” In: BARBOSA, J. G. (Org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Paulo: Ufscar, 1998.
- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22^a ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BRASIL. Lei nº 6.888, de 10 de Dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências, 1980.
- _____. Lei no. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.
- _____. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio, 2008.
- _____. Lei no. 11.788 DE 25/9/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2008.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Resolução no. 02/1997, de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em nível médio. Brasília: MEC/CNE, 1997.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001, de 03 de 3 abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia. Brasília: MEC/CNE, 2001.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 009/2001, de 08 de maio de 2001. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 021/2001, de 06 de agosto de 2001. Estabelece a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 027/2001, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 028/2001, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 01/2002, de 18 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de

professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 12, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução no. 2/2002, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

_____. Decreto Nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, 2004.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 5.626/2005 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), 2005.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 38/2006. Brasília: MEC/CNE, 2006.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de Agosto de 2006. Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BURNHAM, T. F. “Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar”. In: BARBOSA, J. G. (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Paulo: Edufscar, 1998, p. 35-55.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

DOLL Jr., William E. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

JACKSON, Luiz Carlos. “A tradição esquecida. Estudo sobre a sociologia de Antônio Cândido.” In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 16. n. 47. Out. 2001. p. 130.

MACEDO, R. S. **Chrysallís, currículo e complexidade: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo**. Salvador: Edufba, 2002.

MARTINS, J. B. **Ciência com consciência**. Sintra: Europa-América, 1994.

_____. “Contribuições epistemológicas da abordagem multirreferencial para a compreensão dos fenômenos educacionais.” In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº 26, Maio/Agosto, 2004.

- MORIN, Edgar. **O Paradigma perdido: a natureza humana**. Portugal: Europa-América, 1973.
- _____. **Ciência com Consciência**. Portugal: Publicações Europa-América, 1994.
- PINHO, Maria José. **Políticas Educacionais de Formação de Professores no Estado do Tocantins: intenção e realidade**. 2004. 194f. Tese (Doutorado em Educação e Currículo) PUC, São Paulo.
- ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 21ª ed., Petrópolis: Vozes, 1998.
- SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SANTOS, Mário Bispo dos. **A Sociologia no Ensino Médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2002.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ª ed. ver. e ampl. São Paulo, Cortez, 2000.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M; ENVAGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- TOCANTINS. Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia. 2007.
- WILLENS, Emílio. **O Problema Rural Brasileiro**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1946.